



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO**



**SUZANA PEREIRA TEMUDO**

**O TRABALHO DOCENTE DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19:  
TRABALHO HOME OFFICE, GÊNERO E PRECARIZAÇÃO**

**RECIFE  
2023**

**SUZANA PEREIRA TEMUDO**

**O TRABALHO DOCENTE DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19:  
TRABALHO HOME OFFICE, GÊNERO E PRECARIZAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, *Campus Recife*, como requisito para obtenção do título de Mestre/a em Educação.

**Linha de Pesquisa:** Subjetividades Coletivas, Movimentos Sociais e Educação Popular.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dra. Karina Mirian da Cruz Valença Alves.

**RECIFE  
2023**

Catálogo na fonte  
Bibliotecário Danilo Leão, CRB-4/2213

T288t	<p>Temudo, Suzana Pereira</p> <p>O trabalho docente durante a pandemia da COVID-19: trabalho home office, gênero e precarização / Suzana Pereira Temudo. – 2023. 113 f.</p> <p>Orientação de: Profa. Dra Karina Mirian da Cruz Valença. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação, 2023. Inclui Referências.</p> <p>1. Trabalho docente. 2. Gênero. 3. Precarização. I. Valença, Karina Mirian da Cruz (Orientação). II. Título.</p> <p>371.1 (23. ed.)</p>	UFPE (CE2023-105)
-------	--	-------------------

**SUZANA PEREIRA TEMUDO**

**O TRABALHO DOCENTE DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19:  
TRABALHO HOME OFFICE, GÊNERO E PRECARIZAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, *Campus Recife*, como requisito para obtenção do título de Mestre/a em Educação. Área de concentração: educação.

Aprovado em: 15/09/2023

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Karina Mirian da Cruz Valença Alves (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco -UFPE

---

Prof. Dr. Rui Gomes de Matos de Mesquita (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

---

Prof. Dr. Evson Malaquias de Moraes Santos (Examinador Externo)  
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

## DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Ivone Pereira Temudo e Nelson Mário Temudo (*in memoriam*) por me salvarem do meu destino social e me dar uma nova vida! Peço a Deus todos os dias que eu possa ser, para justificar tudo o que recebi. Não há como pagar todo amor, carinho e cuidados que me foram dedicados. Muitíssimo obrigada!

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer antes de tudo e todos “a *um outro que é totalmente outro*” a quem eu chamo DEUS. Ele foi uma âncora para suportar cada um daqueles dias que parecia me engolir. Só eu e Ele sabemos as lutas e batalhas que foram travadas em âmbito pessoal e social para construção desse texto. Não foi nada fácil, mas a certeza de que Ele estava cuidando de tudo, me alimentava de força e coragem para continuar. A tempestade passou e eu pude entender que as promessas de Deus não tardam, não falham, acontecem no tempo perfeito Dele.

Agradeço à minha amada e querida mãe, pessoa gentil e humilde, por ser presente e presença na minha vida. Por me ensinar o caminho do bem; por acolher todas as minhas demandas e vulnerabilidade na grandeza da sua alma; por me mostrar no exemplo, que a hospitalidade com o outro é uma relação incondicional do ser, sendo essa a lei fundamental para que o amor e a justiça prevaleçam sempre!

Agradeço imensamente à minha orientadora, a professora Karina Valença, presença marcante na minha formação acadêmica. Muito mais que uma orientadora, a professora é um exemplo de intelectualidade. Obrigada por acreditar em mim e em meu trabalho quando nem eu mesma acreditava que seria possível. Essa dissertação é o resultado do seu apoio, da sua generosidade, da orientação saudável e essencial incentivo.

Aos professores do Centro de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, por todo saber compartilhado durante esses anos, foram fundamentais para o meu crescimento profissional e pessoal.

À banca pelas contribuições ao meu trabalho.

Ao do Grupo de Estudos e Pesquisa Foucault e Educação (GEPFE-UFPE) pelos bons encontros, debates e reflexões.

A Roniero Diodato, meu amigo querido, com quem sempre aprendo, devido às angústias da vida acadêmica, acolho e confio nas suas recomendações. Muitíssimo obrigada pelo apoio, pela amizade, pela generosidade e torcida sempre! Você é um exemplo de profissional e de vida!

À Priscylla Karollyne, pelos debates, trocas de ideias e conversas descontraídas.

Nessa sinuosa estrada que é o curso de mestrado tive a sorte de encontrar pessoas que me marcaram positivamente, por isso, quero expressar minha gratidão às queridas amigas Isabella Júlia e a Leilane Bezerra, muito obrigada meninas, foi uma trajetória árdua para todas nós e só foi possível concluí-la com todo apoio emocional, incentivo e carinho. Todo amor e sucesso para nós!

À Jacilene Alves, nos conhecemos na graduação de pedagogia, uma amiga carinhosa e generosa, que torce pelas minhas conquistas.

À Tássia Barbosa, uma amiga talentosa e igualmente generosa que também conheci na graduação, sei que gosta verdadeiramente de mim e, mesmo à distância (fisicamente), se alegra com minhas vitórias.

À minha querida e grande amiga Viviane Olímpia, pelo amor fraterno e carinho de sempre.

À CAPES pelo incentivo à pesquisa e ao conhecimento.

Por fim, a todos os amigos e amigas que tanto admiro e que torcem por mim que, infelizmente, não tenho como citar nesse texto, meus profundos e sinceros agradecimentos!

## RESUMO

A pesquisa busca problematizar os impactos da pandemia da covid-19 no trabalho docente, com ênfase na dimensão do gênero, destacando os problemas enfrentados por professoras da educação básica na rede privada na cidade do Recife. Por essa perspectiva originou-se o seguinte problema de pesquisa: como a pandemia transformou drasticamente a vida das professoras e reconfigurou suas práticas de trabalho devido à transição para o home office? Como objetivo geral, nos detemos em analisar as experiências das professoras durante o trabalho docente *home office* no período da pandemia da covid-19. Os caminhos que trilhamos para este fim nos conduziram, enquanto objetivos específicos, entender como o trabalho docente *home office*, mediado pelas tecnologias digitais, impactam na estrutura e organização do trabalho docente; analisar como o trabalho docente *home office* tem impactos diferenciados sobre homens e mulheres; compreender os sentimentos que emergiram durante o trabalho na pandemia da covid-19. A abordagem metodológica escolhida foi a pesquisa narrativa, de cunho qualitativo. A pesquisa detalha a participação de quatro professoras atuando nos anos iniciais do ensino fundamental na rede privada na cidade do Recife. As entrevistas foram permissivamente gravadas e posteriormente transcritas para uma análise minuciosa. Desse modo, optamos pela pesquisa narrativa por ser considerada ideal para capturar as experiências profissionais, permitindo uma compreensão mais aprofundada dos problemas enfrentados pelas entrevistas com o trabalho docente no período da pandemia. Os resultados apontaram para uma aceleração de tendências que já estavam em curso no campo da educação básica, através do ensino remoto, mediado pelas Tecnologias da Informação e Educação (TICs). Escancarou a presença cada vez maior de setores neoliberais com a oferta e venda de serviços educacionais digitais e revelou a crescente influência dessas forças na mercantilização do ensino. A pesquisa também evidenciou a intensa precarização do trabalho docente com jornadas de trabalho extenuantes, decorrentes da sobreposição de funções domésticas e profissionais. Além disso, as professoras tiveram que lidar com problemas adicionais devido à falta de infraestrutura física e tecnológica adequada. O estudo conclui que a pandemia evidenciou questões estruturais na educação, destacando a necessidade de repensar as abordagens educacionais, valorizar o trabalho docente e promover mudanças sociais e políticas para criar condições justas e equitativas em relação aos gêneros.

**Palavras-chaves:** pandemia; trabalho docente; trabalho home office; gênero; precarização.

## ABSTRACT

The research seeks to problematize the impacts of the covid-19 pandemic on teaching work, with an emphasis on the gender dimension, highlighting the problems faced by female teachers in basic education in the private network in the city of Recife. From this perspective, the following research problem arose: how has the pandemic drastically transformed the lives of female teachers and reconfigured their work practices due to the transition to the home office? Our general objective is to analyze the experiences of teachers working from home during the COVID-19 pandemic. The paths we took to this end led us, as specific objectives, to understand how home office teaching work, mediated by digital technologies, impacts on the structure and organization of teaching work; to analyze how home office teaching work has different impacts on men and women; to understand the feelings that emerged during work in the covid-19 pandemic. The methodological approach chosen was qualitative narrative research. The research details the participation of four female teachers working in the early years of elementary school in the private network in the city of Recife. The interviews were permissibly recorded and later transcribed for detailed analysis. We thus opted for narrative research as it is considered ideal for capturing professional experiences, allowing a more in-depth understanding of the problems faced by the interviews with teaching work during the pandemic. The results pointed to an acceleration of trends that were already underway in the field of basic education, through remote teaching, mediated by Information and Education Technologies (ICTs). It exposed the growing presence of neoliberal sectors offering and selling digital educational services and revealed the growing influence of these forces in the commodification of education. The research also highlighted the intense precariousness of teaching work, with exhausting working hours resulting from overlapping domestic and professional duties. In addition, teachers had to deal with additional problems due to the lack of adequate physical and technological infrastructure. The study concludes that the pandemic has highlighted structural issues in education, highlighting the need to rethink educational approaches, value teachers' work and promote social and political changes to create fair and equitable conditions in relation to genders.

Keywords: pandemic; teaching work; home office work; gender; precariousness.

## **LISTA DE QUADROS**

**QUADRO 1-** Perfil das professoras entrevistadas.

## ÍNDICE DE SIGLAS E ABREVIACÕES

**BID** Banco Interamericano de Desenvolvimento

**BNCC** Base Nacional Comum Curricular

**BM** Banco Mundial

**CID** Classificação Internacional de Doenças

**COVID** (CO)rona (VÍ)rus (D)isease

**CF** Constituição Federal

**CLT** Consolidação das Leis do Trabalho

**CNE** Conselho Nacional de Educação

**CV** Consórcio de Veículos de Imprensa

**EaD** Educação a Distância

**ER** Ensino Remoto

**ESPII** Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional

**FEM** Fórum Econômico Mundial

**FIOCRUZ** Fundação Oswaldo Cruz

**FGTS** Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

**FGV** Fundação Getúlio Vargas

**IBGE** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**INSS** Instituto Nacional do Seguro Social

**IPEA** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**LDB** Lei de Diretrizes e Bases

**OCDE** Organização para Cooperação de Desenvolvimento Econômico

**OIT** Organização Internacional do Trabalho

**OMS** Organização Mundial de Saúde

**MEC** Ministério da Educação

**PNAD** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

**SARS-COV-2** Severe acute respiratory syndrome-related coronavirus

**SEE-PE Secretária** de Educação e Esportes do Estado de Pernambuco

**SERASA** Serviços de Assessoria S.A.

**SINPRO-PE** Sindicato dos Professores de Pernambuco

**SINEPE-PE** Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de Pernambuco

**TIC Tecnologia** da Informação e Comunicação

**TJPE** Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

**UNESCO** Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>CAPÍTULO 1 - UMA PANDEMIA NEOLIBERAL</b> .....	19
1.1. O NEOLIBERALISMO E AS ESTRATÉGIAS NA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA PANDEMIA DA COVID-19.....	24
<b>CAPÍTULO 2 - TRABALHO DOCENTE NA PANDEMIA DA COVID-19</b> .....	30
2.1 TRABALHO <i>HOME OFFICE</i> : QUE TRABALHO É ESSE?.....	35
2.2 TRABALHO DOCENTE <i>HOME OFFICE</i> NA PANDEMIA DA COVID-19: O NOVO NORMAL NO TRABALHO DOS/AS PROFESSORES/AS.....	43
2.3 TRABALHO DOCENTE <i>HOME OFFICE</i> NA PANDEMIA E O GÊNERO: ESTAMOS INDO DE VOLTA PRA CASA!.....	56
<b>CAPÍTULO 3 - CAMINHOS METODOLÓGICOS</b> .....	64
<b>CAPÍTULO 4 - A EXPERIÊNCIA DAS PROFESSORAS COM O TRABALHO DOCENTE <i>HOME OFFICE</i> NA PANDEMIA DA COVID-19</b> .....	73
4.1 O TRABALHO DOCENTE NA PANDEMIA DA COVID-19 E AS TECNOLOGIAS DE PRECARIZAÇÃO.....	74
4.2 ADOECIMENTOS, NOVOS CONTROLES E SUBJETIVIDADES PRECARIZADAS.....	84
4.3 A VARIANTE GÊNERO DO TRABALHO DOCENTE PRECARIZADO NA PANDEMIA DA COVID-19.....	94
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	99
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	101

## INTRODUÇÃO

O ano de 2020 será lembrado como um ponto de virada da história moderna devido a magnitude dos eventos trágicos que ocorreram naquele período mediante a chegada da pandemia da Covid-19, causada pelo vírus (Sars- Cov-2), que impactou profundamente vários aspectos da vida: saúde, economia, educação e política. A crise que reverberou em quase todas as regiões do mundo atingidas pelo vírus, desnudou a vulnerabilidade dos sistemas de saúde, das economias nacionais, da coesão global e sistemas políticos. As consequências sanitárias foram devastadoras com milhares de vidas perdidas.

No Brasil os números trágicos de mortes relacionadas a covid-19 foram alarmantes e refletem a gravidade da crise que se instalou no país. O sistema de saúde foi fortemente pressionado, implicações econômicas, políticas e sociais da pandemia foram amplamente sentidas, trazendo à tona discussões sobre desigualdades e a eficácia das políticas de resposta governamental à crise sanitária. Esse fato respondia positivamente aos mercados, privilegiando os interesses das empresas e sistemas econômicos, ignorando as preocupações sociais e trabalhistas, com medidas que não atendem adequadamente os setores mais vulneráveis na luta por sobrevivência, ao mesmo tempo em que reduz a proteção legal.

A nova crise do capital neoliberal escancarou as desigualdades socioeconômicas que permeiam nossa sociedade. Os grupos de baixa renda e comunidades marginalizadas foram as populações mais atingidas, enfrentando dificuldades no acesso aos serviços e direitos mais básicos. Tornou-se evidente que é imperativo reforçar os sistemas de proteção social, pois as estatísticas fornecidas pelo Ministério da Saúde de mais de setecentos mil mortos, são o testemunho sombrio da dimensão da crise e seus impactos na vida das pessoas.

O avanço da contaminação do novo coronavírus para além das fronteiras da província de Wuhan, na China, fez a Organização Mundial de Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, declarar que, devido a rápida disseminação geográfica do novo vírus, o mundo estava diante de uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), causadora de uma síndrome respiratória aguda que recebeu a nomenclatura de covid-19. Uma abreviação, que se origina da junção das palavras (CO)rona (VÍ)rus (D)isease, acrescentado o ano do seu surgimento (JÚNIOR, MORAES, 2020).

A mudança na classificação da doença, devido ao seu elevado grau de transmissibilidade e letalidade, obrigou os países a implementarem medidas agressivas para mitigar a rápida disseminação do vírus. Isso incluiu a quarentena e o distanciamento social. As medidas impuseram transformações radicais nas estruturas sociais e econômicas, dando origem

ao que passou a ser chamado de “novo normal”. O termo se refere há uma nova forma de organização social que tem como objetivo garantir a sobrevivência dos sistemas econômicos, assegurando a continuidade das atividades produtivas em tempos de crise. O conceito foi criado, originalmente, por Bill Gross, cofundador da *Pacific Investment Management* (PIMCO), a maior gestora de títulos do mundo, para se referir às condições impostas pela crise financeira de 2008, cujo epicentro foi os Estados Unidos. O *novo normal* exigiu mudanças na economia, por conta da retração econômica e a adoção de protocolos específicos de saúde pública, com adaptações nas relações sociais e na organização das formas de trabalho que impactaram a classe trabalhadora em diferentes níveis.

Situamos, nesta dissertação, os impactos da pandemia da covid-19 na classe de trabalhadores/as docentes, mas especificamente no trabalho docente com professoras da educação básica localizadas na rede privada na cidade do Recife. A imposição de protocolos sanitários mais rigorosos para prevenção e controle da transmissão da covid-19, trouxe mudanças radicais na organização e estrutura do trabalho das professoras.

Diante das restrições sanitárias, o Ministério da Educação (MEC) homologou a decisão do Conselho Nacional de Educação (CNE), em acordo com as orientações de distanciamento social e aprovou, por unanimidade, a Portaria nº 544/2020 que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais pelo ensino remoto (ER) realizado por meio do trabalho docente, em formato *home office*.

Nesse contexto, as atividades laborais foram transferidas para as residências dos/as professores/as. As mudanças repentinas no cenário educacional aceleraram tendências em curso na educação básica, intensificaram a mercadorização da educação com a adoção integral das tecnologias informacionais, direcionadas aos interesses econômicos e a precarização do trabalho. A plena adoção das tecnologias da informação e comunicação (TICs) acrescentou novas demandas ao trabalho docente, controles mais rígidos e a necessidade de rápida adaptação às novas tecnologias e métodos de ensino. O oportunismo do neoliberalismo é um fator a ser considerado e reflete as decisões tomadas pelos governos, em respostas às pressões econômicas e pode ser vista como a oportunidade para avançar as agendas neoliberais no mundo (KLEIN, 2008; DARDOT, LAVAL, 2016).

Os/as trabalhadores/as foram imersos abruptamente, e de forma precária, no ambiente virtual. Carentes de preparação adequada para lidar com as novas demandas do trabalho *home office*, o que resultou em níveis elevados de ansiedade e estresse. O aumento da carga horária, o medo do desemprego, a perda de direitos e redução de salários afetaram profundamente

os/as professores/as nesse período de incertezas. A transição súbita para o trabalho *home office* não se limitou apenas à conversão das residências em salas de aula virtuais, mas também demandou uma série de transformações nos aspectos sociais, materiais e simbólicos ligados à profissão.

O *home office* é parte de uma tendência do capital neoliberal de flexibilizar as relações de trabalho, com a redução de custos para as empresas o que resulta na precarização do trabalho, na medida que os/as trabalhadores/as enfrentam condições menos seguras e garantias de direitos trabalhistas reduzidos. O trabalho *home office* representa uma mudança significativa no campo do trabalho docente, suscitando uma série de discussões que abrange questões de infraestrutura, acesso às ferramentas digitais, a conectividade, a formação adequada e outros fatores essenciais para a prestação do serviço.

Esses elementos desempenham papel crítico na adaptação dos/as professores/as a esse novo cenário de ensino que demandam habilidades tecnológicas avançadas e a criação de um ambiente propício ao aprendizado *online*. Além disso, as discussões se expandem para contemplar os problemas relacionados à conciliação entre vida pessoal e profissional. E, a questão nos parece fundamental, pois transcende a mera ideia de trazer o trabalho para casa, uma vez que implica na transformação da própria casa em um espaço de trabalho, especialmente quando se considera a dimensão do gênero e os papéis atribuídos a homens e mulheres na sociedade (CASTRO, 2013; SCOTT, 1990).

Nesse sentido, a dimensão do gênero desempenha papel importante na disparidade da distribuição das tarefas e responsabilidades no ambiente doméstico. Historicamente, as responsabilidades com o lar e dos cuidados com a família estavam concentradas às mulheres. Conforme Hirata e Kergoat (2007), essa divisão desigual é fundamentada em estereótipos de gênero que perpetuam o entendimento no qual as mulheres são naturalmente responsáveis pelas atividades domésticas. Essa situação se torna ainda mais complexa quando o trabalho é transferido para a casa das professoras.

A pandemia da covid-19 exacerbou desigualdades de gênero, quando as fronteiras entre o trabalho e a vida pessoal foram borradas. As relações de opressão e exploração das mulheres foram multiplicadas, uma vez que a sobrecarga de trabalho tanto profissional, quanto doméstico, aumentaram consideravelmente. Dessa maneira, o recorte do gênero busca evidenciar como os impactos são diferenciados quando o trabalho docente *home office* é tutelado pela docente mulher.

Nesse contexto de intensas mudanças na vida pessoal e profissional das professoras decorrentes da reconfiguração do trabalho na modalidade *home office*, a presente dissertação procura responder a seguinte questão: *como a pandemia da covid-19 intensificou a precarização do trabalho docente durante a transição para home office?* Para tanto, delimitamos como **objetivo geral**: analisar a experiência das professoras durante o trabalho docente *home office* na pandemia da covid-19. Com os **objetivos específicos** buscamos: a) entender como o trabalho docente *home office*, mediado pelas tecnologias digitais, impactam na estrutura e organização do trabalho docente; b) analisar como o trabalho docente *home office* tem impactos diferenciados sobre homens e mulheres; c) compreender os sentimentos que emergiram durante o trabalho na pandemia.

Explorar a temática trabalho docente em *home office* durante a pandemia possui uma importância significativa e, pessoalmente, relevante para minha trajetória pessoal e profissional. Durante esse período, também estive atuando como professora em uma escola da rede privada na cidade do Recife, o que me permite estabelecer uma conexão direta com as entrevistadas e as questões que são exploradas nesta pesquisa. Acredito que a minha experiência com a temática, juntamente com as teorias acadêmicas desenvolvidas, ao longo da minha formação, me ajudou a ter uma compreensão mais aprofundada e mais empática das narrativas das professoras. A relação entre minha experiência pessoal e a pesquisa tornou o processo mais envolvente e mais desafiador emocionalmente.

Ao ouvir as experiências das professoras entrevistadas e compreender como essas questões impactam a minha própria trajetória profissional, encontrei uma motivação ainda maior para compartilhar conhecimentos que possam ser relevantes e benéficos para os/as colegas de profissão. Também me traz desafios adicionais, como a necessidade de manter uma abordagem objetiva e imparcial em uma pesquisa que, apesar de compartilhar experiências que fizeram parte do meu cotidiano, busca contribuir com um estudo mais amplo, desse modo, a construção da dissertação foi pensada da seguinte forma:

Na segunda seção, intitulada “*Uma pandemia neoliberal*”, abordamos o percurso do desenvolvimento da pandemia da Covid-19. Argumentamos que o cenário de crise gerado pelo novo vírus é uma consequência intrínseca ao metabolismo de funcionamento do sistema capitalista. Destacamos como a crise tem sido aproveitada por agendas políticas e econômicas para reduzir direitos e garantias sociais, ampliando aos interesses do mercado. As restrições impostas para conter a propagação do vírus foi a janela de oportunidade para que o

neoliberalismo consolidasse seu domínio no campo da educação, por meio da implementação sistemática das novas tecnologias

Na terceira seção, “*O trabalho docente e a pandemia da covid-19*”, ilustramos como a adoção do trabalho *home office* reconfigurou a natureza do trabalho docente gerando impactos significativos na vida das professoras. Com a realização do trabalho sendo realizado integralmente nas suas residências, disputando espaço com as atividades domésticas e dos cuidados familiares, historicamente associados ao papel da mulher, resulta em jornadas de trabalho mais intensas e prolongadas que têm contribuído no agravamento de problemas de saúde, como ansiedade e estresse.

Na quarta seção, exploramos os “*Caminhos Metodológicos*”, definimos o modo como a pesquisa narrativa foi empregada para nos subsidiar na compreensão das trajetórias profissionais das professoras. A abordagem metodológica adotada está centrada nas histórias de vida e nos contextos sociais que emergem, a partir dessas narrativas, permitindo uma compreensão mais aprofundada das experiências das professoras durante a pandemia e da influência dessas experiências em suas vidas profissionais.

Na quinta seção, intitulada “*As experiências das professoras com o trabalho docente home office*”, apresentamos, em detalhes, as trajetórias das profissionais durante a pandemia do covid-19. Destacamos as disparidades de gêneros evidenciadas, a assimetria na divisão das atividades domésticas, a precarização das condições de trabalho e respectivas adaptações, o abandono relegado a essas profissionais e o adoecimento.

Na sexta seção sob o título de “*Conclusão*”, salientamos a urgência da implementação de medidas e políticas públicas que visem a promoção da igualdade entre os gêneros. Esta se torna uma necessidade evidente, diante das experiências compartilhadas pelas professoras durante a pandemia que ressaltam a importância de se abordar e combater as desigualdades de gênero no ambiente de trabalho e na sociedade em geral.

## CAPÍTULO 1 - UMA PANDEMIA NEOLIBERAL

O ano de 2020 entra para a história moderna como o principal evento da década e o principal evento do século XXI, pois foi o ano em que iniciou uma grande tragédia de âmbito sanitário, econômico, político e humanitário gerada pela pandemia do novo coronavírus (Sars-Cov-2), mais conhecido como covid-19. Essa crise escancarou as barbáries promovidas pelo neoliberalismo em todo globo. No Brasil, até o momento da conclusão da escrita deste trabalho, já ultrapassamos a marca de mais de setecentos mil mortos<sup>1</sup> de acordo com o Ministério da Saúde.

A marca trágica coloca o Brasil no ranking de países com o maior número de mortes por Covid-19 no mundo. Como reflexo desta quadra triste da nossa história, proliferaram no interior de departamentos universitários, organizações políticas e até setores da imprensa as primeiras visões apocalípticas sobre a “morte” do sistema capitalista, mas especificamente do sistema neoliberal. A barbárie produzida em escala planetária gerou debates sobre se representaria o fim ou começo do seu enfraquecimento. Por mostrar o quanto essa forma de organização societal, dependente da exploração, do controle e da perpetuação da concentração de riqueza (GUIMARÃES, 2020) é incapaz de desempenhar as funções mais básicas de governança: proteger vidas e garantir meios de subsistência. Para os defensores do apocalipse neoliberal, o sistema teria colapsado e o neoliberalismo falhou com a chegada do novo vírus.

Nomes importantes da academia reforçam o argumento. A exemplo do filósofo contemporâneo Slavoj Žižek, um dos principais críticos do sistema capitalista atual, que utilizando-se da alegoria “apocalipse”, afirma em seus textos recentes que o neoliberalismo se encontra no seu estágio final. De acordo com esse autor, a pandemia da covid-19 abriu portas para emergência de um outro tipo de vírus, também ideológico, porém muito mais benéfico, o vírus do pensamento em torno de uma nova sociedade que se atualiza sob a forma de solidariedade e cooperação global (ZIZEK, 2015; ZIZEK 2020). Em linha semelhante de

---

<sup>1</sup> Os números do total de óbitos pela covid-19 são do site oficial do Ministério da Saúde, que faz a atualização diária da média móvel de mortes e contaminados do vírus. Durante a pandemia, o Governo Federal promoveu uma verdadeira desinformação da população brasileira e, de maneira arbitrária como de costume, retirou no dia 05 de junho de 2020, do site oficial do Ministério da Saúde, que à época estava sob a chefia do General Eduardo Pazuello o “Painel Coronavírus”. O referido *site* informava diariamente o total de infectados, o número de mortes e a tabela que indicava a curva de evolução da doença. Naquele momento de “apagão” de informações, os dados sobre a pandemia passam a ser divulgados pelo Consórcio de Veículos de Imprensa (CVI). Uma colisão composta por grandes veículos de comunicação: Estadão, Folha de S. Paulo, UOL, O Globo e Extra. E, pelos canais da mídia independente, também fizeram a atualização e divulgação de informações.

pensamento, o geógrafo e antropólogo inglês David Harvey (2020) argumenta que uma resposta efetiva à nova crise do capital, instaurada pela grave emergência de saúde só seria possível através de uma transformação radical da sociedade, que implicaria efetivamente na socialização do sistema econômico.

Em contrapartida à tese de morte e/ou enfraquecimento do sistema neoliberal, a escritora e jornalista canadense Naomi Klein autora do livro “A Doutrina do Choque: a ascensão do capitalismo de desastre” (2007) faz uma investigação jornalística sobre a história do neoliberalismo e seu *modus operandi*, e nos apresenta uma tese contrária a afirmativa dos outros dois autores. Para a autora, os “desastres” produzidos pelo capitalismo neoliberal, seja ele econômico, político, social, ecológico, é intrínseco ao próprio movimento de funcionamento do capital na busca de mais expansão e implementação da agenda do livre mercado em todo mundo. Ela sustenta que tanto no passado como no presente a efetivação dessa agenda acontece exclusivamente em momentos de grandes catástrofes e crises: golpes, terremotos, guerras, tsunamis, pandemias entre outros.

Seguindo o argumento aberto pela autora naquela obra, podemos destacar a experiência neoliberal embrionária que instaurou a ditadura sanguinária de Auguste Pinochet no Chile, na década de 1970. Nos Estados Unidos, episódios como o ataque terrorista de 11 de setembro, a Ocupação do Afeganistão e do Iraque, o Furacão Katrina e a Crise Financeira de 2008 (KLEIN, 2020) também se alinham a essa narrativa. No Brasil, as crises que se instalaram a partir de 2015/2016, que culminou no golpe que depôs a Presidenta Dilma Rousseff (PIRES, 2018, p.19) são exemplos de como essa conjuntura de crises, criam condições ideais para a implementação de uma agenda neoliberal. Com políticas de flexibilização e austeridade fiscal, que no Brasil tem por objetivo produzir uma reforma profunda no aparato estatal, com a desregulamentação de direitos sociais e trabalhistas que retardam a retomada do crescimento econômico, afetando diretamente as populações mais vulneráveis.

Não nos esqueçamos da Emenda Constitucional nº 95 publicada em dezembro de 2016, popularmente conhecida como “PEC da morte”, que instituiu o congelamento de gastos da União com despesas primárias (saúde e educação) por vinte anos. A Reforma Trabalhista aprovada em 2017, onde tivemos a supressão de muitos direitos e a inclusão de novas modalidades de contratos flexíveis, como o trabalho intermitente e o teletrabalho; a Reforma Previdenciária, o Projeto Escola Sem Partido e a Reforma do Ensino Médio

(DELGADO, ROCHA, 2020). Um conjunto de estratégias que aprofundam as desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que enriquece e restaura o poder político econômico das nossas velhas elites (KLEIN, 2008; HARVEY, 2008).

Os primeiros experimentos neoliberais feitos pelos *Chicago Boys* no contexto da ditadura chilena, expressam bem a “tática” usada pelos seus doutrinadores do choque, que tem no economista norte americano Milton Friedman seu mais conhecido expoente. Ainda de acordo com a autora, em um dos seus mais influentes ensaios, o professor e chefe do departamento de economia da famosa Escola de Chicago, explicitou em termos teóricos a “tática” que deve ser aplicada para implementação das reformas econômicas e a circulação do livre mercado no mundo.

A “tática” do capitalismo contemporâneo, a qual Friedman se referia e que a autora canadense denominou “doutrina de choque”, seria esperar eclodir uma grave crise, para implementar reformas e privatizações no Estado. Segundo o economista, somente uma crise real ou pressentida, produziria verdadeiras transformações (FRIEDMAN, 1984, *apud* KLEIN, 2008). O cenário de choque que surge logo após se instale uma crise seria, para esse autor, a *tempestade perfeita* para que o “politicamente impossível torne-se o politicamente inevitável” (FRIEDMAN, 1984, *apud* KLEIN, 2008, p. 16) e o neoliberalismo apareça como mecanismo indispensável para solucionar todos os males que ele mesmo criou.

O economista defendia que, tão logo se instaure uma crise, era essencial agir rapidamente, impondo mudanças súbitas e irreversíveis, antes que a sociedade traumatizada pudesse retomar sua consciência. Ele calculava que “uma nova administração tem de seis a nove meses para realizar as principais mudanças; caso não agarre a oportunidade para agir de modo decisivo durante esse período, não terá outra chance igual” (KLEIN, 2008, p. 15).

Para o economista norte americano, o momento exato para a implementação da agenda neoliberal é aquele em que uma população se encontra traumatizada e não terá condições de apresentar qualquer tipo de resistência. O trauma é a resposta sintomática a eventos e condições de guerras e crises, produz desorientação generalizada, o que facilita o controle de uma massa de indivíduos que, resignados, estão dispostos a aceitar as restrições de direitos que lhes são impostos, que em outros contextos sua retirada seria impensável (GUIMARÃES, 2020). No Brasil, a crise instaurada pela pandemia da covid-19 fez emergir um cenário totalmente oportunista e antidemocrático, que abriu espaço para uma progressiva erosão de garantias e direitos fundamentais a qualquer democracia (CRUZ, 2019).

Olhando o cenário pandêmico brasileiro e a forma como ele foi administrado pelo governo do negacionista, e agora ex-presidente Jair Bolsonaro, para garantir a expansão dos setores empresariais, constatamos que o neoliberalismo para operar eficazmente, precisa gerar uma cultura antidemocrática na base da sociedade (os de baixo), simultaneamente à construção e legitimação de formas antidemocráticas de poder no âmbito estatal (os de cima) (BROWN, 2019). Essa é uma característica distintiva desse modelo de governança, onde a produção de um cenário antidemocrático tem impactos abrangentes em todas as esferas da vida (econômica, política, cultural, social, subjetiva). É esse cenário que sustenta e permite a continuidade do sistema neoliberal, sem ele, esse sistema sucumbiria.

Conforme Safatle (2021) o neoliberalismo é um modo de intervenção social altamente singular, caracterizado por não agir apenas pelas instâncias sociais, mas também por meio das estruturas psíquicas dos indivíduos. Sua intenção é garantir a reprodução e generalização do capital por meio da fabricação de subjetividades. Elas irão legitimar os discursos produzidos por esse sistema e sua singularidade está na forma como o neoliberalismo atua. Diferente de outras formas de poder, o sistema neoliberal não atua pela coerção física, mas por um conjunto de práticas normativas que regulam as ideias, as visões de mundo, os comportamentos e as identificações dos indivíduos que passam a compreender o neoliberalismo como a única forma possível de garantir a sobrevivência (DARDOT, LAVAL, 2016).

Na mesma esteira, Chomsky (1997) afirma que o governo não pode controlar os indivíduos exclusivamente pela força, mas sim pela produção de “consentimento”. O controle exercido pelo neoliberalismo se estende ao domínio do pensamento, influenciando as pessoas a aceitarem suas propostas e, ao mesmo tempo, excluindo-as de qualquer participação nas decisões econômicas, induzindo a uma espécie de apatia. De acordo com o autor supracitado, o grande triunfo dos defensores da doutrina neoliberal reside na suposta inexistência de qualquer outra forma de governo que possa competir com esse “novo” sistema. Eles (os defensores) argumentam que todas as alternativas falharam e, por essa razão, os indivíduos devem aceitá-lo como o único caminho possível, registrando suas imperfeições, mas acreditando que não há outra opção realista.

Dardot e Laval (2016) introduzem uma ruptura definitiva com as análises tradicionais sobre o neoliberalismo que se limitam a examinar apenas suas dimensões ideológicas e econômicas. Para esses autores, o neoliberalismo não está restrito a uma ideologia partidária específica e pode “moldar-se às mais diversas retóricas conservadoras, tradicionais,

progressistas e republicanas conforme o contexto e situações” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 242). O neoliberalismo é flexível em sua adoção a discursos políticos, o que o torna capaz de se adaptar a diferentes agendas políticas que sirvam aos seus objetivos de mercado e expansão da sua lógica econômica. Os autores ainda argumentam que o neoliberalismo também não poderia ser apenas uma doutrina econômica, pois estende sua grade de inteligibilidade para outras dimensões da vida; muito menos, seja a simples repetição ou a restauração da velha doutrina, formulada pela ciência política moderna e pela economia política clássica na década de 1930, mas é o resultado de uma multiplicidade de processos e ações. No entanto, também não se trata de um desvio ou traição aos fundamentos centrais da antiga doutrina (DARDOT, LAVAL, 2016). Esses fundamentos estão presentes no neoliberalismo em função de seu valor estratégico e operacional, servindo de alicerce para estruturar os princípios teóricos que norteiam o seu programa de ação, que tem impacto global.

Durante a pandemia, o programa de ação neoliberal se manifestou na participação efetiva do Estado no desenvolvimento de políticas públicas voltadas aos interesses econômicos, bem como, na relutância em implementar medidas restritivas como o distanciamento social e no desejo de manter as atividades econômicas ativas, as custas da saúde e da vida de milhares de pessoas. No Brasil, que viria a ser um dos epicentros mundiais da doença, a pandemia da covid-19 promoveu um verdadeiro genocídio, confirmando que não se tratava de uma "gripezinha". O chefe da pasta, integrante da base original do negacionista e ex-presidente Jair Bolsonaro em 2018, foi demitido do cargo em meio à crise pandêmica por insistir em adotar recomendações sanitárias indicadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), organismo regulador dos protocolos internacionais de saúde.

Antes de ser demitido, o ministro em desacordo com a agenda reacionária da presidência, que fiel a sua raiz autoritária, insistia em normalizar o estado de crise e fazer do colapso uma forma de governo, como propõe a doutrina neoliberal (NOBRE, 2020; DARDOT, LAVAL, 2016). Em pronunciamento via rede nacional, o ministro declarou que estávamos diante de um grande inimigo, que tem nome e sobrenome: covid-19. Ainda sob a chefia do então ministro, o Ministério da Saúde publicou a Portaria nº 356/3020, que regulamentou no Estado as primeiras medidas para o enfrentamento da pandemia. Entre as medidas estabelecidas estava a quarentena, o fechamento temporário de estabelecimentos comerciais e serviços, o distanciamento social, restrições a viagens entre outras. O objetivo era minimizar a propagação do vírus e garantir o bom funcionamento dos serviços de saúde e evitar o colapso do Estado (PLANALTO, 2020). Em Pernambuco, o Decreto nº 48.810 de

16 de março de 2020, regulamentou as primeiras medidas para o enfrentamento da crise, suspendeu o funcionamento das escolas, das universidades e demais estabelecimentos de ensino públicos e privados.

As medidas fizeram emergir uma nova realidade para a classe trabalhadora, colocando-a diante de situações nunca vivenciadas. Para a classe de trabalhadores/as docentes, especificamente da educação básica, a pandemia neoliberal exigiu uma reconfiguração do trabalho que passou a assumir novos contornos com a inserção das novas Tecnologias da Informação e Comunicação, conhecidas como (TICs). Com o fechamento das escolas, uma das medidas adotadas para a educação foi a transposição do ensino presencial para o ensino remoto, por meio do trabalho docente em formato *home office*, oficialmente adotado pelo governo federal, sob o falso discurso de “mitigar” os impactos negativos da crise no campo educacional.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) sem ouvir os/as professores/as, gestores/as, coordenadores/as e outros atores que compõe o “chão da escola”, aprovou em reunião virtual, às diretrizes que deveriam orientar os estados, municípios e estabelecimentos de ensino sobre as práticas pedagógicas durante a crise sanitária. O material elaborado em conjunto com o Ministério da Educação (MEC), listou uma série de atividades que seriam realizadas remotamente, por meio das plataformas digitais. As condições forjadas pela pandemia foi a “*tempestade perfeita*” para a expansão global do mercado de ensino com uma agenda que atuou por meio de reformas, propagação de ideias, avaliações, estabelecimento de metas, orientação de políticas (como tem acontecido nos últimos anos) com implicações diretas no agravamento da precarização do trabalho docente.

### 1.1 O NEOLIBERALISMO E AS ESTRATÉGIAS NA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19.

Uma das palavras mais usadas na atualidade para nomear o cenário emergente do novo período histórico do capital, devido à crise desencadeada pela covid-19, é o neoliberalismo. Um vocábulo usado muitas vezes para sustentar a ideia de continuidade de uma racionalidade governamental autolimitada que tomou corpo no século XVIII, materializada na limitação do poder, por meio do direito, o liberalismo (FOUCAULT, 2008). Em outros termos, uma racionalidade com garantias jurídicas preestabelecidas, a partir de um corpo de formulações

teóricas e práticas, capazes de limitar juridicamente a ação governamental do Estado sobre os indivíduos.

O termo neoliberalismo também é usado para identificar uma renovação da antiga política do *laissez faire*, porém sob a égide de um novo discurso. O que não seria possível pois, ao contrário do seu antecessor, o neoliberalismo passa a exigir cada vez mais a presença do Estado, tanto na coordenação, como na própria atuação política (DARDOT, LAVAL, 2016). O Estado agora é encarregado das intervenções que devem combater e controlar tudo que possa ameaçar a estabilidade dos mercados. O emprego da palavra também tem sido bastante utilizado para evidenciar e denunciar a barbárie em escala global, produzida por esse sistema, face ao choque pandêmico (NUNES, 2020).

Para uma compreensão mais profunda do fenômeno complexo, que é o neoliberalismo, é imperativo adotar uma postura que transcende as abordagens tradicionais e questionar acerca das circunstâncias que possibilitaram a sua aceitação generalizada (AVELINO, 2016). É essencial, portanto, compreender como foram forjadas as condições que viabilizaram sua efetivação, desvelando os caminhos pelo qual o poder se manifesta, às vezes de forma sutil e oculta, outras vezes negado em relação ao que habitualmente se entende por política (LAVAL, 2020).

Muito embora o neoliberalismo tenha surgido em um contexto histórico específico, como uma reação localizada ao Estado de bem-estar social, seu alcance não é limitado. Seus desdobramentos econômicos, sociais e políticos são frutos de uma série de experimentos iniciados no contexto da América Latina, nas décadas de 1960/1970. Contudo, as análises sobre os impactos da doutrina neoliberal só ganham força e visibilidade a partir das décadas seguintes (1980/1990), com o empreendimento da sua ação prática, simultaneamente nos governos da Inglaterra (Margaret Thatcher) e dos Estados Unidos (Ronald Reagan). Esses fatores permitiram a revelação de dois movimentos: o primeiro, enquanto caráter discriminatório dos estudiosos do neoliberalismo, de não deterem as suas análises aos primeiros laboratórios, *in lócus*, da prática neoliberal que se encontram nas periferias do mundo, assoladas por governos autoritários e o segundo, como lado plural e heterogêneo do alcance prático da sua ação, legitimada universalmente (DARDOT, LAVAL, 2016).

Por esses motivos, o neoliberalismo não pode ser compreendido de um modo tradicional, como uma ideologia ou doutrina restrita apenas à esfera econômica. Mas o resultado de uma forma racional de governo, portadora de um programa de ação muito bem elaborado que possui variações tanto geográficas, quanto históricas que atravessam todas as

dimensões da vida humana e da qual ninguém, em qualquer lugar escapa. O neoliberalismo se constitui como um conjunto de discursos, dispositivos e práticas que determinam um novo modo de governo, da produção de indivíduos e da fabricação e conformação dessas subjetividades com base no princípio universal da lógica econômica (DARDOT, LAVAL, 2016).

O neoliberalismo é nesse sentido o que Michel Foucault chama de “efeito global”, ou seja, o efeito de processos múltiplos, heterogêneos, e não a colocação deliberada de uma ideologia ou de uma doutrina. O neoliberalismo não é um modo de governo que faz da adesão a uma doutrina o meio privilegiado de poder; ele se apoia, sobretudo, na coerção que exerce sobre os indivíduos por meio das situações de concorrência que coloca ativamente em prática. É justamente por isso que nós falamos de uma “racionalidade” comandando as práticas desde o interior, e não no sentido de uma motivação ideológica ou intelectual. Essa razão do “mundo” é global, “faz mundo” no sentido de que ela atravessa todas as esferas da existência humana sem se reduzir à esfera propriamente econômica (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 10).

No contexto do neoliberalismo a dimensão do trabalho é vista como uma área em que novas subjetividades e formas de existência são criadas para atenderem às demandas do capital. Uma das características dessa abordagem é a criação do “*homo economicus*”, sujeitos produzidos para dar lucro e tomar decisões racionais que maximizam seus interesses individuais e rendimentos. Essa nova subjetividade deve adaptar-se a toda e qualquer lógica de flexibilização imposta pelas variações do mercado, que passa a gerir as regras de organização e reorganização dos processos produtivos, cada vez mais assujeitados às políticas neoliberais. O mundo do trabalho encontrou na recente crise a janela de oportunidade para implementar um novo regime de acumulação, orientado pelo capital flexível, que introduz novas formas de trabalho condicionadas às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

A nova ofensiva do capital neoliberal no seu estágio pandêmico, implica em determinações práticas, que incidem no campo social, político e econômico com objetivo de precarizar cada vez mais a classe trabalhadora e dismantelar as bases que sustentam as relações de trabalho: as garantias e os direitos. As transformações radicais impostas pelo neoliberalismo desde a Reforma Trabalhista promulgada em 2017 e agravada com a pandemia da covid-19, têm promovido o aumento do desemprego, da terceirização, o crescimento da informalidade e a flexibilização das relações e garantias trabalhistas. Essas transformações têm contribuído para desregulamentação das condições de trabalho, que resultam em intensa precarização de uma massa de trabalhadores/as. Todavia, esse movimento de precarização não é homogêneo, pois apresenta características distintas e comuns, variando de intensidade conforme a crise. Por outro lado, também não está restrito

a um espaço geográfico, como o Brasil, mas parte de uma tendência global impulsionada pelas tecnologias informacionais, que transcendem as fronteiras para tornar-se realidade em outros centros do mundo (ANTUNES, 2015). Em outro momento, Antunes (2018), indaga que

a precarização é, por um lado, um fenômeno intrínseco à sociabilidade construída sob o signo do capital; por outro, uma forma particular assumida pelo processo de exploração do trabalho sob o capitalismo em sua etapa de crise podendo, portanto, ser mais ou menos intensa, uma vez que não é uma forma estática. Nas épocas de crise — Não existem, nesse sentido, limites para a precarização, mas apenas formas diferenciadas de sua manifestação ao redor do mundo (ANTUNES, 2018, p. 7).

O pensamento em questão confirma que a precarização do trabalho é a estratégia mais eficaz do neoliberalismo, na construção de um novo e hegemônico ciclo produtivo que vai se delineando, tomando forma e ganhando força ao redor do mundo, seja nos países centrais ou nos setores avançados dos países em desenvolvimento. A dimensão estratégica do neoliberalismo pode ser compreendida como aquilo que confere inteligibilidade às políticas neoliberais. É o resultado de um conjunto de decisões conscientes e intencionais, conforme Foucault (1972) tomadas por governantes de todo mundo, intrínsecas ao jogo de poder do qual fazem parte.

Esse fenômeno indica que são dispositivos e mecanismos de controle de alcance global, que impõe novas regras, que resultam em mudanças significativas nas estruturas sociais e econômicas, conferindo uma nova marca, a da precarização no mundo do trabalho. Por este motivo, a dimensão estratégica no neoliberalismo não deve ser negligenciada. As políticas neoliberais não são o simples resultado de forças econômicas inexoráveis, elas são escolhas políticas deliberadas estrategicamente que tem por objetivo promover uma determinada visão de mercado e sociedade. Nesse sentido, concordamos com a argumentação dos autores Dardot e Laval (2019) quando afirmam o seguinte:

o que devemos de fato entender por “estratégia”? No sentido mais comum, o termo designa a “escolha dos meios empregados para chegar a um fim” É inegável que a virada dos anos 1970-1980 mobilizou todo um leque de meios para se alcançar no melhor prazo certos objetivos bem determinados (desmantelamento do Estado social, privatização das empresas públicas etc.). Portanto, estamos muito bem embasados para falar, nesse sentido, de uma “estratégia neoliberal” como um conjunto de discursos, práticas, dispositivos de poder visando à instauração de novas condições políticas, a modificação das regras de funcionamento econômico e a alteração das relações sociais de modo a impor esses objetivos (DARDOT E LAVAL (2019, p.189).

O neoliberalismo não se limita à coerção, o seu programa de ação se vale de estratégias muito sutis que se inserem no conjunto das demandas sociais. Devido a pandemia, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) foram massificadas no campo da educação, o que agravou os processos de precarização do trabalho docente. Quando foram decretadas as primeiras medidas sanitárias de contenção do vírus, como o distanciamento social e a orientação de fechamento das instituições escolares, a precarização do trabalho assume novo sentido na vida dos/as professores/as, à medida em que tiveram que se adaptar à nova realidade imposta. Deixa de ser um imperativo constitutivo da própria relação desigual do trabalho, para assumir uma dimensão moral (ALVES, 2014; SAFATLE, 2020).

A nova ordem econômica camuflou a precarização do trabalho docente durante a pandemia da covid-19 no discurso de que “*A educação não pode esperar*”, justificada em uma suposta emergência criada pelos organismos internacionais financeiros, do qual o Brasil desde a década de 1990, é dependente. Essa narrativa tem por finalidade criar uma dimensão moral, com o objetivo de influenciar a percepção da sociedade sobre a resistência dos/as professores/as à determinadas políticas e condições de trabalho. Essa estratégia procura retratar os/as docentes que resistem a certas medidas como alguém que está negando a continuidade dos processos educativos, colocando em risco a educação de crianças e adolescentes que já sentem o peso da extrema vulnerabilidade das suas condições sociais. O que seria visto como uma falta moral, gerando um sentimento de responsabilização e culpabilização por parte dos/as docentes, criando um ambiente em que os/as professores/as se sintam desencorajados a resistir e pressionados a aceitar condições de trabalho precárias e políticas educacionais que não considerem adequadas a realidade existente.

Sem acesso aos recursos tecnológicos, a conectividade e a ambientes propícios, muitas crianças e adolescentes foram excluídas das salas de aula virtuais. Negar a educação, não era o objetivo dos/as professores/as que se mostraram resistentes às novas dinâmicas do processo educacional para enfrentamento da pandemia, mas questionar em que condições a educação seria oferecida. A atitude dos docentes teria evitado que essas mesmas crianças e adolescentes fossem os grupos particularmente mais afetados pelas dificuldades dos mais de dezoito meses de ensino remoto. No contexto neoliberal a precarização do trabalho docente não é um destino inevitável, mas uma estratégia política.

A pandemia desencadeou um cenário de instabilidade e incertezas na educação: a falta de informação a respeito do novo vírus, o rápido alastramento da doença, a omissão do Governo Federal na compra das vacinas, junto ao movimento anti-vacinação também

encabeçado por aquele governo, que durante toda a pandemia espalhou *fake news* nas redes sociais (PEREIRA et al., 2022). Esses episódios promoveram uma verdadeira desinformação da população, gerando confusão e desconfiança em relação às informações oficiais sobre quais medidas deveriam ser adotadas para contenção do vírus, além de enunciar diariamente falas criminosas, fundadas em opiniões pessoais que reforçam e reproduzem preconceitos. Todos esses eventos pavimentaram o caminho para o retorno das aulas nas plataformas digitais.

As aulas retomadas em formato online, mediadas pelas tecnologias da informação e comunicação (TICs) trouxeram, novamente, para o centro do debate as discussões sobre Ensino Remoto (ER) e Educação a Distância (EaD) no terreno da educação básica e, as articulações cada vez mais fortes entre o setor público e setor privado na mercadorização do campo educacional. A adoção das plataformas digitais para mediar o ensino remoto acertou, precisamente, a espinha dorsal do trabalho docente, devido a mudanças na organização interna e externa desse trabalho. Essas mudanças afetaram de maneira particular a docente mulher, na condução desse trabalho acontecendo integralmente no ambiente doméstico.

Quando falamos em precarização do trabalho docente, não se trata de algo novo. O que observamos, no entanto, é que no contexto de um Estado pandêmico, a precarização do trabalho apresenta algumas especificidades que cabem a nossa atenção, por evidenciar um aspecto adicional da brutalidade do neoliberalismo, que não se restringe apenas à precarização do trabalho, mas tem repercussões significativas sobre a vida dos indivíduos (DARDOT, LAVAL, 2016). Essa observação enfatiza como o neoliberalismo não afeta apenas as condições econômicas, mas vai além, com ramificações profundas em múltiplas esferas e aspectos da vida cotidiana. Isso inclui questões sociais, culturais, psicológicas influenciadas pelas políticas e práticas neoliberais que afetam a qualidade de vida e bem-estar das pessoas.

Desde a emergência da crise da covid-19, muitas empresas adotaram medidas de caráter emergencial que asseguram o funcionamento “normal” do trabalho no contexto de um distanciamento social. Uma das medidas, foi a implementação do trabalho *home office* e todo um conjunto complexo de inovações tecnológicas, acompanhado de uma série de softwares e aplicativos, que têm o objetivo de flexibilizar, precarizar e gerar lucro em detrimento de uma educação de qualidade e condições de trabalho dignas para os/as professores/as.

## CAPÍTULO 2 - O TRABALHO DOCENTE NA PANDEMIA DA COVID-19.

A educação tornou-se uma área imensamente lucrativa ganhando centralidade nos projetos de desenvolvimento econômico das sociedades neoliberais, como o campo rentável da atuação dos mercados (HYPÓLITO, 2011). Desse modo, a iniciativa privada atua livremente, via pautas de privatizações e, no período da pandemia, via maior articulação na transferência de recursos do setor público para o setor privado, com a compra de serviços educacionais, ligados às novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Esse feito reforça o discurso da agenda neoliberal, em torno da modernização da educação, através da mercantilização do ensino.

As TICs, popularmente conhecidas como as novas tecnologias informacionais, promoveram um verdadeiro "*great reset*"<sup>2</sup> no campo da educação durante a crise sanitária. Uma delas foi a própria reconfiguração do trabalho docente, convertido para modalidade *home office*. Em meio a ofensiva privatista, que não nasce com a pandemia, mas se intensifica, o trabalho docente visto ainda como atividade periférica e de menor valor em relação a outras profissões, que gozam de maior reconhecimento e prestígio, constitui-se como umas das peças principais deste novo "capital pandêmico" (ANTUNES, 2020) e torna-se umas das chaves fundamentais para compreensão das recentes transformações ocorridas nas sociedades neoliberais (TARDIF, LESSARD, 2009). O trabalho docente é um campo de contradições, pois além da importância econômica como agente de reprodução da ordem vigente, também assume centralidade na sociedade, "personificando as esperanças de mobilidade de diversas camadas da população" (NÓVOA, 1995, p.17). Eis aqui, portanto, a ambiguidade desta profissão, além de agentes econômicos os/as professores/as são, inevitavelmente, agentes políticos.

Nesse contexto de mudanças radicais, desencadeadas pelo espraiamento da contaminação do novo vírus, as sociedades neoliberais que, já têm como forte característica serem altamente tecnológicas e informatizadas, viram com a simbiose entre pandemia e as tecnologias digitais, a generalização da lógica neoliberal como uma política global de

---

<sup>2</sup> Termo "*The Great Reset*" a "*A Grande Reinicialização*" do capitalismo, foi usado no 51º Fórum Econômico Mundial (FEM), em 2021 pelo seu criador e presidente, o economista Klaus Schwab, para prever um conjunto de mudanças tecnológicas que devem trazer uma quebra de paradigma para o campo da economia e de toda sociedade. De acordo com o economista "a pandemia representa uma rara janela de oportunidade para refletir, reimaginar e resetar o mundo"

<https://noticias.r7.com/prisma/refletindo-sobre-a-noticia-por-ana-carolina-cury/melhorar-ou-controlar-o-mundo-qual-a-real-intencao-do-great-reset-29062022>

sobrevivência. “Sendo global deve estar na base de todas as decisões individuais, permite a inteligibilidade de todos os comportamentos e deve ser a única a estruturar e legitimar as ações do governo” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 214) em prol do que ficou conhecido como “novo normal”, ou seja, um falseamento da realidade, alinhados aos interesses dos setores econômicos. Uma espécie de *trade-off*<sup>3</sup> entre vida e economia, presente em diversos momentos da fala do negacionista, e ex-presidente Jair Bolsonaro, em manifestação pública durante a crise sanitária.

Os interesses econômicos prevalecem no Estado e por conta disso, pagamos um preço muito “caro”, inclusive para os padrões neoliberais pandêmicos. No Brasil, já são mais de setecentos mil óbitos causados pela doença. A generalização do neoliberalismo culminou na informatização de todas as esferas da vida, gerando novos padrões de comportamento que implicaram em alterações nas relações sociais, nas relações de trabalho que passam por profundas e constantes reformulações para adequar-se, cada vez mais, aos pressupostos neoliberais. Com a obrigatoriedade do distanciamento social imposta pelos governos de quase toda a totalidade, dos mais de 190 países alcançados pela covid-19, após a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretar, pela sexta vez na sua história, o estado de emergência de saúde pública de importância internacional: pandemia.

No âmbito da educação o governo brasileiro segue o receituário neoliberal, usa o contexto do distanciamento social para criar condições favoráveis a radicalização do projeto privatista, com o argumento de que “*A educação não pode esperar*”. A emergência foi criada pelas organizações financiadoras de educação e endossada pelos setores empresariais brasileiros com o slogan “*O Brasil não pode parar*”, retirado posteriormente do ar pela justiça. Nada que nos impressione em termos de empresariado brasileiro, pois nunca se mostrou sensível à realidade imposta pela crise sanitária à população de maneira geral, em especial ao conjunto da classe trabalhadora. Estão preocupados apenas em gerar mais lucro em cima de menos tributação, menos custos trabalhistas e mais trabalho precarizado.

As grandes organizações financiadoras de educação, ou como bem nomeou Farias

---

<sup>3</sup> Conceito bastante utilizado na economia para se referir às escolhas difíceis e controversas que líderes políticos enfrentam durante crises. De acordo com EL KHATIB (2020), “Os formuladores de políticas do governo e dos bancos centrais foram confrontados com duas decisões importantes: ‘salvar as pessoas antes de salvar a economia’ ou ‘salvar a economia antes de salvar as pessoas’. Uma escolha teve que ser feita porque era difícil conseguir as duas ao mesmo tempo. Você não pode salvar as pessoas e a economia ao mesmo tempo, porque para salvar as pessoas (que também são agentes econômicos) durante o surto, você deve pedir que elas ficassem em casa para controlar a propagação do coronavírus, o que significa que as atividades econômicas terão de parar ou reduzir significativamente, o que provocará uma desaceleração na economia” (p. 12).

(2022), os grandes "*tanques de pensamento*". Dentre eles podemos destacar, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização para Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE), Banco Mundial (BM), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que exercem desde a década de 1990 (SANTOS, 2019) papel fundamental na orientação e formulação de políticas públicas de educação, que norteiam os "documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC) com objetivo de adequar as deliberações advindas do mercado" (MARONEZE, 2011, p.13), sendo força motriz no processo de ampliação do empresariamento da educação brasileira.

Farias (2022) também enfatiza que o empresariado representa os setores mais abastados e conservadores das velhas elites do Brasil, são eles: as indústrias, o setor agrário e os sistemas financeiros. No âmbito da educação, são representados pela Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna, Fundação Estudar, Instituto Von Mises e outros produtores de "consensos" em torno de pautas educacionais, que ditam os rumos da educação, trazendo as "soluções" para o enfrentamento dos problemas.

Durante a pandemia essas organizações continuaram a desempenhar papel significativo na formulação de propostas e na influência sobre as decisões governamentais, por meio da edição de Leis, Decretos, Portarias, Medidas Provisórias, Emendas Constitucionais que "enlaçam as narrativas empresariais" (RODRIGUES, 2020, p. 19). Podemos destacar a Portaria do MEC nº 343/2020, que autorizou a substituição das aulas presenciais, por aulas veiculadas por meios tecnológicos digitais. A Medida Provisória nº 934/2020 estabeleceu as normas de excepcionalidade sobre a manutenção do calendário letivo da educação básica e do ensino superior, diante das necessidades de distanciamento social, convertida posteriormente em Lei nº 14.040, em agosto do mesmo ano (BRASIL, 2020).

A Lei em questão (14.040), reconhece o estado de calamidade pública e o recrudescimento da pandemia, em virtude do cenário precário de insalubridade social que contribui para agravar, ainda mais, a crise sanitária. Em seu art. 1º confirma que estamos diante de uma situação atípica no campo educacional, com a suspensão das atividades escolares presenciais e como respostas às medidas de isolamento social que impactam no fechamento das instituições escolares. Isso permitiu que os professores estivessem diante de uma situação inédita e sem precedentes na história da educação básica, devido a implantação do ensino remoto. A promulgação de Leis, Decretos e outros instrumentos normativos demonstram a amplitude da capacidade de intervenção das estratégias neoliberais na criação de novos

mercados, como argumentado por Dardot, Laval (2016). Essas políticas ilustram a flexibilidade e abrangência das medidas adotadas dentro do quadro do neoliberalismo, buscando adaptar e reorganizar as condições econômicas e sociais em respostas às crises, influenciando a formulação de políticas em diferentes áreas.

Com isso, temos a consolidação do mercado da educação, a partir da implementação das novas TICs, que terá reflexo direto na intensificação da precarização do trabalho e da vida dos /as professores/as, quando o trabalho docente agoniza com aumento substancial da taxa de desemprego, fruto do desajuste da demanda entre oferta de formação e a abertura de novos postos de trabalho. Alguns autores defendem que a terminologia ensino remoto (ER) é um mero neologismo para não desvelar que estamos diante da educação a distância (EaD) e a presença cada vez mais intensa dos privatistas à "luz do dia", na disputa do campo educacional, mas especificamente da educação básica e do trabalho docente.

[...] estamos vivendo o momento mais adverso para educação no Brasil, tendo ensino remoto conectado ao projeto de consolidação do ensino à distância, como expressão mais amadurecida da precarização da força de trabalho. O crescimento do ensino a distância e a implementação do ensino remoto em praticamente todas as instituições durante a pandemia, acontecem no mesmo lapso temporal em que se processa o aumento do desemprego e a consolidação de um mercado de trabalho marcado por processos de intensa precarização (MELIM, MORAES, 2021, p.207).

Em Pernambuco, o governo de Paulo Câmara (PSB) seguiu as determinações legais do governo federal para o campo da educação e adotou o ensino remoto no estado e a reconfiguração do trabalho docente em seu formato *home office*. O *home office* não é uma modalidade nova, mas foi potencializada com a pandemia e converter-se em modalidade essencial de trabalho para manter as atividades econômicas das grandes organizações e empresas, entre elas, a escola. No âmbito do trabalho docente, o *home office* garante a continuidade dos processos de ensino e aprendizagem, sem que os direitos implicados nessa relação sejam devidamente reconhecidos.

A categoria dos trabalhadores e trabalhadoras da educação, que já vivenciavam condições precárias no exercício da profissão (baixa remuneração, sobrecarga de tarefas, locais insalubres) anteriores à pandemia, tiveram suas condições de trabalho severamente agravadas com a inserção do *home office*. Percebe-se, portanto, o aumento das desigualdades no âmbito da divisão sexual do trabalho, com a sobrecarga nas rotinas de trabalho das professoras devido às extensivas jornadas, com aulas *online*, preparação de materiais, correção de atividades,

reuniões e, ao mesmo tempo, o acúmulo das tarefas domésticas e do cuidado com a família.

Nesse complexo e vertiginoso cenário, observa-se o aumento de transtornos mentais fruto da atual conjuntura de intensa precarização e da ruptura do local de trabalho com a migração para o ambiente doméstico. A quebra da rotina das relações e trocas profissionais, a falta de apoio e de vínculo direto entre professor e aluno, a exposição a todo tipo de cobranças e pressões sociais relacionadas às novas formas assumidas com o trabalho *home office*, são agravantes no adoecimento destes profissionais.

Essas circunstâncias, considerando a redução salarial, o prolongamento da jornada de trabalho, a falta de apoio e condições oferecidas aos docentes diante do ensino remoto, além de não se mostrarem compensadoras e estarem em desacordo com o nível de responsabilidade e exigência da função, tem postos os (as) profissionais de educação em situações de extremo estresse, esgotamento físico e falta de motivação, tornando-os (as), além disto, mais subordinados ao trabalho como ensino remoto, por conta da ameaça de desemprego (ZIENTARSKI; SOUSA; MARTINS, 2021 p.13).

A pandemia colocou os professores diante de uma série de situações complexas que têm impactos profundamente na educação. Envolve assimetrias nas condições de acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Os alunos de diferentes regiões e origens econômicas tiveram experiências educacionais significativamente diferentes. Algumas famílias têm mais acesso aos dispositivos e conexão de qualidade, enquanto outras enfrentam mais dificuldades por conta de sua condição social precária, para acessar as salas de aulas virtuais. As disparidades socioeconômicas entre os/as professores/as também são claramente visíveis, e aqueles que estão em condições financeiras menos favoráveis, enfrentam mais dificuldades para se adaptar ao trabalho *home office*.

Isso se deve em grande parte à baixa qualidade do acesso à internet em suas residências e à falta de ferramentas digitais compatíveis com as plataformas de educação. Soma-se a esses fatores, a falta de capacitação digital prévia (SENHORAS, 2021), que também dificultou a transição desses profissionais para o ensino remoto. Para os/as professores/as que já tinham alguns conhecimentos das ferramentas digitais a transição foi menos dolorosa, entretanto, para aqueles com pouca ou nenhuma experiência com as plataformas digitais, sobram as cobranças, as pressões para adaptar-se rapidamente às novas dinâmicas de trabalho e sem o suporte adequado, o que elevou os níveis de estresse e esgotamento profissional.

A situação é complexa e desafiadora, envolve desde a falta de acesso e suporte tecnológico dos profissionais e dos estudantes, a pouca experiência dos professores e a falta de capacitação prévia para o uso de tecnologias para a realização do trabalho remoto, até a situação vulnerável de muitas famílias de estudantes. (OLIVEIRA, JUNIOR, 2020, p. 734).

Nesse contexto de desigualdades sociais profundas, as contradições inerentes aos processos educativos tornam-se mais evidentes. O compromisso dos/as professores/as com a docência, que envolve a oferta de uma educação de qualidade, muitas vezes se choca com a impossibilidade de concretizá-la, devido à dura realidade brasileira. Essa realidade é caracterizada pela falta de recursos materiais, financeiros, sociais nas instituições de ensino, decorrente da distribuição desigual de direitos que se agravaram na pandemia. Essa situação coloca os/as professores/as em uma posição em que o desejo de fornecer uma educação de qualidade esbarra nas limitações estruturais e nas desigualdades que afetam o sistema educacional do país.

## 2.1 TRABALHO *HOME OFFICE*: QUE TRABALHO É ESSE?

O advento da globalização propiciou o desenvolvimento e a difusão da internet e das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) que instituíram no campo do trabalho mudanças radicais na forma, na organização e no controle das atividades produtivas. Essas mudanças resultaram na substituição de modelos de produção de caráter rígido, pela adoção de modelos produtivos mais descentralizados e flexíveis. As novas formas de trabalho permitem a realização simultânea de várias atividades, em virtude das novas práticas de gerenciamento e supervisão que não estão mais restritas ao espaço físico da empresa. O que cria a falsa sensação de mais autonomia e liberdade, uma das características principais promovidas pelo neoliberalismo.

De caráter polissêmico, característica típica do sistema do qual é parte, o flexível, a expressão *home office* é frequentemente usada como sinônimo para identificar outras modalidades de trabalho que fazem parte do gênero trabalho a distância (NASCIMENTO, CREADO, 2020). A ambiguidade do termo pode apresentar empecilhos à identificação da problemática, uma vez que os elementos que caracterizam os pressupostos desta relação de emprego para subordinação das regras jurídicas, têm significados e resultados diversos. Mas concordamos que sim, que há diferenças, mas também muitas similaridades, especificamente entre o teletrabalho e o *home office*, que serão evidenciados no decorrer desse texto.

Para Organização Mundial do Trabalho (OIT), o *teletrabalho* é a modalidade efetuada distante do escritório ou das dependências da empresa. Em qualquer outro local que ofereça as condições necessárias para o/a trabalhador/a realizar suas atividades. A separação física do ambiente, implica como regra, a utilização das tecnologias da informação e comunicação

(TICs), para o cumprimento das atividades produtivas. O trabalho *home office*, em tese, pode ser compreendido como aquele desenvolvido pelo trabalhador no âmbito de sua residência, que funcionaria como uma “espécie de extensão da estrutura de trabalho em sua própria casa” (ALVE, RESENDE, 2020, p.5).

A tradução literal da expressão inglesa “escritório em casa”, pode levar a interpretações equivocadas, uma vez que o trabalho *home office* não se restringe a casa do/a trabalhador/a, podendo ser realizado em locais diversos. Também está subordinado ao uso da internet e das tecnologias digitais, que por sua natureza não se constitui como trabalho externo, o que não interfere no reconhecimento da relação empregatícia.

Nesse novo paradigma laboral, os dispositivos de controle e supervisão foram atualizados e não estão mais restritos ao espaço físico da empresa, como acontecia em épocas passadas e em instituições que exigiam a presença física do/a trabalhador/a, para que fossem exercidas (FOUCAULT, 1994). As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), representam, para esse paradigma, um novo panóptico, o digital e “se equiparam, para fins de subordinação jurídica, aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio”, redação dada pela Lei nº 12.551 (BRASIL, 2011).

As distinções que envolvem as duas modalidades de trabalho (*teletrabalho e home office*), não se resumem apenas ao local da prestação do serviço, mas ao controle das jornadas que afetam diretamente a aplicação de direitos legalmente constituídos na relação de trabalho, como o pagamento de horas extras e em alguns casos, o pagamento de adicional noturno. É importante pontuar, que diferente do teletrabalho, o *home office* ainda é carente de legislação específica. Para os/as trabalhadores/as em *home office*, segue as mesmas regras e orientações aplicadas à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), referentes ao teletrabalho e, somadas no que cabe, às regras do contrato de trabalho presencial.

A falta de formalização de certos direitos estabelecidos em contratos presenciais se tornou ainda mais evidente na atual conjuntura pandêmica. Muitos trabalhadores/as em *home office* não puderam ter acesso aos mesmos direitos e proteção legal que permeiam em um ambiente de trabalho presencial. O que contribuiu para acentuar a precarização das condições laborais de quem encontra-se nesse regime de trabalho.

As modalidades de trabalho a distância foram incluídas apenas recentemente ao nosso ordenamento jurídico, com a Reforma Trabalhista do governo interino de Michel Temer (PMDB), através da Lei nº 13.467 (BRASIL, 2017). Sobre a reforma, ela acentuou a precarização e o aprofundamento das desigualdades socioeconômicas, “desviando-se dos

direitos humanos e constitucionais, visto que ambos dialogam com a ideia de proteção ao trabalhador” (SCARPA, 2022, p. 287). A reforma subtraiu e alterou direitos, reorientando-os para a expansão da lógica do mercado, promovendo a informalidade, a uberização, a terceirização e a flexibilização dos empregos.

O legislador define teletrabalho nos termos do art. 75-b, inserido pela Lei nº 13.467 de 2017, como qualquer atividade exercida em ambiente diverso das dependências do empregador, podendo ser realizada na residência ou em local escolhido pelo empregado/as, por meio da utilização de recursos tecnológicos digitais, que não seja considerado trabalho externo.

Art. 75-B. Considera-se teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo (BRASIL, 2017).

Apesar de estar regulamentado, o teletrabalho no que tange ao art. 62, inciso III incluído pela Lei 13.467 de 2017, está excluído expressamente do controle de jornada e, conseqüentemente, do pagamento do adicional por horas extras trabalhadas (BATALHA, 2018). A exclusão do teletrabalho, do regime de controle de jornadas é decorrente da autonomia e flexibilização conferida aos trabalhadores/as nesta modalidade de trabalho, de criar os seus próprios ambientes e horários, o que dificulta, segundo o legislador, o controle das jornadas trabalhadas. Porém, não está suprimido a formalização de acordo entre as partes para fixação de jornada de 8 horas diárias e 44 horas semanais, facultado aos empregados compensarem seus horários e/ou reduzirem suas jornadas por meio de acordo ou convenção coletiva ou valendo-se das prerrogativas dispostas no parágrafo 5º, incluído pela reforma ao art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). As jornadas de trabalho serão monitoradas por ferramentas tecnológicas, capazes de fazer o controle para assegurar o direito ao pagamento de horas extras, caso a jornada padrão seja excedida, mantendo a produtividade no desempenho do serviço.

Diferente do teletrabalho, no *home office* não há a possibilidade de dispensa da obrigatoriedade do registro de controle e fiscalização de jornadas. No trabalho *home office* é importante destacar que os/as trabalhadores/as, em virtude da extensão do local de trabalho, são passíveis dos mesmos benefícios e direitos adquiridos em contrato convencional de emprego presencial: salários, férias, 13º salário, FGTS e jornadas de trabalho que não exceda o limite máximo de dez horas diárias, entre outros benefícios. Contudo, na impossibilidade

do controle e fiscalização das atividades externas praticadas pelo/a trabalhador/a, não será possível a comprovação do excedente de horas trabalhadas. Neste caso o empregador será dispensado da obrigação do pagamento das horas extras, independente da modalidade de trabalho.

De acordo com a Legislação Trabalhista, é de grande valia dizer que, se o empregado tem as atividades que realiza em home office controladas de alguma forma pelo empregador, esse trabalhador terá direito ao recebimento de horas extras eventualmente laboradas, mas em contrapartida o funcionário ao qual a empresa não controla a jornada de trabalho e esse empregado supostamente extrapolada na carga horária, estando o trabalhador em teletrabalho ou em home office, o empregador não terá a obrigatoriedade de pagar o horário extra para esse empregado (ALVES, REZENDE, 2021, p.12).

No *home office* o ônus financeiro é inerente ao trabalho, ou seja, os custos e encargos para o desenvolvimento das atividades laborais, assim como no trabalho convencional, são de responsabilidade do empregador, conforme disposto no art. 2 da CLT. Em complemento a este, o art. 75-D, determina que a exclusividade na aquisição, manutenção e fornecimento dos recursos tecnológicos e infraestrutura adequados à prestação do serviço, bem como, o reembolso com possíveis gastos adicionais realizados pelo trabalhador/a, na aquisição de materiais e recursos para o desenvolvimento das atividades laborais e à preservação da sua saúde, recai sobre o empregador. O empregador também deve considerar a ergonomia do local de trabalho, a fim de garantir a saúde e bem estar, que inclui o fornecimento de móveis adequados.

O reembolso não integra a remuneração do/a trabalhador/as pois violaria um dos elementos basilares que configuram a relação de emprego, que é a alteridade. A alteridade na relação do trabalho “impõe ao empregador, em condição de superioridade na relação empregatícia, os ônus e riscos advindos do empreendimento” (MARTINS; MAGALHÃES, 2018 p. 46). O reembolso será firmado em contrato escrito ou no prazo de até trinta dias.

Art. 75-D, CLT - As disposições relativas à responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, bem como ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado, serão previstas em contrato escrito (BRASIL, 2017).

A introdução das tecnologias no ambiente de trabalho facilitou o seu uso indiscriminado e trouxe impactos negativos à saúde mental e física dos/as trabalhadores/as. O excesso de conexão, também conhecido como *hiperconectividade*, o estado de quem está

constantemente conectado, acarretou em sobrecargas e intensificação do trabalho com longas jornadas para cumprir metas e atingir o maior nível de produtividade. O acúmulo de tarefas, a falta de pausas adequadas e a dificuldade de desconectar-se do trabalho, aliada a exposição diária aos estressores psicossociais (pressões, controles, cobranças, assédios etc.), acentuados durante a pandemia com a transposição do trabalho presencial para o trabalho *home office*, resultou em agravamento à saúde, relacionada a doenças ocupacionais do transtorno mental comum (TCM), depressão, ansiedade, estresse.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), doenças como ansiedade e depressão são hoje as maiores causadoras do afastamento de milhares de trabalhadores/as em escala global das suas funções produtivas. O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), alerta para o aumento de casos de afastamento das atividades ocupacionais por quadros agravados de depressão e ansiedade. De 2020 a 2021 foram registrados, no país, mais 530 mil afastamentos de trabalhadores incapacitados de realizar suas atividades por conta do adoecimento psíquico. Esse dado indica que não estamos diante de uma simples doença, mas de um problema de saúde pública, que gera impactos em diversas áreas, sociais, organizacionais, econômicas e financeiras para o Estado (FREITAS *et al.*, 2015; RIBEIRO *et al.*, 2019).

A constante conexão com o trabalho também leva à desconexão do/a trabalhador/a da sua vida privada. Ainda que esteja presente em momentos de lazer ou descanso, sente-se pressionado a estar disponível para resolver questões profissionais. Essa sensação é agravada pelo uso das tecnologias informacionais digitais, da qual o trabalho *home office* é dependente. Essas tecnologias são parte integrante e indissociável de um movimento que contribui para o adoecimento e a precarização das relações de trabalho e das relações humanas de maneira geral. O direito à desconexão, por sua vez, é a prerrogativa que assegura uma vida digna para quem encontra-se nesse regime de trabalho e que pode ser compreendido como o direito à busca por mais qualidade de vida, por saúde, lazer e descanso. Trata-se de um direito que assegure a quem trabalha a garantia de usufruir do tempo livre sem as pressões constantes de estar disponível para o trabalho.

Entende-se, portanto, que o direito à desconexão é um direito fundamental implícito e que tem como escopo garantir a efetividade de outros direitos fundamentais (direito à saúde, ao lazer, à vida privada, entre outros). Isto é, possui duplo caráter, pois, além de um direito, é também uma garantia fundamental que visa salvaguardar os direitos já mencionados. Isso porque o instrumento que garante o exercício ou a proteção de

um direito fundamental também deve ser assim considerado (GOLDSCHMIDT, GRAMINHO, 2021, p. 205).

A previsão legal do art. 75-E, deixa claro que é do empregador também a responsabilidade de garantir a saúde e a segurança do/a trabalhador/a em regime *home office*. O empregador, ao oferecer o trabalho *home office*, deve garantir as condições necessárias, no qual o/a trabalhador/as possa realizar suas atividades com segurança. Deve também fornecer recursos, suporte técnico e as orientações sobre o que deve ser feito de maneira expressa e ostensiva. É fundamental também promover uma cultura de respeito no ambiente do trabalho, evitar pressões e controles excessivos, bem como, jornadas de trabalhos estafantes. Essas medidas ajudam a manter os limites claros para que não sejam borradas as fronteiras entre vida e trabalho, dessa forma, é possível evitar a ocorrência de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

Com a chegada da pandemia da Covid-19, em março de 2020, medidas restritivas foram sendo impostas, de forma global, pela Organização Mundial de Saúde (OMS) na tentativa de conter a propagação do novo vírus. Foram feitas indicações sobre o uso de máscaras em lugares públicos, o uso do álcool gel, quarentena e distanciamento social. Este último, em termos legais, representaria a restrição de um direito fundamental, o de livre locomoção. De acordo com a Constituição Federal (CF) de 1988, no art. 5º, XV, é assegurado a todo cidadão em solo brasileiro o direito “à livre locomoção em território nacional em tempos de paz” (BRASIL, 1988). No entanto, como estávamos vivenciando um período de guerra contra “um inimigo que ainda não parou de vencer” (BENJAMIN, 1985, p. 156), o vírus (Sars-CoV-2), o direito de ir e vir foi temporariamente suprimido, em nome do bem estar coletivo.

As mudanças bruscas na organização social, política e econômica afetaram diretamente o mundo do trabalho e, para que fossem garantidas a saúde financeira das grandes instituições, a produtividade e o lucro, foram inseridas aos processos produtivos as tecnologias informacionais digitais e o *home office* como a modalidade que deveria operacionalizar as mudanças na organização e estrutura do trabalho nesse período. O *home office* não é uma modalidade nova, mas restrita a um núcleo social bem definido, caracterizando-se como um demarcador de renda.

Segundo estudo realizado pelo Datafolha em 2021, o *home office*, popularizado na pandemia, é uma modalidade de trabalho frequente entre as pessoas com mais renda e

educação. Pessoas que possuem renda mensal de mais de dez salários-mínimos e nível superior com pós-graduação, são os mais propensos a trabalhar em regime *home office*. Eles possuem todas as condições para prestação efetiva e saudável deste trabalho. No Brasil, durante o primeiro ano da pandemia, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apontou para um contingente de 8,2 milhões de trabalhadores/as em regime de trabalho *home office*. Esse fenômeno inaugurou um novo paradigma laboral e com ele “demandas e exigências, em condições laborais não reguladas, com potencial de incrementar os riscos ocupacionais e a ocorrência de adoecimento” (ARAÚJO, LUA, 2021, p. 4).

A pandemia possibilitou a desumanização de pessoas e a degradação de direitos fundamentais à dignidade humana. Nesse cenário de crise, só foi possível manter os empregos à custa de muitas desigualdades e condições precárias de trabalho e vida. As medidas para o enfrentamento do estado de calamidade pública instituiu o “ Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda”, que impõem um conjunto institucionalizado de anti-direitos bastante robusto (Decretos, Leis, Medidas, Emendas, Portarias ), que fragilizam a regulação pública do trabalho, promovem a flexibilização de direitos, a quebra da solidariedade e de todo um regime de proteção social que foram instituídos para minimizar os efeitos da relação desigual e arbitrária do trabalho (ANTUNES, 2022).

As Medidas e Decretos alteraram e flexibilizaram, ainda mais, os artigos da legislação trabalhista já precarizados com a Reforma de 2017, afastando-se cada vez mais dos pressupostos constitucionais. Algumas regras que sofreram alterações envolvem diretamente o trabalho *home office*, o controle de jornadas e os acordos individuais. A Medida Provisória nº 927/20 que regulamentou o trabalho *home office* no Estado, suprime o direito de mútuo acordo na transposição do trabalho presencial para o trabalho *home office*, cabendo ao empregador, de maneira unilateral, decidir o regime de trabalho. Também dispensa algumas formalidades como acordos e contratos, permitindo que seja instituindo exclusivamente a critério do empregador. Outros pontos importantes que merecem nossa atenção referem-se ao sobreaviso, o tempo que o/a trabalhador/a permanece conectado ao trabalho. A Medida Provisória nº 1.046/21 dispõe sobre o tempo de uso das tecnologias, da internet e da infraestrutura necessárias ao trabalho *home office*. Segundo a MP, quando usados fora da jornada normal, não enseja sobreaviso, sendo excluída a obrigatoriedade do controle, o que deu margem para todo tipo de abuso e violação de direitos.

Nessa modalidade é comum que as pessoas trabalhem além das jornadas habituais e, a depender da profissão, há uma intensificação das jornadas laborais que não vem acompanhadas de mais remuneração e nenhum direito adicional. No caso do trabalho docente, em que as demandas sofreram alterações profundas, com os/as professores/as tendo que estar o tempo todo conectados para responder dúvidas e fornecer informações em horários diversos, “fazendo com que os docentes estivessem em contínuo labor e tivessem dificuldade de se desligar das atividades profissionais” (JÚNIOR, CARDOSO, 2023, p. 3).

Quando observada essa situação sobre a dimensão do gênero, considerando as assimetrias nas divisões das tarefas domésticas, o trabalho *home office* é ainda mais desafiador, vulgarizado, adoecedor e precarizante. O trabalho *home office* ganhou popularidade entre a classe trabalhadora com destaque para a classe de trabalhadores/as docentes, que em sua maioria é composta por mulheres; foram elas que estiveram à frente desta modalidade de trabalho. Com isso, se evidencia a necessidade de uma análise mais profunda sobre as implicações de gênero no contexto do *home office*.

As condições de infraestrutura geraram impactos na saúde física, mental e na remuneração dos/as trabalhadores/as em *home office*. Para conseguir realizar suas atividades, muitos tiveram que improvisar os espaços da casa, muitas vezes locais pequenos, compartilhados com uma quantidade grande de pessoas, o que aumentavam as distrações, dificultando a privacidade na prestação do serviço. Muitos trabalhadores/as ainda tiveram que arcar voluntária e/ou obrigatoriamente com os custos do trabalho, despesas com energia elétrica, água, internet, computadores, celulares passam a incidir sobre os baixos salários, precarizando ainda mais a qualidade de vida dos/as trabalhadores/as.

O que no primeiro momento parecia uma vantagem, mostrou-se com diversas implicações negativas para aqueles/as que habitavam fora do núcleo social, do qual essa modalidade de trabalho é mais frequente. Entretanto, algumas vantagens podem ser percebidas: a oportunidade de estar mais perto da família, a possibilidade de melhorar a alimentação, não precisar se submeter aos estresses, as violências e abusos do trânsito, que é mais comum entre as mulheres, “que no deslocamento de suas casas até o trabalho, em vista a precariedade dos serviços de transporte público, sofrem com o aumento da insegurança, o assédio sexual, sendo “encoxadas” nos trens e ônibus superlotados (ALVES, 2014, p. 97).

Em suma, são muitas as questões que podem ser analisadas quando falamos de trabalho *home office*, que não caberia nos propósitos desse texto. As mudanças trazidas pela pandemia

da Covid-19 alçaram o trabalho *home office*, ao centro do debate, destacando as condições precárias enfrentadas pelos trabalhadores/as. Isso ocorre em um contexto de uma legislação trabalhista precarizada que não consegue garantir os direitos basilares e em alguns casos, retiram as poucas garantias que ainda são vigentes. Os salvacionistas das tecnologias, sem levar em consideração os contextos sociais muito díspares, anunciam que o *home office* é a nova tendência do mercado no trabalho brasileiro. Os recentes levantamentos<sup>4</sup> apontam para uma redução de empresas que adotam o trabalho *home office* no pós-pandemia. Se o trabalho *home office* veio para ficar, não sabemos, mas se ficar será ao preço da precarização da vida de muitos trabalhadores/as. Esses são os que sempre assumem os custos do serviço.

## 2.2 O TRABALHO DOCENTE *HOME OFFICE* DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: O NOVO NORMAL NO TRABALHO DOS/AS PROFESSORES/AS

A pandemia da Covid-19 tem impactado fortemente os sistemas educacionais em todo o mundo, a estimativa é de que mais de 1,5 bilhões de estudantes, em sua maioria crianças e adolescentes, dos mais de 193 países atingidos pelo novo coronavírus, tenham sido impactadas com o fechamento das instituições escolares (UNESCO, 2020). No Brasil, de acordo com a Agência do Senado (2020), dos “quase 56 milhões de alunos matriculados na educação básica e no ensino superior no Brasil, 35% (19,5 milhões) tiveram as aulas suspensas devido à pandemia, enquanto que 58% (32,4 milhões) passaram a ter aulas remotas”

Os dados expostos nos levam a algumas reflexões, além das complexas questões pedagógicas relativas à necessidade de rápida adaptação à modalidade remota: falta infraestrutura; as condições sociais precárias que dificultam o acesso aos recursos tecnológicos, por parte dos docentes e discentes; a ampliação da uberização do trabalho; a intensificação dos problemas de saúde, a carência de capacitação desses profissionais e a mercadorização da educação nesse período. Esses são alguns dos principais problemas que afetam diretamente o trabalho docente na educação básica durante a crise sanitária.

As medidas de controle da disseminação do novo coronavírus, como o isolamento social, fizeram emergir uma nova realidade para a classe trabalhadora de diversos setores

---

<sup>4</sup> Um estudo feito pela Faculdade Getúlio Vargas (FGV) aponta para a redução do *home office* no pós-pandemia. Segundo o levantamento, em 2021, 57,5% das empresas estavam em *home office* no Brasil de forma parcial ou total. Em 2022, o percentual caiu para 32,7%. De acordo com a pesquisa, a redução do percentual de trabalhadores/as, em *home office*, pode ser devido a redução das restrições impostas para contenção da pandemia, entre 2020 e 2021. <https://portal.fgv.br/artigos/tendencias-home-office-brasil>

econômicos e vínculos empregatícios, colocando-os diante de situações, nunca antes vivenciadas, já que os “efeitos sobre o mundo do trabalho e da economia, em geral são altamente comprometedores e ameaçam toda uma forma de constituição da vida social” (BITTAR, 2020, p.22). Entretanto, é necessário pontuar que determinadas categorias e grupos de trabalhadores/as foram mais impactados, como a classe de trabalhadores/as docentes de educação básica. A pandemia exigiu dessa categoria uma reconfiguração na estrutura e organização do trabalho a partir do que foi estabelecido pelo governo federal através da Portaria nº 345, que em 17 de março de 2020, substituiu as aulas presenciais pelo ensino mediado pelas novas tecnologias informacionais digitais (BRASIL, 2020).

Impulsionado pelo ideário neoliberal dos grandes conglomerados de educação, que tem por objetivo intensificar e ampliar sua rede de atuação e “parceria<sup>5</sup>”, o Governo Federal, ainda sob a gestão do negacionista e ex-presidente Jair Bolsonaro, passou a adotar medidas que privilegiasse o empresariado e as instituições financeiras. Com a falácia do discurso neoliberal de que não tínhamos outra alternativa para mitigar os impactos da pandemia no campo da educação, senão, dando continuidade aos processos educativos em cumprimento do calendário escolar, com a adoção de novos padrões tecnológicos e organizacionais do trabalho docente.

Fomos (sociedade em geral) colocados em um “beco sem saída”, obrigados a assumir a massificação do neoliberalismo na educação, com a mercantilização do ensino e da educação que não se deu pela falta de opção, mas por uma escolha política (SAVIANI, GALVÃO, 2021). E de forma compulsória, sem qualquer diálogo ou prévia consulta sobre a conversão das atividades presenciais em atividades remotas, os/as docentes foram obrigados a aderir ao novo regime de trabalho e a responder às novas exigências mercadológicas do setor educacional para o qual não haviam sido devidamente preparados/as (OLIVEIRA, 2022).

Nesse ínterim, o trabalho *home office* foi escolhido como única alternativa viável e eficiente para a continuidade dos processos produtivos, devendo assegurar no Estado

---

<sup>5</sup> De acordo com Adrião (2018, p.9) “a adoção de expressões como *parceria* público-privada, ainda que adotadas em outros trabalhos, mais servem ao acobertamento dos processos em análise do que a explicá-los. A começar pelo fato de não se tratar de relação colaborativa entre setores que atuam horizontalmente, como à primeira vista o termo “*parceria*” pode indicar. Tampouco se trata de formas específicas de privatização sugeridas pelo Banco Mundial (BM), as quais no Brasil foram reguladas pela Lei Federal nº. 11.079 de 30/12/04. Trata-se de processos pelos quais a educação pública brasileira, entendida como aquela financiada e gerida pelo Poder Público, conforme indicado na Lei de Diretrizes e Bases – Nº 9394/1996, subordina-se formal e concretamente ao setor privado com fins de lucro”.

pandêmico a lucratividade e produtividade dos serviços, inclusive os serviços educacionais. O novo regime de trabalho faz parte de uma tendência mundial do capitalismo contemporâneo, pois surge com o advento da globalização e a difusão das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), que introduziram transformações profundas no mundo do trabalho estabelecendo novos padrões, tanto na forma, como na organização que deve estar alinhada às exigências do mercado. Na educação não foi diferente, o trabalho *home office* desenhou a nova morfologia do trabalho docente, na medida em que alterou todos os elementos constitutivos da profissão quando foi transportado para *home office* (ANTUNES, 2020). Sejam os elementos de natureza simbólica (a interação professor-alunos, a relação com os colegas de profissão, com a administração, as prescrições e planejamentos, o livro didático, as regras que envolvem o trabalho e etc.) ou material (a sala de aula, o quadro, o pincel atômico, data show, etc.). Todo o campo de sentidos constituído historicamente no exercício da profissão foi, assim, rompido abruptamente durante a nova crise do capital neoliberal (BUENO, 2009).

É importante destacar que a aceitação ao trabalho em *home office* não se deu sem resistência e questionamentos, por parte dos docentes. Diferente do que é vinculado na mídia, sobre os/as professores/as serem obstáculos às inovações dos métodos de ensino-aprendizagem pelos usos das novas TICs, fazendo com que a escola andasse em paralelo às mudanças do cenário social. A resistência dos/as professores/as ao novo formato de trabalho e métodos de ensino é real e versa sobre as condições precárias de estrutura, de acesso à internet de qualidade e aos recursos tecnológicos que limitam as oportunidades educacionais e a participação plena de alunos/as e professores/as na cultura digital. A intensificação das jornadas de trabalho, a subtração de direitos, as novas formas de controle, além das ausências de formação para o uso dessas ferramentas, intensificaram a precarização do trabalho e, ao mesmo tempo, gerando “insegurança, incertezas e instabilidade na vida dos docentes, que têm receio de não dominar tais ferramentas, serem penalizados pelas secretarias de educação ou pela gestão das instituições escolares (MAGALHAES, TUÃO, LAMOSA, 2022, p.11).

No Estado de Pernambuco, conforme Secretaria de Educação e Esportes (SEE-PE), em 2020/2021 a rede privada de educação básica contava com aproximadamente 30.130 docentes, atuantes em 2.347 escolas. Durante toda a pandemia da Covid-19 e o trabalho docente *home office*, o Sindicato dos Professores de Pernambuco (Sinpro-PE), se colocou em prontidão para atender os/as profissionais que sofreram qualquer tipo de agressão, abuso, assédio ou constrangimento por parte dos empregadores. De acordo com o Sindicato, foram

inúmeras as denúncias no Sinpro-PE e na própria Secretaria de Educação, desde o início da pandemia quando o governo determinou a suspensão das aulas presenciais pelo ensino remoto.

fomos expostos a todo tipo de exploração que a falta de regulamentação do trabalho remoto (*home office*) permitia e o Sinpro Pernambuco ajuizou várias ações e denúncias junto a Justiça Trabalhista e o Ministério Público do Trabalho, para garantir os direitos dos professores (SINPRO-PE, 2020).

Segundo o sindicato, os/as denunciante(s), em anonimato, relataram os abusos que geraram as dificuldades e angústias para realizar o trabalho, inclusive o aumento das jornadas não remuneradas, as dificuldades com o acesso à internet, a recursos tecnológicos que suportassem os aplicativos que os/as professores/as eram obrigados a utilizar; a lacuna na formação inicial para utilizar as tecnologias digitais, cortes nos salários, cobranças e pressões aos/as professores/as que não oferecessem as condições mínimas para realização do trabalho na modalidade remota (*home office*). No entanto, a entidade ressaltou que apesar das denúncias, nenhuma escola ou instituição de ensino havia sido penalizada. Isso ocorreu porque ainda persistia um clima de medo e silêncio entre os/as docentes que temiam ser identificados pelas instituições. Pois, estavam sob constante vigilância e ameaças de demissão e suspensão de contratos, dentre outras punições por parte da gestão.

Parte do trabalho foi remoto (*home office*) durante a pandemia, com professores, assim como as famílias dos nossos alunos, tendo que se adaptar a essa nova realidade virtual, que na maioria das escolas ocorreu sem o devido suporte (SINPRO-PE, 2020).

O sindicato dos professores/as, na figura de seu representante Hamilton Bezerra, alega que a heterogeneidade das escolas privadas e desta classe de trabalhadores/as, a forte atuação do empresariado, a flexibilização das regras contratuais e a baixa adesão desses/as profissionais ao sindicato, a partir da Reforma Trabalhista mediante a Lei nº 13.467 (BRASIL, 2017) dificultam a organização e mobilização pela busca de melhores condições de trabalho. As dificuldades de adaptação das normas de fiscalização, para esse tipo de modalidade, “já *que não é possível entrar na casa dos/as professores/as*”<sup>6</sup>; juntamente com a falta de regras claras

---

<sup>6</sup> Em entrevista para o jornal Valor Econômico, o recém empossado ao cargo de Procurador Geral do Trabalho, Alberto Bastos Balazeiro, diz que o trabalho *home office* “exige uma adaptação das fiscalizações realizadas pelo Ministério Público do Trabalho, já *que não é possível entrar na casa dos trabalhadores*. Isso não significa, contudo, que as fiscalizações realizadas pelo órgão estejam suspensas, nem que as Medidas Provisórias que mudam as relações de emprego nessa época passem despercebidas, pois a punição a eventuais abusos não pode esperar a pandemia passar”. Alberto Balazeiro assumiu o comando do Ministério Público do Trabalho (MPT) em agosto de 2020. Na entrevista ele ainda pontuou sobre as expectativas e desafios das relações do trabalho no período pós-pandemia. “O primeiro desafio é o direito à desconexão, ter uma separação clara entre residência e local de trabalho”.

que permita a “desconexão” da vida profissional e da vida familiar para que não sejam desrespeitadas as fronteiras das responsabilidades profissionais e pessoais, borradas em jornadas extenuantes, foram percebidas durante o trabalho *home office* como agravante nos processos de precarização.

Durante a pandemia e o isolamento social emergiram novas formas de resistência e organização do trabalho docente, adequadas às novas condições laborais vigentes, confirmando que as capacidades inovadoras de luta e organização dos/as professores/as não devem ser apenas de caráter defensivo: do contrário, “as resistências aos diferentes tipos de poder como ponto de partida” (FOUCAULT, 1995, p. 225) devem ser, sobretudo, movimentos táticos de caráter estratégico. A partir desse ponto de vista, o sindicato dos/as professores/as de Macaé e Região - o Sinpro - Macaé, situado no estado do Rio de Janeiro, inovou com a “realização de assembleias, reuniões coletivas, formação de comissões e rodadas de negociações, [...], utilizando-se, integralmente, dos meios de comunicação e interação digital” (SOUZA *et al.*, 2020, p. 9).

Reunidos em assembleia online, os/as professores/as deflagraram, em julho de 2020, a primeira greve virtual dos profissionais da educação com a paralisação das atividades de trabalho nas plataformas online de ensino. A greve virtual foi a resposta do sindicato ao que eles chamaram de “aberração jurídica” as propostas dos empresários da educação de não regulamentar os salários dos/as professores/as e ainda propor o rebaixamento do valor da hora-aula em até 50%, o que é expressamente vedado pela Constituição Federal de 1998, salvo, negociação coletiva (SINPRO-MACAÉ, 2020). O Sinpro-Macaé, relata que houve retaliação às lideranças docentes que encabeçaram o movimento grevista, com demissões e perseguições nos seus postos de trabalho.

O Sinpro-PE também atualizou as formas de organização dos docentes em assembleia online, em outubro do mesmo ano (2020), decretando o estado de greve em reação ao retorno das aulas presenciais. Esse fato ocorreu devido ao receio pela abertura das instituições, pois não havia um protocolo efetivo de vacinação e biossegurança, isso provocaria a contaminação, em massa, dos/as trabalhadores/as e de toda comunidade escolar. A assembleia feita remotamente teve a participação de duzentos professores/as e adesão de 95% ao estado de greve. Entretanto, diferente do que houve no Estado de Macaé, a greve não significou a paralisação das atividades nas plataformas digitais, seria necessária uma segunda assembleia para deflagrar o movimento grevista. Naquele contexto foi pertinente a fala do representante

do Sindicato: “no momento, estamos chamando atenção para os órgãos de fiscalização e controle do Estado para defesa do direito à vida e garantias à saúde dos/as docentes e de toda a escola”, afirmou Hamilton Bezerra, presidente do Sinpro- PE. (SINPRO/PE, 2020).

Com ambientes escolares muito diversos, não foi possível o cumprimento das determinações estabelecidas pelos organismo convertidos em autoridades sanitárias (OMS e FIOCRUZ) para o retorno dos estudantes e profissionais, sem colocá-los em risco de contaminação e/ou morte. Em contrapartida, o sindicato das escolas privadas de Pernambuco - SINEPE-PE, pressionou o Judiciário e o Executivo para o retorno às atividades presenciais e ingressou com ações simultâneas no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) exigindo a reabertura imediata das instituições escolares com o retorno de todas as etapas de ensino.

As medidas tomadas pelo Sinepe-PE foram consideradas como tentativas de calar e invisibilizar a luta dos/as professores/as, desmobilizar suas entidades organizativas e desvalorizar esses profissionais diante da opinião pública, fazendo uso da mídia corporativa, através da publicação diária de que estava “tudo normal e tudo sob controle” no Estado. Naquele momento, as escolas aproveitavam-se desse argumento para justificar punições, demissões e descontos abusivos nos salários, além de reforçar os estereótipos em torno da representação social dos/as docentes.

É cabível ressaltar que quando o corpo docente é submetido às condições precárias de trabalho, são vistos como “heróis e heroínas”, fato que está aquém do que se deve considerar enquanto profissionais que merecem respeito, piso salarial equivalente à sua formação, além de um ambiente de trabalho adequado. No entanto, quando procuram melhores condições de trabalho ou se negam a submeter as suas vidas à possibilidade de contaminação e risco de morte pela covid-19, são taxados de “preguiçosos” que “não gostam de trabalhar”. Isso demonstra como a sociedade enxerga essa classe de trabalhadores/as, e o motivo por trás da constante precariedade em torno da profissão, bem como da desvalorização e desumanização a que estão diariamente expostos.

Com o trabalho *home office*, as jornadas foram ampliadas, isso aconteceu porque os/as professores/as tiveram que adaptar suas aulas para o ambiente virtual, o que demanda mais tempo para preparação e organização do seu trabalho. Outro ponto foi a dilatação do tempo que precisaram para se dispor no atendimento aos alunos e respectivos familiares, remotamente, a qualquer hora, seja através de e-mail, mensagens de whatsapp e chats, o que

significa uma extensão da jornada de trabalho, além do horário convencional para qual foram contratados/as.

Com a inserção no trabalho remoto, os professores passaram a ter jornadas ampliadas e não remuneradas, pois o tempo de preparação de um conteúdo para meios digitais (elaboração de slides, gravação e edição de vídeos, disponibilização em plataformas etc.) geralmente é muito maior do que o tempo gasto com a organização de uma aula presencial. (SILVA, 2020, p.13).

A carga horária tradicional do/a trabalhador/a docente, em média, é fixada entre oito horas diárias e quarenta semanais, conforme nova Legislação Trabalhista (BRASIL, 2017). Com o advento da pandemia, há confirmações de carga para docentes em trabalho *home office* acima de quarenta e cinco horas semanais (SANTOS, SILVA, BELMONTE, 2021). São dez, doze ou até treze horas diárias em frente ao computador, para dar conta das novas demandas e tarefas que foram incluídas ao trabalho docente “como a produção original de materiais complementares para os alunos, a realização de aulas adicionais (fora do calendário programado) e até mesmo a flexibilização de prazos de entrega e correção das atividades” (CALDERARI, VIANNA, MENEGHETTI, 2020, p. 6). Os/as professores/as também têm que lidar com a necessidade de atualização constante, o que exige mais tempo e dedicação adicionais.

Com o trabalho *home office* os/as docentes, que nesta profissão são maiorias mulheres, foram imersos em contextos de intensa sobrecarga de trabalho, decorrente da sobreposição de funções e tarefas domésticas. Devido a esse novo formato, o trabalho incorre, insidiosamente, sobre todos os aspectos da vida privada, usurpando os espaços da casa, da intimidade, do tempo de descanso, do ócio, do lazer necessário para uma vida mais humana e menos precária. Soma-se a esses fatores as preocupações com a própria saúde e de seus familiares, o enfraquecimento dos vínculos empregatícios com a progressiva degradação de direitos, as frustrações com a adaptação ao novo ambiente de trabalho e as novas metodologias para o ensino remoto. A falta de apoio instrumental e emocional da gestão; as pressões para manter os/alunos/as motivados, a falta de laços afetivos com seus pares no compartilhamento das experiências cotidianas do trabalho e as incertezas com relação ao futuro profissional, acentuam os níveis de ansiedade e estresse gerando impactos significativos na saúde física e mental, culminando em sofrimento psíquico “que pode ser classificado como um efeito colateral de sucessivas frustrações; precárias condições laborais e altas cargas de exigências” (BARRETO, SANTOS, 2021, p.7).

As consequências para os impactos causados pela mudança abrupta no formato do trabalho, conforme discorremos, são repercutidas em baixa autoestima, medo, alterações no

sono, irritabilidade, falta de concentração, esquecimento, fadiga, dor crônica e sentimento de culpa além de desinteresse pela profissão, entre outros sintomas preditores da chamada Síndrome de Burnout (BROOKS *et al.*, 2020). Essa Síndrome é um fenômeno psicossocial ligado ao esgotamento profissional que influencia na qualidade de vida e de trabalho dos/as docentes e leva anualmente milhares de trabalhadores/as, em diferentes profissões, ao adoecimento e afastamento das atividades, no entanto, estão mais propensos à doenças os/as trabalhadores/as ligados ao setor de serviço, como o magistério. Esses profissionais estão expostos cotidianamente a riscos e situações estressantes com a profissão (LEVY, SOBRINHO, SOUZA, 2009; COUTINHO, ALCANTARA, 2021).

No Brasil, professores/as ocupam o segundo lugar nas categorias de doenças ocupacionais (BAPTISTA *et al.*, 2019). Com o trabalho docente no formato *home office* aumentaram os casos de licença do trabalho, ligados ao transtorno mental comum, em virtude das novas e múltiplas atribuições impostas aos professores/as (ANDRADE, 2022). O agravo na saúde dos/as docentes em trabalho *home office* foi evidenciado em estudo feito no Estado da Bahia com a participação de mil quatrocentos e quarenta e quatro profissionais da rede privada de ensino, sobre a relação entre trabalho remoto e saúde mental na pandemia da Covid-19. Os resultados são alarmantes, principalmente para as mulheres, maioria entre os/as entrevistados/as. Entre elas destacam-se o aumento das sobrecargas das atividades domésticas (42,3%), crises de ansiedade (53,7%), alterações no humor (78,0%), transtornos mentais comuns (69,0%) e alterações no sono (84,6%). As mudanças, decorrentes da transferência do local do trabalho para a residência das professoras/as, se sobrepuseram às atividades domésticas e familiares, produzindo potenciais efeitos negativos à saúde, é o que conclui o estudo (PINHO, *et al.*, 2020).

Os processos de uberização também ganharam destaque nesse cenário, lastreados pela inserção das novas tecnologias, que diminuem a intervenção humana através das plataformas e aplicativos digitais. Envolve também mecanismos de transferências de custos e riscos da profissão, a retirada das garantias mínimas de direitos e o controle e avaliação do serviço, transferido a terceiros (ABÍLIO, 2020). Nesse período os/as docentes custearam as ferramentas necessárias para desenvolvimento das atividades remotas, internet, energia elétrica, computadores, celulares e outros. Os gastos adicionais também se deram pelo investimento em materiais específicos para gravações de videoaulas com mais qualidade, como a compra de microfones, tripé, fones de ouvido e *ring light*, o que representa um agravo na precarização com a desregulamentação dos direitos para essa atividade.

A previsão legal determina que em situações de calamidade pública, como no atual cenário pandêmico, é de responsabilidade do empregador adquirir, manter e fornecer os equipamentos tecnológicos e de infraestrutura adequada para o trabalho *home office* conforme art. 75-D, incluído pela Lei 13.467 (BRASIL, 2017). Caso o funcionário tenha despesas nesse sentido, o empregador que é o dono do serviço, será obrigado a reembolsá-lo. No entanto, a lei que atribuiu a responsabilidade do empregador na gestão do funcionamento do trabalho *home office*, não prevê a remuneração das jornadas adicionais, comum nesse formato de trabalho, uma vez que as fronteiras da vida pessoal e da vida profissional frequentemente se entrelaçam com o trabalho sendo realizado no mesmo ambiente do trabalho doméstico.

O que se viu no contexto do trabalho docente em *home office* foram os/as professores/as assumindo os custos total das suas atividades, com os seus salários reduzidos e o aumento da sobrecarga e jornadas de trabalhos exorbitantes. Essas condições foram observadas tanto nas “administrações municipais e estaduais, quanto nas escolas privadas, se valendo das novas regras laborais, impondo redução salarial e encerramento de contratos de trabalhos” (PREVITALI; FAGIANI, 2022, p.162) dos docentes que não se “encaixassem” ao trabalho *home office*. É importante frisar que esses docentes que não se “encaixam” ao *home office* são os que questionaram e discordaram dos comportamentos da empresa sobre a subtração de direitos e provisão dos recursos para prestação do serviço.

Para o enfrentamento da pandemia, que muitos consideraram como uma ‘tempestade perfeita’ para efetivação da agenda neoliberal no país, o governo federal implementou um conjunto normativo caracterizado por profundos ajustes estruturais e cortes de direitos. Desde então, no cenário pandêmico brasileiro, testemunhamos a transformação do que antes era considerado impossível, torna-se uma realidade incontestável (KLEIN, 2008), a exemplo da Medida Provisória nº 936, que fere diretamente o texto normativo e que posteriormente foi integrada ao ordenamento jurídico. A medida permitiu que os empregadores suspendessem temporariamente os contratos, reduzissem os salários e jornadas proporcionalmente, mas sem as garantias legais previstas em convenções e acordos coletivos, sendo rebaixadas ao plano dos acordos individuais que “impõe, à maioria dos trabalhadores brasileiros, a subsunção às ordens empresariais, sob o receio do desemprego iminente” (MELO, 2017). As alterações na legislação para o enfrentamento da covid-19 pelo Poder Executivo, surgiram para penalizar, ainda mais, a classe trabalhadora quando mais se exige proteção social e o fortalecimento dos direitos que são frutos das lutas ao longo de séculos (VIEIRA, VAILON, 2020).

A combinação entre redução salarial e os gastos adicionais com o trabalho *home office*, afetaram diretamente a renda familiar dos/as professores/as da educação básica, em maior e menor grau, a depender da localização geográfica e as formas de vínculos empregatícios. Os/as docentes de Educação Básica, tanto na rede pública quanto na rede privada, estão entre os grupos de trabalhadores/as mais afetados economicamente pela pandemia, ressaltando a precariedade social e econômica preexistente desta classe profissional. É importante notar que o impacto econômico não foi uniforme para todos os/as professores/as, pois aqueles que já enfrentavam condições de trabalho precárias, antes da pandemia, foram ainda mais prejudicados. A localização geográfica também desempenhou papel importante, uma vez que a infraestrutura, os custos de vida e o acesso às políticas influenciaram a extensão do impacto econômico.

Pesquisa realizada no Estado de Minas Gerais no ano de 2020, com docentes de Educação Básica distribuídos em três mil e quinhentas escolas da zona rural e da zona urbana, revelou como a pandemia afetou drasticamente a renda familiar de professores/as que já vivenciam condições precárias de formas de vida e vínculos de trabalho. Ambientes insalubres, excesso de cargas horárias, baixos salários, contratos temporários e outros. A pesquisa tem lançado luz sobre o perfil desses profissionais, evidenciando suas características específicas.

De acordo com estudos de Lima *et al.*, (2021) são professoras, especialmente aquelas que atuam em áreas urbanas, que têm pele preta ou parda, com idades entre vinte e um e quarenta anos, vivem com seus parceiros/as, são mães e acumulam até vinte anos de experiência profissional. Elas têm sido particularmente as mais afetadas. O recorte do gênero e o dispositivo racial presente no trabalho docente, torna-se evidente, especialmente quando observado no contexto do *home office* (CARNEIRO, 2023; FOUCAULT, 1999). Isso reforça o argumento de que a pandemia tem cara de mulher e mulher preta (PIMENTA, 2020) e que não houve “rupturas de direitos” nem antes e nem durante a pandemia, pois a normalidade do Estado brasileiro, em matéria de direitos sociais e trabalhistas especialmente para essa parte parcela da população brasileira, considera a precarização regra e não exceção (BRITO, 2021). Essas condições estão profundamente “capilarizadas na anatomia colonialistas e excludentes das heranças e desigualdades estruturais no contexto brasileiro” (NETO *et al.*, 2021, p. 108).

Outras marcas na reconfiguração do trabalho docente e da nova rotina dos/as professores/as com o *home office* foi a centralidade das novas formas de controle e vigilância com o uso de diferentes aparelhos tecnológicos, dispositivos móveis e plataformas online que aprofundaram, exponencialmente, essa condição e em subseqüente, retiram-lhes qualquer

autonomia (ANTUNES, FILGUEIRAS, 2020). Consideramos esse fato como uma contradição retórica do discurso empresarial da liberdade na execução das tarefas no trabalho *home office*. Pois, as novas formas de controle se impõem, gerenciadas pelo algoritmo que substitui o controle físico, pelo controle tecnológico que, ao mesmo tempo em que controlam, determinam o ritmo, a produtividade e a eficiência do trabalho dos/as professores/as.

As novas tecnologias possibilitam que o empresário possa acompanhar o trabalho a partir de qualquer lugar, enviar instruções sobre sua execução, fazer cobranças sobre a qualidade e quantidade de trabalho, como se o trabalhador estivesse no interior da empresa. Programas de software podem registrar todos os pormenores das tarefas e dos trabalhadores na rede, como o momento exato em que o trabalhador ligou ou desligou o computador, que programa está utilizando, quanto tempo gastou em cada tarefa, o tempo dedicado exclusivamente ao trabalho, períodos de pausas, número de operações realizadas, número de toques no teclado, erros cometidos, etc. Por meio da supervisão e direção remotas, as rotinas de trabalho podem ser seguidas passo a passo e as instruções vão aparecendo na medida em que a tarefa vai sendo executada. O controle físico é substituído pelo tecnológico, mais eficaz que o tradicional porque permite a vigilância direta, embora, diferida. O empresário, supervisor ou chefe não mais circula pela unidade e sim pela rede, que forma parte da empresa. O trabalhador submete-se a uma liberdade vigiada, tão ou mais temida que a vigilância física, feita pelos olhos do patrão. A própria ferramenta de trabalho – o computador – se encarrega de cobrar procedimentos, comportamentos e produção. Mesmo no trabalho intelectual o empresário pode enviar instruções e limitar as iniciativas pessoais e o poder criativo (SAKO, 2012, p.19).

As novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) oferecem ferramentas que permitem que a gestão, a avaliação e o monitoramento das atividades docente se concentrem não mais nas figuras dos diretores/as e coordenadores/as, mas em uma “multidão de vigilantes”, usuários-consumidores (ABÍLIO, 2019) dos serviços prestados pelo/as professores/as nas plataformas online. Sejam eles os consumidores diretos, os/as alunos/as, como também os consumidores indiretos, como os pais, familiares e a comunidade geral. Nessas plataformas o trabalho docente ficou exposto para ser avaliado, controlado e questionado por todos. As plataformas e os dispositivos utilizados para o trabalho remoto têm a capacidade de rastrear e medir o tempo de atividade, interações online, produção de conteúdo e até mesmo a atenção dedicada às tarefas. Esses dados são usados para avaliar o controle e desempenho dos /os professores/as que vão assumindo, dentro das plataformas e dispositivos digitais, a condição de professores/as permanentes.

Nessa conjuntura, a consequência é o aumento exponencial da submissão e exploração no ambiente do trabalho, levando ao limite os interesses e ditames do capital neoliberal que, através das plataformas digitais, passam a controlar, não apenas as atividades (ANTUNES, FILGUEIRAS, 2020), mas também as subjetividades dos sujeitos para lhe extrair o máximo

de produtividade e desempenho. A grande novidade desse sistema econômico e político reside justamente na capacidade de moldar os indivíduos, torná-los capazes de suportar as condições que lhe são impostas. Esse processo envolve não apenas a sua adaptação, mas a sua participação direta na criação e manutenção da sua própria condição de precariedade (DARDOT, LAVAL, 2016).

Essa é uma realidade presente no cotidiano do trabalho docente, antes mesmo da inserção do *home office*, com os/as professores/as levando o adicional do trabalho para ser realizado em suas casas, fora das estruturas formais das jornadas remuneradas. Além disso, durante a pandemia, motivados pelo sentimento de empatia e comprometimento com a profissão, colocaram-se à disposição, quase que integralmente, nos aplicativos de mensagens para responder os/as alunos/as e seus familiares.

Nesse cenário, os/as professores/as também tiveram que adquirir novos conhecimentos e habilidades para atender as demandas do ensino virtual, muitos dos quais não fazem parte de sua formação profissional inicial, resultando na ampliação das suas funções como também, na desprofissionalização docente com a perda da identidade profissional. Os/as professores/as passaram a questionar a validade da sua formação já que não precisam mais recorrer aos conhecimentos prévios, construídos socialmente, fundamentais para lidar com questões sociais complexas e urgentes, que ainda assombram os nossos tempos, como o preconceito, o racismo e a violência produtores de desigualdades. Essas questões são negligenciadas em favor de uma abordagem estritamente instrumental, voltadas unicamente para fins lucrativos (LAVAL, 2019). O trabalho docente, amplamente desvalorizado perde ainda mais reconhecimento e importância, à medida que é esvaziado da sua função social e os professores são reduzidos a meros executores de métodos e atividades em plataformas digitais de ensino.

Com o trabalho *home office*, o neoliberalismo promove a construção de uma subjetividade que está totalmente envolvida com o trabalho. Essa subjetividade engajada é incentivada pela crença de que o indivíduo deve encontrar motivação e satisfação no próprio trabalho, tornando-se uma parte integral dele (DARDOT, LAVAL, 2016). Isso é reforçado pelo uso de incentivos, como recompensas e pelo sentimento de realização para encorajar o desempenho no cumprimento das atividades.

Essa nova fase do capital neoliberal, impulsionado pelo *home office* e o desenvolvimento das inovações tecnológicas, resulta na emergência de um novo regime de acumulação financeira, na qual a gestão de pessoas torna-se aspecto central. Nesse novo regime os métodos de controle são menos coercitivos e mais sutis. Ou seja, eles operam por meio de

consentimentos aparentes, ameaças veladas e pressões implícitas usadas para influenciar o comportamento dos/as trabalhadores/as. Isso pode levar à produção de trabalhadores/as submissos e obedientes que se adaptam às demandas da empresa sem questionamento, mesmo que isso signifique sacrificar aspectos de sua vida pessoal e bem-estar.

Não estamos mais falando das antigas disciplinas que se destinavam pela coerção, a adestrar os corpos, dobrar os espíritos, torná-los mais dóceis- metodologia institucional que se encontrava em crise havia muito tempo. Trata-se agora de governar um sujeito cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 327).

Outro ponto, extremamente relevante a ser observado nesse momento histórico vivenciado pelos/as professores/as, especialmente pela docente mulher, é o lugar do trabalho e os impactos diferenciados sobre homens e mulheres. Com o trabalho acontecendo inteiramente no domicílio, lugar de disponibilidade histórica da mulher, observa-se uma sobrecarga desproporcional no que se refere às atividades domésticas e dos cuidados com os familiares. A tendência é que essas responsabilidades sejam ainda mais concentradas, uma vez que se espera que as mulheres sejam capazes de conciliar as demandas profissionais com as tarefas domésticas, o que frequentemente ocorre e muitas das vezes simultaneamente.

No contexto apresentado, encontram-se professoras que diariamente assumem a tarefa de escolarizar à mesa do almoço, letrar crianças junto às bonecas, realizar experimentos científicos à pia cheia de louças, ler histórias à meia luz amarela do quarto de dormir. Em uma somatória de ensaios e erros, ora demonstram preocupação em acompanhar prescrições conteudistas, que lhe são exigidas, ora reafirmam compromisso com os vínculos e as experiências. Juntamente às práticas cotidianas do chão da escola, suprime-se de sua rotina a convivência da sala dos professores, as trocas e os contatos dos corredores, os momentos de diálogo e de interlocução sobre, na e para a prática. Estão mais sozinhas e mais atarefadas (FERREIRA, BARBOSA, 2020, p. 3).

A partir dessa perspectiva é perceptível que a sobrecarga de trabalho resulta em estresse, cansaço e problemas de saúde física e mental. Além disso, uma vez que o ambiente doméstico se torna o local de trabalho, é possível que os limites fronteiriços entre vida profissional e pessoal se confundam, o que pode levar a sobreposição de funções e agravar ainda mais a intensidade do trabalho e a precarização.

A assimetria na divisão do trabalho doméstico e do cuidado reforçam os papéis construídos sobre homens e mulheres, perpetuando a ideia de que as mulheres são mais responsáveis pelas tarefas do lar (reprodutivas), enquanto os homens se concentram apenas em suas responsabilidades profissionais (produtivas), o que resulta em desigualdades de gênero e, conseqüentemente, torna-se prejudicial à busca por igualdade no âmbito profissional e

doméstico. Portanto, é importante analisar e reconhecer esses impactos negativos de gênero no trabalho docente em *home office* para que possamos encontrar soluções que promovam uma divisão de trabalho justa para homens e mulheres na esfera pública e doméstica.

### 2.3 O TRABALHO DOCENTE EM *HOME OFFICE* E O GÊNERO: ESTAMOS VOLTANDO PRA CASA!

Quando pensamos em trabalho docente lembramos logo de mulheres no exercício desta profissão. Quando se trata de educação básica a associação é, quase automática em função de ter sido durante muito tempo, lugar frequentado, majoritariamente, por crianças. Tal associação só é possível por conta do papel social atribuído, historicamente, às mulheres, sempre vinculada à dimensão subjetiva da maternidade, do amor, do cuidado como aspecto biológico, reservado apenas ao gênero feminino. Esses estereótipos que implicam na determinação de cargos e funções, servem tanto para justificar os salários mais baixos que as mulheres recebem em comparação aos homens e estão fundamentados na crença de que as mulheres possuem “uma inclinação natural para o trato com crianças” (LOURO, 2001, p.450) Também atuam como marcadores de comportamentos e diferenças, que são renovados, revistos e solidificados ao longo da história (BENTO, 2017).

Para compreendermos como a relação trabalho docente e o gênero feminino foi construída, será necessário fazer um breve recorte temporal. Durante muito tempo as mulheres foram privadas do espaço público, esse destinado apenas a homens brancos ligados à elite de sua época. As transformações radicais que ocorreram no final do século XVIII, nas sociedades capitalistas europeias, em decorrência dos processos de crescente urbanização e industrialização, fruto dos avanços tecnológicos ampliaram os espaços do trabalho e, por consequência, a busca por mais mão de obra.

No Brasil a industrialização é um processo tardio, acontecendo quase dois séculos depois do seu início nas sociedades europeias e só ganha forma a partir da década de 1930. A consolidação do capitalismo na sociedade brasileira foi fundamental para que a mulher fosse inserida progressivamente na estrutura econômica e autorizada a participar do espaço público. Na época, poucas eram as meninas e mulheres que sabiam ler ou escrever e sua instrução alcançava apenas as atividades domésticas, tidas como femininas, reforçando papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres no âmbito doméstico ao mesmo tempo em que era um obstáculo para sua inserção social (SEGNINI, 1998). A educação das mulheres e o acesso aos espaços públicos tornaram-se possíveis com as mudanças na organização social que “impôs,

entre outras coisas, um sistema escolar para atender às demandas deste novo modelo econômico e social” (HYPOLITO, 2020, p. 60).

A formação escolar possibilitou que as mulheres brancas de classe média, paulatinamente, fossem ocupando o espaço do trabalho via inserção no campo profissional do magistério, que naquele momento era visto como uma extensão do próprio lar. É pertinente destacar que a luta das mulheres pelo direito ao trabalho foi pautada nas demandas das mulheres não periféricas e majoritariamente brancas, pois "as mulheres negras sempre trabalharam, seja na esfera produtiva, quanto na esfera reprodutiva” (FRANZONI, 2023, p. 8), sendo a primeira categoria de mulheres a trabalhar fora de suas casas.

As mulheres da classe trabalhadora, brancas ou negras, que já estavam presentes no espaço público por meio do trabalho majoritariamente doméstico, continuaram ainda por muitas décadas sem acesso à escola. A formação escolar possibilitou que as mulheres brancas da classe média aos poucos conquistassem o espaço público via atuação profissional na educação, sem deixar, entretanto, as atividades domésticas do lar. Porém, o controle administrativo das escolas continuou nas mãos masculinas, refletindo o modelo patriarcal da sociedade (LIMA, 2015, p.1).

Naquela época, gradativamente, as mulheres deixavam as suas casas para ingressar no campo formal do trabalho através do magistério, visto como uma “vocação natural da mulher” e a continuidade do cuidado realizado no ambiente doméstico. O magistério torna-se uma opção profissional acessível e aceitável para as mulheres, devido aos atributos ligados a concepções tradicionais de gênero que desempenharam papel importante na conformação da profissão docente como uma ocupação predominantemente feminina (ALMEIDA, 1996).

Embora as mulheres tenham ocupado seu espaço profissional no magistério, foram frequentemente relegadas a cargos de ensino, sem igualdade de acesso a cargos de maior autoridade e poder de decisão. A administração escolar, composta majoritariamente por homens, detém o controle das ações e a direção da escola, enquanto as mulheres ocupam posição subalterna. Nessa divisão de papéis, as mulheres se concentram no ensino e os homens assumem funções administrativas e de liderança, o que reflete os padrões históricos de segregação de gênero, também presentes no campo educativo.

Assim as mulheres poderiam e deveriam ser educadas e instruídas, era importante que exercessem uma profissão, o magistério e colaborassem na formação de diretrizes básicas da escolarização manter-se-iam sob a liderança masculina. Todavia, a condução da educação não era exercida pelas mulheres, elas apenas lecionavam. A estruturação da mesma, os cargos administrativos e de liderança, eram geridos pelos homens. Dessa forma, havia um grande controle sobre a atuação das professoras, inclusive sobre sua sexualidade. A escola continuava relegando a mulher a um plano

secundário, perpetuando a submissão existente na sociedade patriarcal (ALMEIDA, 1996, p. 73).

A evolução significativa nas sociedades capitalistas influenciou a participação das mulheres no mercado de trabalho. O intenso progresso social e econômico levou ao crescimento das cidades e à criação de novas demandas que foram absorvidas pelo setor de serviços (HYPOLITO, 2020). Com isso, surgiram novos empregos, muitos dos quais exigiam níveis mais baixos de qualificação, o que facilitou a entrada das mulheres no mercado de trabalho. Historicamente as mulheres enfrentam desafios em relação à formação profissional, o que resultou em uma qualificação inferior à dos homens. Esse desequilíbrio na formação profissional limita suas opções de emprego.

Isso só se modificou no decorrer do século XX, pois até então a mulher era mais desqualificada em relação ao homem no quesito formação profissional, um outro avanço para a participação feminina foi a expansão do setor de serviços, o que gerava uma separação dos postos de trabalho de acordo com o sexo (BAYLÃO, SCHETTINO 2014, p.10).

Com a expansão dos setores de serviços nas cidades em crescimento, esses novos empregos eram frequentemente acessíveis para mulheres, independentemente de sua formação acadêmica anterior. A inclusão massiva das mulheres nesse setor se tornou uma característica marcante desse período de mudanças socioeconômicas e, ainda hoje, é o setor de serviço que mais emprega mulheres. O crescimento econômico proporcionou a oportunidade para as mulheres entrarem no mercado de trabalho em maior número, aproveitando empregos que se tornaram disponíveis, graças à expansão das cidades e às novas demandas em curso.

No próprio mundo do trabalho a necessidade de escola básica já se fazia sentir[...] as classes trabalhadoras emergentes necessitavam de escolarização básica, pois para desempenhar as atividades decorrentes dos novos postos de trabalho, manuseios de máquinas a motor, caldeiras, eletricidade, dentre outras atividades e funções possíveis, tornava-se, mais cedo ou mais tarde, fundamental a aprendizagem da leitura e da escrita, mesmo que isso significasse apenas alfabetização funcional (HYPOLITO, 2020,p.62).

A entrada das mulheres no mercado de trabalho pela via do magistério, embora tenha proporcionado mais oportunidades econômicas, foi moldada por fatores como a desvalorização do trabalho feminino e a persistência das normas de gênero. No entanto, a observação do aumento da participação feminina no mercado de trabalho demonstra como as dinâmicas econômicas podem influenciar positivamente o emprego para esse grupo. Esse cenário

evidencia a complexidade das relações entre transformações econômicas, sociais e de gênero.

O trabalho da mulher é frequentemente visto pelo capital como uma oportunidade para reduzir os custos laborais, isso porque, historicamente, as mulheres têm sido mal remuneradas em comparação aos homens. Desse modo, a noção de que o trabalho da mulher é complementar ao trabalho principal, está fundamentada na ideia de que o trabalho principal seria de responsabilidade masculina e de que as mulheres são parte de uma “outra estrutura econômica”. Por esse motivo, as mulheres estão dispostas a aceitar os empregos precários por considerarem que o compromisso com o trabalho formal é algo temporário, apenas um complemento do seu papel principal, de responsável pelos cuidados domésticos. Essa visão contribuiu para perpetuar as desigualdades de gênero que se expressam em baixa remuneração, na disparidade econômica entre homens e mulheres e nas condições precárias de trabalho às quais muitas mulheres, ainda hoje, estão expostas.

“A associação das mulheres a força de trabalho secundária: [...] é que o movimento em torno das mulheres no mercado de trabalho, seu comportamento de atividade, e sua relação com o mundo do trabalho em um sentido mais amplo está determinada basicamente pela sua posição na esfera doméstica e principalmente pela sua relação com a capacidade ou não do “chefe da família” de desempenhar seu papel de provedor. Essa ideia se revela no texto de Piore (1999b:254) quando ele afirma que as mulheres (junto com imigrantes e trabalhadores rurais) pertence a “outras estruturas econômicas” e consideram o emprego (industrial) como um “aditamento dos seus papéis primários”, estando por isto disposto a aceitar o trabalho temporário, “porque consideram o compromisso com esse trabalho também algo temporário e são capazes de suportar as mudanças e incertezas da economia industrial porque tem atividades econômicas tradicionais às quais voltar” A pergunta que se coloca aqui é a seguinte: no caso das mulheres qual seria o esse “lugar” a qual voltar? A esfera doméstica?” (ABRAMO, 2007, p. 51).

Os avanços tecnológicos do passado, em particular durante o século XX, desempenharam papel significativo na transformação da organização social e na expansão da participação das mulheres no mercado de trabalho. No século XXI, o rápido desenvolvimento tecnológico trouxe um novo cenário, pois muitas mulheres voltaram a ser direcionadas para o ambiente doméstico. A pandemia da Covid-19 impôs restrições sanitárias severas devido à alta letalidade do vírus; comércios, indústrias e instituições escolares foram fechados alterando, drasticamente, a vida cotidiana de milhares de pessoas. Naquele contexto, o trabalho docente foi reconfigurado para o formato *home office*, formato escolhido por melhor se encaixar aos pressupostos neoliberais. Essa transição para o trabalho docente em *home office* exacerbou as precárias condições de trabalho das professoras, culminando na falta de suporte adequado, intensivas jornadas de trabalho e pressões para se adaptarem às novas demandas do ensino

virtual. A situação, que já é delicada, das mulheres professoras que já enfrentaram (e ainda enfrentam) duplas e até triplas jornadas de trabalho, tornou-se ainda mais complexa.

Conforme as mulheres foram se profissionalizando e deixando suas casas para ingressarem nos espaços públicos por meio dos empregos formais, passaram a desempenhar diferentes papéis e funções. Essa compreensão nos permite analisar, com clareza, as desigualdades sociais que atravessam a condição de ser mulher, mãe e professora no atual contexto pandêmico em que as fronteiras entre o tempo, o espaço do trabalho e o mundo privado são descaracterizados tornando-se mais fluidas e, alguns casos, quase indistintas, expondo relações de trabalho abusivas e que, muitas vezes, são consideradas normais e naturalizadas na relação do gênero. Na divisão sexual do trabalho ou nas relações sociais entre os sexos, o homem foi colocado como pertencente à esfera produtiva, ou seja, o trabalho que produz valor; para a mulher lhe resta a esfera reprodutiva, o trabalho doméstico, o cuidado com a família, com o companheiro e com a criação e educação dos/as filhos/as, um trabalho desvalorizado e precarizado, por ser visto como parte da “natureza” feminina (HIRATA, KERGOAT, 2007).

O trabalho doméstico não só foi imposto às mulheres como transformado em um atributo natural, uma aspiração intrínseca à natureza feminina. Essa naturalização se dá em um contexto histórico, social, econômico, cultural e sexual, que atribui papéis e funções para homens e mulheres. É importante notar todo o aparato que envolve o trabalho doméstico que não é apenas o de limpar e cozinhar. A mulher se ocupa do trabalho braçal da limpeza, mas também é ela quem educa e quem dá suporte emocional. Essa dinâmica é fundamental para a manutenção do sistema capitalista ao transformar a dona de casa em uma criada, invisibilizando o seu trabalho (FEDERICI, 2019, 42-43).

Por este motivo, é oportuno, na análise do trabalho docente, no seu formato *home office*, durante a pandemia da covid-19, considerar o recorte do gênero, pois evidencia os impactos diferenciados entre homens e mulheres na condução do trabalho nesse contexto. O recorte do gênero levanta questões cruciais sobre as desigualdades persistentes entre homens e mulheres que são construídas e mantidas pela sociedade, tanto no espaço público, quanto no espaço doméstico. A distribuição desigual das tarefas recai, majoritariamente, sobre as mulheres, justificadas por papéis de gênero que associam as mulheres à condição de cuidadora e responsável pelo lar. A noção de que essas diferenças são naturais ou biológicas, como afirma Scott (1990), é um reflexo da construção dos papéis, atribuídos a homens e mulheres na sociedade.

A divisão desigual de tarefas domésticas e a consequente sobrecarga de trabalho suportado pelas mulheres é elemento essencial da engrenagem da desigualdade de

gênero, (re)produzindo uma série de obstáculos que dificultam ou impedem o acesso de meninas e mulheres a uma série de direitos humanos, além de reforçar sua vulnerabilidade à pobreza e ao trabalho precário (BARROSO, GAMA, 2020, p.89 *apud* CARMONA, 2013).

Desse modo, as mulheres assumem a posição dos grupos sociais mais vulneráveis a precarização do trabalho no seu formato home office, uma vez que a sobrecarga, a exploração, as múltiplas jornadas e a desvalorização estão diretamente relacionadas com a condição ser masculino ou feminina no campo do trabalho (HYPOLITO, 2011). Essa realidade se expressa em salários menores, desprestígio, na inferioridade dos cargos, em ritmos e jornadas intensificadas, cobranças excessivas e atividades adaptadas às suas “capacidades biológicas” (CISNE, 2017; NOGUEIRA, 2004,).

A Pandemia da Covid-19 intensificou a sobrecarga de trabalho para as mulheres, resultado da sobreposição de funções entre a vida pública e a vida privada. O prolongamento das jornadas de trabalho é uma realidade enfrentada pelas mulheres que, mesmo antes da pandemia, ousaram sair das suas casas para ingressar nos empregos formais. No entanto, com o trabalho profissional sendo disputado no mesmo espaço das atividades domésticas, resultou em uma carga de trabalho mais “intensiva, extensiva, intermitente” (ÁVILA, 2009, p. 30).

O lar foi construído, intencionalmente ao longo da história, como o lugar da mulher, como parte da subjetividade da natureza feminina. Essa associação reforça os papéis sociais de gênero e limita as possibilidades de atuação profissional das mulheres fora do ambiente doméstico, fazendo com que se sintam menos qualificadas para assumir outras funções. Para Scott (1998), o gênero é muito mais do que uma mera caracterização biológica, ele é uma construção social que engloba estruturas, instituições, ideais, rituais e práticas, moldando-se nas interações sociais influenciando as normas e expectativas de comportamentos.

O gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais”: a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1995, p. 7).

Com o trabalho retornando para casa, lugar em que todas as responsabilidades e atribuições da vida doméstica e familiar são assumidas, integralmente, pelas mulheres, resultam em jornadas de trabalho extenuantes, com impactos negativos na saúde mental e física das

professoras. Soma-se à necessidade de adaptar-se rapidamente às novas demandas do trabalho, as pressões por mais produtividade, a insegurança dos contratos com a retirada de direitos antes garantidos, a redução salarial e a ameaça constante de desemprego, também geram ansiedade e preocupações adicionais. Atualmente, metade dos lares brasileiros são chefiados por mulheres, cerca de 48%, no total de mais de 34,4 milhões, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para esse núcleo familiar, o trabalho feminino representa a principal fonte de sustento e são as mulheres que têm que arcar com todas as despesas do lar, enquanto 88% delas têm participação direta nas finanças da casa, de acordo com pesquisa do Serviços de Assessoria S.A. (SERASA).

Demandas que eram exclusivamente masculinas, por conta da instabilidade no cenário econômico, colocam tensões significativas no ideal de família “tradicional”, baseado na divisão sexual dos papéis de homens e mulheres. Todos esses fatores contribuem para o aumento de problemas emocionais, expondo as mulheres a angústias, preocupações e a situações desgastantes. Não é de se admirar que durante a pandemia aumentou o sofrimento psíquico entre as mulheres.

Profissionais do sexo feminino desempenhando atividades laborais durante a pandemia da Covid-19, no Brasil, apresentaram prevalência de sintomas de ansiedade e de depressão, quando comparadas aos do sexo masculino. O papel significativo do gênero na previsão de sofrimento durante o surto da Covid-19 foi apresentado nos resultados dos estudos realizados nas Filipinas, na China e na Itália. Nestes, as mulheres apresentam altos níveis de estresse, ansiedade, depressão e impacto psicológico, por isso, foram consideradas o grupo de maior risco para resultados psicológicos adversos durante uma crise de saúde pública (GUILLAND, 2022, p.9 apud Mazza *et al.*, 2020; Tee *et al.*, 2020; Wang *et al.*, 2020).

Quando tratamos da modalidade de trabalho *home office* é essencial adotar uma perspectiva de gênero para dar luz sobre questões que são naturalizadas, política e economicamente. É crucial reconhecer o lugar da precarização que permeia esse estrato da sociedade. Ao longo da história, as mulheres têm sido ocupantes frequentes de posições de trabalho e vida precária e as desigualdades de gênero desempenham papel fundamental nessa condição incessante de precariedade.

Durante a pandemia, as vantagens aparentes do trabalho *home office* se espalharam através de veículos da imprensa, redes sociais e discursos governamentais. Essa modalidade de trabalho foi, frequentemente, enaltecida por proporcionar a oportunidade de estar em casa, mais próximo da família, eliminando a necessidade de lidar com os estresses do trabalho

convencional e do trânsito. Esses são aspectos positivos associados ao trabalho *home office*, especialmente quando ele é tutelado por homens ou quando as mulheres, em questão, não são professoras ou não estão imersas em contextos precários.

Esse cenário é, muitas vezes, representado por mulheres de classe média que dispõem de redes de apoio para atenuar a intensidade do trabalho, no entanto, essa não é a realidade que define o trabalho docente, uma profissão exercida, predominantemente, por mulheres pertencentes às classes pobres. Nesse contexto, a pandemia agudizou, ainda mais, as desigualdades existentes. O período pandêmico serviu como um catalisador que evidenciou como as disparidades de classe, cor e gênero se aprofundaram e se interconectam, provando que a pandemia não é um fenômeno democrático.

A ideia de conciliação do trabalho e as atividades do lar pode, por muitas vezes, ser considerada como uma vantagem muito significativa, porém quando trazemos a discussão para a questão do gênero, vemos que essa conciliação é apontada como desvantagem justamente pelo direcionamento dos afazeres e cuidados domésticos à mulher, reforçando que ela pode ocupar as duas funções ao mesmo tempo, ou seja, cuidar do lar e da sua vida profissional. Contudo, essa sobreposição de funções, associada à falta de apoio na maioria dos lares, intensifica os malefícios da sobrecarga de atividades, podendo trazer transtornos mentais e problemas na saúde física da mulher trabalhadora (MELO, 2021, p.9).

A romantização tem sido uma presença constante no âmbito do trabalho docente, pois ao questionar os motivos que nos levam a escolher a docência, é comum ouvir expressões como: “eu nasci para ser professor/a” ou “essa é a minha vocação”. Mesmo durante a pandemia esse padrão não se alterou. Os rótulos empregados aos gêneros, frequentemente, obscurecem as situações de trabalho precário e intenso aos quais as professoras estão submetidas, sendo estereotipadas a partir de termos como: “guerreiras, heroínas, lutadoras”.

Esse discurso tem, historicamente, distorcido a realidade do trabalho docente e do campo da educação. Além disso, desvincula o Estado da responsabilidade de implementar uma agenda efetiva de valorização docente, incluindo reajustes salariais, melhorias nas condições de trabalho, segurança, plano de carreira e outros aspectos importantes da profissão e que, ao mesmo tempo, revela como os/as próprios/as professores/as acabam aderindo a lógica da sua precarização.

### CAPÍTULO 3 - CAMINHOS METODOLÓGICOS

O objetivo principal de uma pesquisa é a produção e divulgação de conhecimento sobre determinado fenômeno social e as rápidas transformações provocadas por eles, os avanços e retrocessos que marcam profundamente as estruturas sociais. Para compreender um fenômeno e capturar o exato momento do seu funcionamento, mas especificamente no campo das humanidades, pesquisadores se valem de um conjunto heterogêneo de técnicas, métodos e procedimentos que buscam compreender os modos próprios e particulares de como essas transformações acontecem e impactam a sociedade.

Nesse sentido, a pesquisa científica desempenha um papel fundamental no avanço do conhecimento, sendo responsável por impulsionar a inovação, promover a descoberta de novas ideias e teorias em diversas áreas do conhecimento, buscando responder a perguntas que ainda não foram plenamente exploradas pela ciência. A pesquisa científica também desvenda enigmas, quebra estereótipos, preconceitos e permite uma compreensão crítica e aprofundada dos fenômenos que estão sendo estudados.

De acordo com Cervo e Bervian (2002) entende-se que a ciência é um modo particular de compreender o mundo e os seus recortes, envolvendo um conjunto multifacetado de procedimentos a serem selecionados, de acordo com as finalidades específicas de cada pesquisa, “através do uso da consciência crítica que levará o pesquisador a distinguir o essencial do superficial e o principal do secundário” (CERVO; BERVIAN, 2002 p. 6).

Para abordar os impactos da pandemia da covid-19 no trabalho das professoras de educação básica de uma escola privada na cidade do Recife, como forma de aproximação com a temática discutida no campo acadêmico de abordagem crítica aos desdobramentos neoliberais na mercadorização da educação, a fim de amadurecer a sensibilidade para a escuta das professoras envolvidas e sistematizar as bases teóricas dessa investigação, escolhemos a entrevista narrativa. Consideramos essa técnica de pesquisa como uma abordagem privilegiada na produção do conhecimento, e, descrita de forma simples, uma metodologia capaz de entender a experiência dos sujeitos pesquisados, conforme Clandinin e Connelly (2011), a partir das suas histórias de vida (*dimensão subjetiva*), sem perder de vista os contextos (*dimensão social*) em que foram vivenciadas.

Rosenthal (2014) afirma que não se pode reduzir a pesquisa narrativa a simples reconstrução das memórias e histórias de vida, apartadas dos contextos sociais em que essas experiências são produzidas, de onde emergem conflitos, tensões, afetos que deixam marcas na

vida dos sujeitos. Pensando em sentido amplo, a pesquisa narrativa não se interessa apenas pela história individual ou pelos fatos relacionados à temática da pesquisa, mas nas interações entre as experiências biográficas com o contexto social mais amplo.

biografia individual e história social — realidade subjetiva e realidade coletiva se implicam mutuamente; a biografia, em seu processo concreto de desenvolvimento, mas também quando reexaminada pelo entrevistado a partir do momento presente, é sempre dual, produto ao mesmo tempo do individual e do coletivo” (ROSENTHAL, 2014b, p. 224).

O trabalho de pesquisa, a partir das narrativas das histórias de vida tem sido amplamente divulgado no contexto da formação docente como uma tendência inovadora de metodologia de pesquisa em educação, com vista a superação das tendências positivistas que tem sustentado esse campo do conhecimento, centrado no mito de uma suposta “neutralidade” científica que já não cabem mais, em decorrência do alto grau de complexidade das relações sociais e do emaranhado de experiências em que nossas subjetividades estão imersas. Nesse sentido, a pesquisa narrativa é, por excelência, uma experiência de si (FOUCAULT, 2004), sobre como os sujeitos constroem e vivenciam sua própria identidade, de como são moldadas por suas interações com as práticas sociais, normas e instituições. A pesquisa narrativa rompe com a dicotomia política estabelecida no campo das ciências humanas e sociais, entre metodologia e o saber baseado na experiência. Em vez disso, enfatiza a integração desses elementos, para uma compreensão mais profunda da experiência humana e da formação de identidades.

A pesquisa narrativa possibilita aos sujeitos ao longo da sua formação pessoal e profissional, questionem as verdades pré-estabelecidas durante “suas incursões pelas instituições, no nosso caso, especificamente a escola, onde as histórias pessoais são moldadas e medidas no cotidiano das práticas sociais institucionais e institucionalizadas” (SOUZA, 2008, p.95). Considerando as subjetividades na construção da pesquisa científica, a metodologia narrativa torna-se extremamente relevante na formação docente, isso deve ao fato de que os/as professores/as ao discorrerem sobre “os dilemas imbricados no seu fazer docente, transportam, ao mesmo tempo, dados de sua trajetória de vida. Isso aponta para diferentes modos de ver, conceber a prática profissional” (SOUZA; CABRAL, 2015, p.3), provocando uma abertura para possíveis mudanças e até mesmo a reconstrução da identidade do professor.

Com isso em vista, delineamos uma pesquisa qualitativa de abordagem exploratória, focada na experiência das professoras sobre a precarização do seu trabalho, diante da reconfiguração do trabalho docente, a partir da modalidade *home office* vivenciadas por elas no

contexto da pandemia da covid-19. Esse fato, abriu espaço para novas faces dos projetos governamentais, de caráter neoliberal, em diversas esferas da vida, das quais destacamos aqui o âmbito da educação, especificamente do trabalho docente. Portanto, o percurso metodológico busca problematizar a experiência das professoras a partir dos impactos vivenciados por elas durante a pandemia, em consonância com o processo de precarização da profissão, intensificados nesse período a partir da modalidade de trabalho *home office*.

Gatti (2006) aponta que ter clareza sobre o intuito da metodologia torna mais precisa a escolha do método, aguça a sua aplicação e norteia a definição dos elementos da coleta, evitando que se faça escolhas sem propósito e que se perca de vista dados essenciais ao problema e objetivos predefinidos. A autora ainda apresenta alguns questionamentos à formatação limitada dos enfoques metodológicos presentes nas pesquisas educacionais. Para ela, as bases teórico-metodológicas mobilizadas pelos/as pesquisadores/as das humanidades, ainda se configuram, muitas vezes, como transposições lineares de trabalhos consagrados e de autores considerados canônicos, o que termina por limitar os métodos e as grades de análise produzidas na educação.

(...)a educação enquanto campo de pesquisa foi alvo de debates acirrados em meados do século XX, com grupos defendendo a experimentação científica como possível de ser conduzida nesse campo e grupos se opondo a isso, debatendo a impossibilidade dos objetos desse campo serem sujeitados a processos experimentais (...) é necessário ampliar os procedimentos investigativos de modo proporcional e favorável ao que se pretende explorar, tendo nitidez no conhecimento produzido, definindo razões sólidas nas escolhas que permeiam a investigação (GATTI, 2006, p. 4; 12).

O campo empírico dessa análise transita na rede privada de ensino para contemplar as principais realidades do trabalho docente em suas particularidades. Mais especificamente, o lócus dessa pesquisa foi demarcado em uma escola particular da rede de ensino na cidade do Recife, o qual se volta a professoras do cenário profissional da Educação Básica, as quais são os sujeitos da investigação e foram selecionadas em função da formação e experiência no exercício da profissão, enquanto mulheres. Nesse estudo, objetivamos trabalhar com o marcador do gênero feminino para desvelar as desigualdades que estão visíveis e invisíveis, especialmente em meio às mudanças práticas e objetivas advindas com a reconfiguração do trabalho na modalidade *home office*, durante a pandemia. Esse fenômeno que intensificou a precarização do trabalho docente, pressuposto central desta pesquisa, pois historicamente, o trabalho doméstico, o mundo privado, a questão do cuidar do outro é fortemente marcado pela presença feminina.

O trabalho doméstico, na divisão de tarefas, historicamente foi algo atribuído às mulheres. Neste momento de *home office*, esta situação se torna ainda mais evidente. Os discursos vigentes interpelam muito mais às mulheres do que aos homens sobre os cuidados domésticos e maternos. Estudos demonstram que o trabalho feminino doméstico é pouco reconhecido e obrigatório para muitas mulheres; naturalizando-se a duplicidade ou triplicidade da jornada em ser mãe e trabalhadora (Castro, *et al.*, 2020, p. 51).

Nesse sentido, assumimos de antemão, que a reconfiguração do trabalho trouxe repercussões, não apenas no trabalho, mas na vida e na subjetividade dessas professoras, com significativa precarização desta profissão. Desse modo, para composição do nosso campo de pesquisa, foram contatadas quatro professoras, em uma escola da rede privada da cidade do Recife, atuando na Educação Básica, nos anos iniciais do ensino fundamental. A escola em que as professoras atuam, fica localizada na zona sul de Recife, no bairro da Imbiribeira, e possui estrutura de médio porte, ofertando da educação infantil ao ensino médio.

O corpo docente da escola é composto por professores/as que possuem formação acadêmica, especialistas e mestres em diversas áreas do conhecimento. A partir de uma pesquisa feita no site da escola em que os sujeitos desta pesquisa trabalham, foram coletadas as seguintes informações sobre sua proposta pedagógica: acredita em uma formação humanizada, que valoriza a interação dos sujeitos com o meio, para uma melhor compreensão da realidade social; adota abordagens pedagógicas que promovem aprendizagens significativas, estimulando o pensamento crítico do aluno através de processos interativos e socioculturais; valoriza a união e a vivência afetiva, reforçando os laços de amizade e cooperação entre todos os membros que integram a comunidade escolar; segue as diretrizes curriculares propostas pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

É importante salientar que o contato com as professoras foi feito no início de 2021, entretanto, por conta do distanciamento social, imposto pela pandemia, que naquela altura, ainda estava em vigência em virtude dos picos da doença e, por conta da intensa carga de trabalho das professoras envolvidas na pesquisa, não foi possível conduzir as entrevistas durante aquele ano, sendo finalizadas um ano após o nosso contato inicial. O primeiro contato com as entrevistadas se deu através de e-mail, com o envio de um convite formal e uma carta de anuência (termo de consentimento), cujo objetivo foi deixá-las previamente esclarecidas e familiarizadas. No corpo do e-mail foram tratadas algumas questões como: o motivo e teor da pesquisa, o critério para a escolha deste trabalho e o foco nas experiências da profissão no contexto do trabalho docente em meio à crise sanitária. Também foram informadas de que as entrevistas seriam utilizadas para finalidades apenas acadêmicas e que seus dados pessoais

como nome e escola seriam preservados. Para identificá-las faríamos apenas o uso de letras e números, como pode ser observado no corpo do texto. Informadas sobre o contexto da investigação e todos os procedimentos para realização da entrevista, todas concordaram e foi formalizada a participação por meio da assinatura do termo de consentimento, o que consolidou as etapas e início da pesquisa.

Em direção a construção deste estudo foi feita uma sondagem prévia, que contou com um formulário eletrônico (*google forms*), enviado para as professoras via e-mail para organizar as informações do nosso contato inicial e desenhar um breve perfil de nossas entrevistadas como: nome, idade, tempo de experiência profissional, nível de formação, tipo de contrato, quantidades de hora de trabalho, estado civil, números de filhos e números de pessoas do grupo familiar. Tais informações podem ser melhor identificadas no Quadro a seguir:

**Quadro 1 - Perfil das Professoras Entrevistadas.**

Nome	Idade	Estado civil	Filhos	Formação	Tempo de serviço	Educação básica	Tipo de contrato	Setor de atuação	Carga horária
P1	39	Casada	1	Graduação Pós	15 anos	F1- 4º	CLT	Privado	40
P2	38	solteira	0	Graduação Pós Ma.	6 anos	F2-3º	CLT	Privado	40
P3	31	casada	1	Graduação Pós Ma.	10 anos	F1-5º	CLT	Privado	40
P4	35	casada	1	Graduação Pós	12 anos	F1-5º	CLT	Privado	40

**Fonte:** Dados coletados e sistematizados pela autora.

No sentido apontado por Bakhtin (2004) e Canhota (2008), acerca da coerência para escolha de métodos mais apropriados nas ciências humanas, o recurso para produção de dados identificado como mais próximo do que a problemática desta pesquisa exige e mais eficaz do ponto de vista subjetivo aqui privilegiado, é a entrevista narrativa, como já mencionado no texto, cujo caráter autobiográfico foi demarcado no contexto da atuação professoral. A duração média estipulada para cada encontro com as entrevistadas foi de trinta a quarenta minutos e o

instrumento para capturar as informações foi a gravação em áudio. As entrevistas foram realizadas na residência das entrevistadas, o local foi escolhido por elas, para preservar suas identidades. Embora não obrigatório, mas por uma questão de ética e principalmente de saúde, os protocolos sanitários do distanciamento social e o uso de máscaras foram utilizados.

Nessa ferramenta de coleta o foco se dá nas descrições e interpretações feitas pelos sujeitos sobre as suas próprias experiências no cenário investigado e, seguindo as indicações teóricas consultadas (SCHUTZE, 2010; FERRAROTTI, 2010), as entrevistas foram realizadas com uma rota flexível de maior abertura possível à fala, permissivamente gravadas e posteriormente transcritas. Uma das principais características da entrevista narrativa, e que a distingue de outros modelos de pesquisa, é a não interferência do pesquisador durante a entrevista. Por esse motivo, a base da narrativa é a questão *norteadora* (ROSENTHAL, 2014), apresentada previamente pelo entrevistador e não está direcionada a respostas pontuais. Com isso, abre-se espaço para o relato particular do sujeito e suscita uma narrativa coesa com os objetivos investigados, que se expressa nesta pesquisa com a seguinte indagação reflexiva: *como foi a experiência do trabalho docente durante a pandemia da covid-19?* O dispositivo metodológico exigiu uma escuta atenta e uma leitura sistemática das narrativas após sua transcrição.

Na pesquisa narrativa, a pouca interferência do pesquisador na condução das entrevistas é para garantir mais liberdade e autonomia aos entrevistados, no nosso caso, as professoras, para isso, atuamos como parceiro/a na reconstrução de suas experiências. Na abordagem da pesquisa narrativa, o entrevistador se insere no campo da pesquisa de forma colaborativa e constrói junto com o/a narrador/a o discurso que será preconizado (ROSENTHAL, 2014). É o parceiro/a da entrevista, que irá interpretar e contextualizar os relatos posteriormente detalhados, sistematizado e inserido em uma sequência cronológica, condicionados aos processos sociais e subjetivos capturados no momento em que as experiências são narradas.

Com o intuito de contextualizar e nos aprofundar em questões necessárias para construção desta pesquisa, sem, contudo, perder o fio condutor da investigação e, respeitando o tempo das entrevistadas em suas argumentações e reflexões, bem como, nos seus silêncios e pausas, pois entendemos que a experiência de falar de si, das suas trajetórias pessoais e profissionais, requer muita sensibilidade na escuta por se tratar, muitas vezes, de uma experiência inédita para as entrevistadas, em virtude do apagamento do gênero e do menosprezo em torno da profissão, foram definidas algumas perguntas de aspectos relacionados à saúde, à

formação, à questão salarial e à estrutura na prestação do serviço. As questões foram formuladas de maneira a não comprometer a abertura das falas, usadas de forma a ensinar narrativas que tivessem em sua estrutura, lembranças sobre como certos eventos biográficos foram vivenciados.

As perguntas foram colocadas, apenas quando necessário, diante de alguma possível lacuna pontual nas falas das entrevistadas, a saber: quais as principais dificuldades enfrentadas com o trabalho *home office*? A escola forneceu algum suporte material, técnico ou psicológico? Sentiu alterações na saúde física e emocional? A transferência do local de trabalho acarretou o aumento de despesas domésticas? Caso a resposta para essa pergunta seja positiva, esses consumos extras foram ressarcidos ou custeados com o seu salário? Houve redução salarial, suspensão de contrato? Se sim, como afetou a renda da família? Teve que aprender alguma ferramenta tecnológica por causa do trabalho? Recebeu algum tipo de formação específica? Qual a sua opinião sobre o trabalho *home office*? Acha que esse formato de trabalho funcionou? Quais os sentimentos que você carrega desse período? Há mais alguma informação que você gostaria de relatar sobre o trabalho de *home office*?

Diante do caminho metodológico assumido nesta pesquisa, na contramão dos métodos positivistas, não trabalhamos com entrevistas estruturadas ou semi estruturadas, por desejarmos que as nossas entrevistadas construíssem livremente suas narrativas e pudessem refletir e ressignificar suas experiências no exato momento que estão sendo rememoradas e capturadas. Um roteiro pré estabelecido, com uma estrutura rígida e padronizada impossibilitaria a escuta aberta e flexível às falas das professoras e serviria, apenas, para confirmar os pressupostos teóricos dessa pesquisa. Nesse sentido, corroboramos com Jovchelovitch e Bauer (2002) ao afirmarem que

As entrevistas narrativas se caracterizam como ferramentas não estruturadas, visando à profundidade, de aspectos específicos, a partir das quais emergem histórias de vida, tanto do entrevistado como das entrecruzadas no contexto situacional. Esse tipo de entrevista visa encorajar e estimular o sujeito entrevistado a contar algo sobre acontecimento importante de sua vida e do contexto social onde se insere e atua (JOVCHELOVITCH, BAUER, 2000).

Para analisar os dados gerados, seguindo a orientação teórica baseada nos estudos de Schütze (2011), a investigação se utilizou do modelo de pesquisa qualitativa de cunho interpretativista, baseando-se na própria reconstrução das narrativas e priorizando, em função dos objetivos específicos, a relação da professora com o trabalho docente em *home office*

durante a pandemia, bem como, as repercussões da precarização do trabalho na vida dessas mulheres. Conforme conduzido por Schütze (2011), as análises das narrativas seguiram cinco momentos distintos:

a) **Análise formal do texto:** a identificação dos principais elementos *indexados* (informações objetivas sobre os sujeitos e suas atividades) e os elementos não *indexados* (atribuições pessoais dos próprios sujeitos à temática da pesquisa).

b) **Descrição estrutural do conteúdo:** junção dos elementos indexados e não indexados para a construção de uma análise mais profunda dos dados e a contextualização das narrativas, a captura do momento micro (local, situacional) e macro (social, político, cultural) das falas das entrevistadas, para identificação e composição das unidades.

c) **Fase analítica:** a reconstrução das experiências dos sujeitos que envolve rupturas, mudanças, frustrações, adaptações.

d) **Análise do conhecimento:** são explicações teóricas desenvolvidas pelas próprias entrevistadas acerca da sua própria experiência, a partir dos elementos não indexados-subjetivos.

e) **Comparação contrastiva:** após a identificação dos elementos indexados e não indexados e seus contextos, obtivemos os resultados em narrativas sintetizadas, permeadas por trechos que foram recortados da experiência relatada pelas professoras e conduzidas para as análises ancoradas por nosso referencial teórico.

Ao levar em consideração as influências da pandemia na precarização do trabalho docente e as falas representativas das subjetividades profissionais que experimentaram essa realidade, foi possível, então, delimitar categorias de análise extraídas sob influência da própria descrição e exposição de cada profissional, tais como: trabalho *home office*; suporte e preparação para o trabalho; dificuldades na realização das atividades; o espaço físico para realização do trabalho; dificuldades técnicas com as aulas *on-line*; desenvolvimento de doenças; redução salarial; o trabalho *home-office* e o gênero.

Vale ressaltar que diferentemente de outros tipos de entrevistas, a narrativa preza que as categorias delimitadas para análise se submetam às narrativas, não o contrário, no intuito de preservar a voz ativa dos sujeitos, conservando a importância das falas e mantendo a coerência com a própria base discursiva em torno de subjetividades e identidades que norteiam essa formação. Com isso, o movimento da pesquisa assumiu, como pontua Santos (2002), que

a própria ciência é biográfica, pois o objeto estudado e o conhecimento científico produzido são continuações dos sujeitos por outras vias formativas e conceituais.

## **CAPÍTULO 4 - EXPERIÊNCIAS DAS PROFESSORAS COM O TRABALHO DOCENTE *HOME OFFICE* DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19.**

Os resultados apresentados neste capítulo visam responder aos objetivos deste estudo a partir das análises das experiências de trabalho das professoras da rede privada de ensino, da cidade do Recife, na modalidade *home office* durante o período da pandemia da covid-19. A nova configuração do trabalho docente corresponde à forma plástica de como o neoliberalismo se organiza através de um conjunto de ações, técnicas e procedimentos que variam, conforme as situações enfrentadas pelos sujeitos (DARDOT; LAVAL, 2016).

Os esforços empreendidos neste estudo buscaram compreender os sentimentos que emergiram durante a experiência com o trabalho *home office*; os impactos negativos na saúde física e mental, resultantes da necessidade de conciliar os afazeres domésticos e as atividades profissionais quando ambas compartilham o mesmo espaço; os impactos na renda familiar, devido à redução salarial e a captura das subjetividades e seus modos particulares de resistência.

Como opção metodológica para construção desta análise, foram utilizados os instrumentos da pesquisa narrativa que capturaram a realidade das entrevistadas a partir das experiências vividas. A abordagem da pesquisa narrativa, não se limita ao contexto educativo em que as professoras estão inseridas, mas estende suas análises aos contextos sociais, econômicos e políticos que interferem diretamente nas condições de trabalho, vida e nas subjetividades. As categorias que orientam as análises foram definidas após as entrevistas, considerando a adesão aos objetivos à proposta teórica deste estudo.

Iniciamos nossas análises desenhando o perfil das nossas entrevistadas: um grupo composto por quatro mulheres, com idades entre vinte e oito a trinta e nove anos, atuando nas turmas dos anos iniciais do ensino fundamental da rede privada da cidade do Recife. Todas as entrevistadas têm nível superior, foram formadas em universidades públicas federais e possuem pós-graduação; duas delas com mestrado completo, realizado também em instituições públicas de ensino. Das quatro professoras entrevistadas, apenas uma é solteira; todas as outras informaram que vivem com seus companheiros e também são mães. O tempo de experiência de trabalho entre elas varia de sete a quinze anos. Durante a pandemia, todas estavam em contratos formais (CLT), com carga horária fixada em 8 horas diárias e 40 horas semanais.

#### 4.1 O TRABALHO DOCENTE NA PANDEMIA DA COVID-19 E AS TECNOLOGIAS DE PRECARIZAÇÃO

O trabalho docente é um campo teórico-prático em constante disputa no que diz respeito à identidade desse profissional e aos saberes que devem ou não ser ensinados, cuja compreensão ainda é mais voltada ao viés objetivo, desvinculado das questões subjetivas. Há uma narrativa que prevalece no senso comum e que permeia, inclusive algumas lógicas acadêmicas: a modernização, da qual o trabalho docente vem se tornando refém a algum tempo, é sinônimo de uma constante readaptação profissional às novas configurações da sociedade. Guardadas as devidas proporções reais da necessidade de atualização profissional, o discurso em torno da “modernização não é neutro, como gostaríamos que acreditássemos” (LAVALL, 2019, p. 195); ele se incorpora ao trabalho docente e na pessoa do/a professor/a, produzindo uma nova subjetividade.

Ao ouvir os relatos das professoras acerca das experiências com o trabalho docente durante a pandemia da covid-19, levando em consideração os aspectos sociais, políticos, econômicos e subjetivos que emergiram nesse contexto, fica evidente nos relatos a existência de níveis acentuados de desumanização desta classe de trabalhadoras. Através de condições cada vez mais precárias de trabalho, que ganharam novos contornos com a expansão das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), as quais encontraram na crise sanitária solo fértil para ampliar-se. A adesão das TICs ao processo educativo impôs mudanças radicais ao mundo ao trabalho, em especial ao trabalho docente, que foi reconfigurado para o formato *home office*, por melhor se enquadrar aos preceitos neoliberais e por conferir maior adaptabilidade ao que convencionou-se chamar “novo normal”. Uma nova forma de operacionalizar o neoliberalismo enquanto durassem as restrições impostas pela pandemia, perceptível na fala de nossas entrevistadas:

Assim que o governo fechou as escolas, nos avisaram que o nosso trabalho iria continuar no modelo remoto. Foi isso. (...) Era pra seguir normalmente com o que a gente já fazia na sala de aula presencial, só que no virtual. (P1).

(...) Quando começaram a circular as primeiras notícias de fechamento das escolas, a gestão logo começou a se organizar. Pedi aos professores que abrissem suas salas de aulas online para que fossem baixados alguns aplicativos que nos ajudariam futuramente com as aulas virtuais. Caso as escolas fechassem, os alunos não poderiam ficar sem as aulas. Disseram isso pra gente que... “os pais pagam uma mensalidade muito alta para que o aluno fique em casa sem fazer nada”. A escola foi fechada em uma terça-feira (pausa). Na semana seguinte, na segunda-feira, já iniciamos o trabalho online. (P2).

(...) foi a primeira recomendação da escola pra gente: continuar o trabalho no formato online, que não era pra parar de jeito nenhum. Era só fazer a migração do presencial para o virtual. A escola pensava assim no começo, mas a prática mostrou que não é tão simples... Adaptação demora, leva tempo. Tudo no espaço virtual é diferente: o tempo, a interação, a forma de passar o conteúdo. (P3).

Esses depoimentos revelam uma das marcas fundamentais do neoliberalismo: o discurso que ele produz - os mais aptos, os mais capazes, os mais flexíveis, os que conseguem rapidamente se adaptar às demandas da nova ordem econômica. Na era neoliberal, a educação fecha o homem em um presente ao qual ele deve adaptar-se às demandas em curso, criar e preservar as condições para o seu funcionamento, independente do que aconteça (DARDOT, LAVAL, 2016). Esse discurso da rápida adaptabilidade, do trabalhador flexível é o que tem garantido a sua sobrevivência ao longo de algumas décadas.

A entrevistada P2 relata que assim que começam a ser veiculadas as primeiras informações sobre a suspensão das aulas presenciais devido ao avanço do novo vírus, imediatamente começa uma movimentação dos gestores da escola para dar continuidade ao processo educativo por outros meios. Na fala da entrevistada, fica evidente a preocupação e prioridade do sistema neoliberal em preservar primeiramente a “saúde” financeira da empresa (escola). Como frisou a entrevistada, “os pais pagam mensalidades muito altas” para que esse serviço seja interrompido. Nesse sentido, a escola coloca-se como a mão visível do sistema neoliberal, uma vez que segue à risca os seus preceitos, sendo capaz de viabilizar aquilo que ela propõe: o lucro.

Na mesma esteira, as entrevistadas P1 e P3 afirmam que tão logo o Estado de Pernambuco decreta o fechamento das instituições de ensino, as professoras logo foram informadas que teriam que adaptar as suas salas de aulas presenciais para o espaço virtual, sem, contudo, oferecer as condições necessárias para implementação da mudança. A criação de uma infraestrutura física e tecnológica e a capacitação adequada para utilização dessas novas tecnologias de modo eficiente em suas práticas pedagógicas (Churkin, 2020) são aspectos fundamentais para a educação nesse contexto de transição para o ensino remoto. A falta desses elementos acarretou na intensificação da precarização do trabalho docente neste período.

Na busca de rápida adaptabilidade do trabalho docente ao mundo virtual, sem os recursos e suporte adequados, a educação foi transformada em alguma coisa meramente utilitária - apenas um serviço que não tem como princípio fundante as relações interpessoais,

os laços de solidariedade e o reconhecimento do outro. Ao contrário, estava preocupada apenas em oferecer “os serviços educacionais que estão submetidos ao imperativo do rendimento, que têm como única finalidade atender aos interesses individuais” (LAVAL, 2019, p. 109) e, por este motivo, não poderiam ser interrompidos.

Nas falas das professoras, também foi possível observar que não se tratava de uma situação atípica que pegou a todas de surpresa. A presença das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no campo do trabalho docente é parte de um projeto muito maior, em curso na educação brasileira desde as primeiras reformas neoliberais na década de 1990 (FRANÇA FILHO, ANTUNES, COUTO, 2020). Gradativamente, essas tecnologias vêm sendo inseridas no campo educacional e com maior intensidade durante a pandemia da covid-19, que ampliou as relações público-privado com a compra massiva de pacotes tecnológicos, programas e materiais digitais, apostilas, serviços de gestão e formação continuada para professores, avaliações que são vendidas pelos grandes conglomerados de educação. Estes utilizam-se do fetichismo-reformista da inovação e da modernização dos espaços educacionais para justificar a adequação das escolas aos padrões impostos pelos mercados (LAVAL, 2019).

Já faço o uso de algumas dessas tecnologias nas minhas aulas; inclusive, essa é uma exigência da escola para atualizar o currículo e engajar os alunos. (P2).

(...) A escola trabalha com a BNCC; então, eu já faço o uso das tecnologias digitais na sala de aula, mas de forma bem tímida ainda. Na verdade, eu uso porque tenho que usar, mas não tenho a formação necessária para trabalhar da melhor forma com esse conhecimento. (P4).

A fala das professoras revela o modo como as novas tecnologias digitais têm sido operacionalizadas nos processos educativos em sala de aula. Muitas vezes, de forma automática, superficial, longe de qualquer reflexão necessária à prática pedagógica e urgências de nosso tempo. Enfatizar a importância de uma prática pedagógica crítica e reflexiva nos parece redundante; no entanto, justifica-se pelo grande desafio do trabalho docente hoje, seja na escola pública ou na privada ou de ir além da racionalidade instrumental que limita os processos de ensino-aprendizagem ao atendimento das demandas do mercado.

A partir dos relatos, é possível confirmar que o uso sistemático das TICs era algo que já estava sendo gestacionado; a pandemia apenas possibilitou sua aceleração (KLEIN, 2020), abrindo uma janela de oportunidades para a normatização de um conjunto de discursos que exclui e inclui regras, ideias, saberes (FOUCAULT, 2008), que no campo da educação,

responde a uma série de interesses econômicos. Isso inclui a mercantilização do ensino, com o monopólio da venda de serviços educacionais digitais, ao mesmo tempo em que cria condições para exacerbar a precarização do trabalho docente à medida que restringe direitos e extrai destas profissionais mais tempo de trabalho não remunerado e tempo de vida.

O processo de ensino-aprendizagem, que antes acontecia no chão da escola, com o advento da pandemia, passou a ser cultivado no espaço virtual. Apesar de bastante presente em nossa atualidade e, como foi mencionado, de maneira formal e informal nos espaços escolares, as novas tecnologias digitais, assim como o contato, a interação virtual, a Educação a Distância (EaD) ainda é uma realidade em construção na nossa sociedade. É importante frisar que a tentativa de virtualizar o sistema educacional no Brasil não é uma empreitada recente, mas em virtude das agudas desigualdades sociais, correlatas às desigualdades digitais que transformam o acesso às TICs em privilégio, assim como a própria educação de qualidade, ainda não conseguiu se concretizar.

A integralidade desses meios informacionais no campo do trabalho docente não ganhou consistência e nem eficácia comprovada na Educação Básica, sendo necessário mais tempo de pesquisas e estudos. Mas já podemos adiantar, a partir das falas de nossas entrevistadas que, assumir o trabalho docente integralmente sob essa configuração, sem nenhum planejamento pedagógico, capacitação e com obrigação em dar continuidade às atividades que foram pensados para outro contexto, foi desafiador, segundo as nossas entrevistadas:

Foi muito difícil motivá-los, deixar a sala participativa, a produtividade deles (estudantes) caiu bastante. (...) com as crianças, esse movimento de aula online é limitador, não funciona. Teve uns que não conseguiram participar por conta da internet, que foi um grande problema pra gente. Outros não conseguiram porque na casa havia apenas um aparelho de telefone disponível e outras crianças naquele mesmo horário pra estudar, ou o aparelho era antigo e não suportava esses aplicativos que são muito pesados. Às vezes, o pai deixava o telefone em casa para o filho estudar. (...) a questão do ambiente também foi difícil, a sala da minha casa não é a sala de aula, é muito difícil interagir assim, à distância, sem os objetos, os materiais que tem na escola. A falta de formação para trabalhar melhor com as plataformas também prejudicou muito o desenvolvimento das atividades. (P1).

(...) Eu gosto de adicionar a tecnologia na minha sala, pra me auxiliar nas aprendizagens com os alunos, mas elas são usadas dentro desse contexto, a sala de aula presencial, com eles (estudantes) interagindo o tempo todo, online isso não acontece. Eu nunca utilizei essas tecnologias exclusivamente para ministrar aulas, então foi muito complicado...é outro tempo, é outra forma de passar o conteúdo. Não estamos preparados ainda e nem temos estrutura necessária para fazer isso. São muitas as dificuldades, de acesso à internet, de ambiente adequado, de equipamentos modernos, de metodologias. Eu estava sempre buscando, pesquisando sobre metodologias e atividades pra me ajudar no trabalho e olhe que já tenho algum conhecimento sobre essas ferramentas, mas são necessários outros conhecimentos e habilidades que eu não possuía no momento, na verdade eu ainda não possuo porque não fazem parte da minha rotina de sala de aula, aí não temos formação. (...) é

necessário formação pesada pra nós e para os nossos alunos, porque é falsa ideia de que estar com o celular 24 horas nas mãos é saber usá-lo. Saber usá-lo como ferramenta pedagógica, que nos auxilie nas aprendizagens de sala de aula é formação, e isso não tivemos. Aí foi muito complicado mesmo. Essa é a realidade. (P2).

Foi muito desafiador, pra dizer o mínimo. A começar pela minha conexão, a internet aqui em casa é muito fraca, lenta, cai muito, o tempo todo e essas interrupções constantes atrapalham bastante o andamento da aula e isso mexia muito com o meu psicológico. Eu fiquei muito ansiosa, estressada sem saber o que fazer quando a internet caía. A conexão dos meus alunos também não era boa, eu tinha que voltar e repetir que eu já havia falado quando o aluno sai da sala por conta desses problemas de conexão, isso era várias vezes durante a aula. Então, a aula não seguia: era um tempo perdido. Não teve interação, eles não interagiam, poucos participavam, mas quase não existiu na minha sala. Eles tinham muitas dificuldades também de fazer as atividades dentro da plataforma; isso também dificultou a interação. Eu tentava motivar, mas não tinha jeito.... são tantas coisas. E a falta de equipamentos melhores, de habilidade com esses aparelhos, essas plataformas, a falta de formação para utilizar essas ferramentas de forma correta. Foi muito difícil, a verdade é essa. Não é só chegar e mudar o formato que vai dar certo. Tem que ter toda uma preparação que envolve o professor, o aluno e muitas questões, e tempo também. Não tivemos isso. (P3).

O destaque principal nas falas das professoras é, sem dúvidas, as condições precárias no acesso à internet e a falta de equipamentos adequados (computadores, tablets, smartphones, etc) tornando-se um dos grandes obstáculos para o bom funcionamento das atividades pedagógicas. A falta de interação dos alunos no decorrer das aulas também apareceu nas falas, sendo mais um complicador no processo de transição para o ensino remoto. Não bastasse as dificuldades já encontradas no que se refere a falta de infraestrutura, integra-se a esse cenário de lacunas a falta de formação para atuar no mundo digital.

A disseminação das TICs no campo da educação não veio acompanhada de adequado letramento digital<sup>7</sup> para orientar a prática das professoras, sendo esse um dos requisitos fundamentais para a inclusão digital e o desenvolvimento do trabalho docente nesse novo cenário. Gerou caos entre os docentes e sentimento de frustração e insegurança, implicando diretamente no desenvolvimento e/ou agravamento de distúrbios de ansiedade e estresse.

No relato de P1, destaca-se o lado perverso das nossas múltiplas desigualdades sociais, acentuadas durante a pandemia, que atingiu duramente os grupos sociais em condições econômicas mais vulneráveis. As crianças em situações desfavoráveis economicamente, que não dispõem de acesso à internet de qualidade e dispositivos digitais adequados, enfrentaram

---

<sup>7</sup> São habilidades necessárias para uma participação eficaz e crítica no ambiente virtual. Segundo Lévy (1999) o letramento digital pressupõe um conjunto abrangente de elementos que evolui com o crescimento do ciberespaço e não se limita apenas à capacidade de ler e escrever no contexto virtual. Mas envolve também uma variedade de técnicas materiais, aspectos intelectuais, práticas, atitudes, modos de pensamento e valores que se interrelacionam nesse ambiente. É uma nova dimensão da comunicação que surge da interconexão global de computadores.

enormes desvantagens educacionais. Outras, sem nenhum acesso a conexão e recursos tecnológicos, foram totalmente excluídas das salas de aulas virtuais, sendo privadas do acesso ao conhecimento.

A pandemia levou a adoção generalizada do ensino remoto, escancarando as desigualdades educacionais que nunca foram sanadas no país. A situação é agravada, “sobretudo, em regiões mais carentes [...] que contam com menos recursos financeiros, materiais e pessoais–, foram, em menor proporção, capazes de organizar a oferta do ensino remoto” (IPEA,2023). A pandemia serviu como um lembrete doloroso de que o acesso à educação no Brasil é um direito que nem todas as crianças compartilham igualmente.

O relato da professora corrobora com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apontam que, em 2021, 28 milhões de pessoas no Brasil, o que representa 15,3% da população maior de 10 anos de idade, não tiveram acesso à internet. O percentual teve uma queda significativa se comparado ao ano de 2019, período em que o limbo digital era muito maior: 36,9 milhões de pessoas, ou seja, 20,5% da população de brasileiros da mesma faixa etária. Os relatos confirmam os efeitos segregativos das TICs, contribuindo para a formação de novos grupos de marginalizados, os chamados excluídos digitais. Reforçando as desigualdades sociais, uma vez que afeta uma parcela significativa da população brasileira, privadas de um recurso que se tornou essencial na nossa sociedade e que hoje é sinônimo de cidadania.

Pensando nos aspectos e desafios estruturais, organizacionais e pessoais da profissão, foi unânime entre as quatro professoras o descaso da escola em relação a essas profissionais no momento em que elas mais precisavam. Não foi oferecido nenhum suporte material, técnico, pedagógico, psicológico para a mudança do ambiente do trabalho e da saúde mental fragilizada com o isolamento. O descaso com o trabalho docente, que já é comum por parte dos órgãos governamentais e de regulação, se estendeu a um nível mais declarado durante a pandemia, época em que o destaque não esteve no imprevisto da atuação docente para dar conta do seu trabalho, mas especialmente na total ausência de planejamento e acolhimento profissional.

(...) o trabalho só funciona se tiver uma estrutura, qualquer trabalho na verdade, e não tivemos isso. Não tivemos nenhum apoio para receber essa mudança, para trabalhar com essas tecnologias. Foi cada um por si, cada um que fosse atrás de informação, é o que fazem sempre: decidem como vai ser o processo e nos avisam. Decidiram que as aulas seriam gravadas logo no começo da pandemia, mas não deram nenhum apoio, como gravar, como editar, só disseram: vá lá e faça bem feito, que os pais estavam observando. Eu fui estudar, pesquisar, ver vídeos. (P1).

(...) Não disponibilizaram nenhuma ajuda: equipamentos, formação, auxílio financeiro para ajudar com a internet... nada! Usei o meu notebook, meu telefone, minha internet, meu espaço...a minha casa. (P2).

(...) Não nos deram suporte. De como fazer melhor uso dos equipamentos, como se movimentar nessas plataformas. Elas são cheias de informações, muitos detalhes que eu fui aprendendo como usar na prática. Isso influenciou sim e muito no desgaste, no estresse e na sobrecarga do trabalho também, tenho certeza. Acabava a aula, eu ficava vendo tutorial, aprendendo como usar os recursos. (P4).

No contexto investigado, é possível constatar o total abandono por parte das escolas em fornecer o suporte necessário que assegura-se condições dignas de trabalho, cenário este, que permaneceu sem alterações por toda a pandemia. Ao contrário, as estratégias utilizadas por essas empresas (escolas) para lidar com crise colocaram sobre suas mãos o desenvolvimento de habilidades e competências que não fazem parte da atuação direta da profissão docente, ou aquelas sob as quais não dominam ou não possuíam à altura das necessidades concernentes ao processo de ensino-aprendizagem, conforme trechos a seguir:

Decidiram que as aulas seriam gravadas logo no começo e fizeram algumas recomendações com relação às gravações. Disseram que era para a gente organizar em casa um local que não fosse muito barulhento, que não tivesse muita poluição visual para que as aulas fossem gravadas com boa qualidade. E que a escola iria abrir um canal no youtube, e essas aulas seriam postados por lá. Eles deixaram logo claro, a gestão, que todo o movimento de gravar, editar, enviar os vídeos para o youtube seria feito por nós, com o nosso telefone ou computador e sem nenhuma ajuda, viu? Acredite, eles ainda disseram isso, que era pra fazer “bem feito”, porque as famílias estariam assistindo, e nosso trabalho seria avaliado por eles também. (P1).

(...) nos enviaram vídeos de outras escolas e diziam pra gente fazer igual. Mas eram realidades muito diferentes, não tinha como. Tinha vídeos que pela qualidade a gente sabia que teve toda uma produção por trás, uma equipe profissional mesmo. Aí queriam que nós fizéssemos uma super produção, sem fornecer os materiais necessários, os recursos adequados, o ambiente, suporte pedagógico e técnico para que os vídeos saíssem de boa qualidade. A pressão acabava sendo muito maior por conta disso. Tentar acessar um padrão que você sabe que não vai conseguir, pelas próprias condições que eram muito limitadas, era desanimador e muito frustrante. (P3).

Trabalhar com essas tecnologias foi muito complicado sem dúvida. Eu não tinha o conhecimento necessário para lidar com elas, acabou atrapalhando bastante e limitando até mesmo de fazer um trabalho melhor. Fui aprendendo como elas funcionam durante o processo, na sala de aula...foi muito difícil, muito estressante. Teve momentos que eu me senti muito perdida, sem saber o que eu estava fazendo na minha sala de aula, sem me reconhecer no meu trabalho, um trabalho que eu já faço há mais de 10 anos. Parecia que o que eu aprendi não valia mais de nada, não fazia sentido. (P4)

A gramática neoliberal enfatiza o desenvolvimento permanente de novas habilidades e competências, fundamentais à manutenção da lógica privatista para atender os objetivos do mercado, e emergiu no campo do trabalho docente do “cruzamento da educação com a

economia”, conforme descrito por Laval (2019). A homogeneização dos campos do conhecimento, transferiu a lógica econômica das noções de habilidades e competência para âmbito escolar, e desde então vem exercendo dupla função, conferir inteligibilidade aos processos informacionais na busca por mais eficiência, ao mesmo tempo em que legitima a precarização do trabalho docente quando lança sobre as professoras a necessidade de constante adaptação e formações específicas em diferentes áreas do conhecimento, para dar conta da nova realidade que se inscreveu no campo educativo com o ensino remoto.

Com a automatização e robotização (ANTUNES, 2020) do trabalho docente, as professoras se veem obrigadas a assumir múltiplas e complexas funções que ultrapassam o escopo profissional para o qual originalmente foram formadas. Essas exigências convertem-se em intensa precarização do trabalho com o aumento de jornadas não remuneradas, sobrecarga do trabalho, e perda da identidade profissional, devido ao alargamento da profissão e à impossibilidade de lidar com tantas e novas exigências.

Nos relatos, também é possível observar uma prática bastante comum na dimensão da precarização do trabalho docente: a exclusão das professoras dos processos decisórios, ou seja, a falta de participação das docentes na tomada de decisões que afetam diretamente o seu trabalho. De acordo com P1 “decidiram que as aulas seriam gravadas”. A equipe gestora apenas transmitia às professoras o que foi acordado sem a sua participação ou anuência. Durante a pandemia, as formas autoritárias de gestão foram majoradas. A própria adoção do *home office* como o novo regime de trabalho foi uma imposição, não precisando mais de acordo formal entre as partes.

A Uberização do trabalho, prática bastante conhecida entre os/as trabalhadores/as da educação, em maior ou em menor grau, no setor público ou no setor privado, os/as trabalhadores/as enfrentam restrições de direitos, são responsáveis por custear as ferramentas de trabalho e submetidos a processos de automatização através das plataformas digitais. As dinâmicas dos processos de uberização, surgiram de maneira consistente durante as entrevistas:

Tudo que foi usado nesse período, pra fazer as gravações, as aulas online, foi custeado por mim. Não tive nenhuma ajuda, auxílio financeiro, nada disso. Eu cheguei a comprar um aparelho de celular mais potente, que aguenta-se esses aplicativos, baixar as atividades, os materiais em PDF...(P3).

(...) Nós (professores/as compramos nossos equipamentos; senão era impossível dar aula. A escola não ajudou financeiramente em nada. Microfone, luz de LED, suporte para câmera, tripé...Essas coisas de gravação, tivemos que comprar com o nosso salário mesmo. (P2).

Meu notebook não aguentou a pressão, o uso constante desses aplicativos; ele acabou parando. Imediatamente, eu tive que comprar outro; não esperei consertar... É o meu instrumento de trabalho. A escola, mesmo sabendo disso, que era um recurso fundamental pro meu trabalho, não me ajudou em nada. (P4).

Não há ineditismo na precarização do trabalho docente, mas durante o trabalho em *home office*, se revelaram novas formas de precarizar ainda mais o trabalho dos/as professores/as; uma delas foi a *youtuberização* (SILVA, 2020). O processo de *youtuberização* do trabalho docente envolve a criação de conteúdo educacional (videoaula ou informativos) pelos/as professores/as, que são compartilhados posteriormente em plataformas digitais. Tornou-se parte do cotidiano do trabalho docente como uma "possível solução" para os problemas relacionados à conexão precária ou limitada de acesso à internet, que excluiu muitos alunos das salas de aulas, especialmente quando o ensino remoto é a principal modalidade. No entanto, também levanta uma série de questões sobre o aprofundamento dos processos de precarização, com a sobrecarga de trabalho para os/as professores/as, que agora precisam desempenhar o papel de criadores de conteúdo digitais, com a gravação e edição de vídeos, além de professores tradicionais, como vemos a seguir:

A parte mais difícil foi gravar os vídeos. Era uma rotina de trabalho muito estressante, adoecedor mesmo. Fazer o que você não sabe, utilizando esses aplicativos sem ter o conhecimento necessário, o espaço adequado... não foi fácil. Para você ter uma ideia, eu já cheguei a gravar mais de 10 vezes o mesmo conteúdo por causa do barulho, o som que ficava ruim ou o vídeo ficava muito escuro; aí, tinha que gravar novamente. Nas reuniões que aconteciam diariamente para nos dar o feedback sobre os vídeos, a única coisa que nos diziam era "precisa melhorar"; isso me deixava muito frustrada. Em certo momento, a gestão decidiu modificar o formato do que a gente já estava fazendo; decidiram que agora seria feito em dois movimentos: as videoaulas e as aulas online... o esgotamento foi total! Continuaram as gravações das videoaulas para os alunos que não tinham condições de assistir à aula online por conta de problemas com a internet ou porque em casa não tinha aparelhos suficientes; era mais de uma criança para assistir aula no mesmo horário. Então, a gente passou a trabalhar nos dois turnos com as aulas online e terceiro turno para gravação dos vídeos. Eu cheguei a questionar por que não gravar as aulas online. Mas a gestão alegou que o vídeo ia ficar hospedado na plataforma, então era para gente fazer algo mais didático, mais organizado porque ia ser exposto... aí eu cheguei à exaustão. (P1).

Gravar os vídeos foi muito trabalhoso para mim, porque eu não tenho nenhuma habilidade, nem desenvoltura para isso. Eu fiz porque não havia outra opção naquele momento. As aulas no Meet só começaram depois. Quem assiste meus vídeos consegue perceber o quanto aquilo me incomodava; eu estava tensa, é perceptível. Eu me sentia muito inferiorizada em relação aos meus colegas que fizeram produções maravilhosas, didáticas, um esforço incrível deles, mas eu não tinha essa habilidade. Aí era aquele conflito; eu ficava me culpando por não conseguir dar o meu melhor e me questionando o tempo todo se tudo que eu aprendi valia de alguma coisa. (P4).

O que se observa nas falas é que, durante o trabalho *home office*, as professoras vivenciaram todas as dificuldades e limites da profissão. O relato da entrevistada P1 é tomado

pelo sentimento de frustração, cansaço excessivo, esgotamento, fruto da nova realidade que se inseriu no campo do trabalho docente, decorrente desse novo formato de ensino. Isso conduz ao alargamento da profissão, à necessidade de constante requalificação e aquisição de novos conhecimentos e habilidades. Para a entrevistada P2, o processo de *youtuberização* foi uma tarefa extremamente trabalhosa e estressante, uma vez que não se sentia hábil nem à vontade para realizá-la. A falta de experiência com a produção de conteúdo digital a fez enfrentar uma série de emoções negativas, sentimentos de inferioridade, desvalorização, baixa autoestima em comparação aos seus colegas que tiveram melhor desempenho. A professora expressa seu conflito interno ao questionar suas qualificações, por não ter desenvolvido, no curso da sua formação acadêmica, as aptidões necessárias para dominar as novas ferramentas tecnológicas.

Os relatos ratificam como a precarização das relações de trabalho transforma o trabalho docente em uma atividade totalmente desgastante, favorecendo a experiência do sofrimento psicológico, conseqüente da crescente demanda por novas competências. Por este motivo, quando pensamos na intensificação do trabalho docente, devemos levar em consideração todas as dimensões da personalidade do/a trabalhador/a, pois a precarização do trabalho não se restringe aos aspectos profissionais, mas abrange os aspectos pessoais, mentais, emocionais, cognitivos e relacionais (DAL ROSSO, 2006), envolvendo todas as capacidades do trabalhador, tornando não só o campo do trabalho precarizado, mas a própria vida.

Apesar das muitas limitações materiais e formativas da experiência profissional com o trabalho na modalidade *home office*, que tornam o trabalho docente uma ação carente de recursos, valorização e políticas públicas emergenciais de respaldo humano, não é de hoje que o trabalho docente sofre de ausências que vão desde as suas condições básicas até os silenciamentos identitários nas suas representatividades. Não há aparato legal suficiente para acolher e defender essa profissão.

Em meio a esta realidade caótica que se instaurou com a pandemia da covid-19, discursos tentam engajar novas narrativas a respeito do potencial da educação, exaltando a capacidade e heroísmo dos que estiveram à frente das salas de aulas e vivenciaram a corrosão de todos os seus direitos. Representantes políticos se utilizam do "funcionamento" das escolas em meio à pandemia para reafirmar a possibilidade de transformar o trabalho *home office* na educação em uma opção viável no pós-pandemia.

Líderes políticos nacionais e internacionais defensores dos ideais neoliberais mantêm-se fiéis ao propósito de abandonar a realidade que vivenciamos e denunciarmos, em detrimento de planos mais lucrativos para as suas corporações - seu público-alvo. Mas aos olhos desta investigação, nos aproximamos e damos espaço às vozes que sofrem na pele a precarização do seu trabalho e que são categóricas em afirmar:

Foi um período muito abusivo, muito! Da escola que nunca estava satisfeita com nada que fazíamos, não havia ali nenhum respeito, nenhuma empatia, só cobranças. E das famílias, que passaram a nos avaliar, dizer como deveríamos fazer o nosso trabalho. Foi pressão de todos os lados. O esgotamento era tão grande que a vontade era de jogar tudo pro alto, desistir... mas, infelizmente, eu não podia. Esse é o meu trabalho, minha única forma de sustento. (P1).

Portanto, a precarização do trabalho docente é analisada aqui do ponto de vista do trabalho home office, que é parte da nova tendência do neoliberalismo e que adere ao campo educacional, acompanhado de desregulamentação profunda de direitos, que tem deixado o campo do trabalho e da vida dessas professoras cada vez mais precarizado. Diante das condições indignas de trabalho e valorização, a reconfiguração do modo de produzir a educação através do ensino remoto-*home office* é uma estratégia do capital neoliberal para flexibilizar e precarizar cada vez mais o campo do trabalho docente.

#### 4.2 ADOECIMENTOS, NOVOS CONTROLES E SUBJETIVIDADES PRECARIZADAS

No bojo das análises sobre a precarização do trabalho docente durante a pandemia da covid-19, é necessário também compreender como se comportaram as subjetividades das professoras nesse período, uma vez que os tentáculos do neoliberalismo não deixam “incólume nenhuma esfera da vida” (DARDOT, LAVAL 2019, p.3). O borramento das fronteiras entre trabalho e vida pessoal é uma característica fundamental dessa lógica, e seus desdobramentos têm consequências profundas nas relações interpessoais e na saúde física e mental das trabalhadoras.

Esse último, o adoecimento mental, um fenômeno cada vez mais crescente em nosso tempo, conforme dados publicados pela OMS, e em solo brasileiro, o Instituto de Previdência Social (INSS) vem computando o aumento de trabalhadores/as afastados das suas funções por transtornos mentais comuns, caracterizado por sintomas de depressão e ansiedade. O professor é quem está na "ponta da lança", representando toda a estrutura negligenciada por trás do seu

trabalho precarizado, tendo que carregar todo julgamento, culpabilização, desvalorização, os controles extensivos, avaliação alheia sobre a sua prática. Os reflexos dessa negligência também aparecem no corpo e na subjetividade das professoras:

Tive muitos problemas com ansiedade. Eu fiquei muito mais ansiosa, sem ânimo para nada, sem conseguir me alimentar direito. Também não conseguia dormir e me irritava facilmente com tudo. Eu cheguei a procurar ajuda médica porque eu passei muito mal, enxaqueca, vômito... Cheguei a tirar uns dias de licença. Ele recomendou que eu fizesse terapia, mas qual o tempo para isso se o trabalho tomou conta da minha vida? Eu entendo que é importante, muito, mas eu não tinha tempo e ainda por cima era online por conta do distanciamento, e eu estava com pavor, traumatizada com tudo isso. Não tinha como. (P1).

Sofri demais com alterações no sono, na alimentação e engordei bastante. Eu estava cansada, exausta, sentia uma fadiga, um esgotamento. Foi difícil demais; chorava o tempo todo, um sentimento de vazio. Nesse período também tive muita queda de cabelo, desenvolvi psoríase, prejudicou minha visão. O dia todo na frente do computador, já tenho problema na visão, uso óculos. Nesse período, o meu grau aumentou bastante e, por conta disso, eu sentia muita dor de cabeça e tontura. Muita dor na coluna também, passava o tempo todo ali sentada. (P2).

Alteração no humor; fiquei muito irritada, sem paciência. Na alimentação, eu engordei; não me exercitava, não fazia nenhuma atividade física, não tinha tempo, e também dormia mal. Aí me sentia cansada o dia todo, dor no corpo. Altera tudo em nós, as questões emocionais; todo funcionamento do corpo é prejudicado. (P3).

Eu me sentia muito cansada, esgotada, irritada; sobrepeso. Eu aumentei mais de 10 quilos. Eu nunca tive problema de pressão alta, hipertensão, mas acabei desenvolvendo também. A questão da pressão alta eu descobri porque eu estava sentindo muita dor de cabeça constante, mas associava logo a visão, passava muito tempo na frente do computador, achei que fosse isso. Até o dia que eu passei mal, fui parar na emergência e a pressão estava muito alta. Hoje eu faço acompanhamento. (P4).

Em decorrência das múltiplas exigências do novo contexto de trabalho, sobressai nas falas das entrevistadas as diversas formas de adoecimento pelo qual foram acometidas e que são identificadas no campo do trabalho como *Síndrome de Burnout*. Também conhecida como "doença do esgotamento profissional", exclusiva de contextos de trabalho precários, à qual estão expostas nossas entrevistadas. O *Burnout* foi incluído apenas recentemente no rol de Classificação Internacional de Doenças (CID) pela Organização Mundial de Saúde (OMS), um marco significativo no reconhecimento dos impactos do trabalho na saúde mental dos indivíduos.

De acordo com o Ministério da Saúde, o *Burnout* é uma doença ocupacional caracterizada pela exaustão física, mental e emocional, que ocasiona uma série de sintomas, tais como depressão, exaustão, cansaço excessivo, fadiga, hipertensão, ansiedade, sentimentos

negativos de incapacidade, insegurança e outros sentimentos relacionados à prática laboral. A inclusão do *Burnout* na CID reflete a crescente conscientização da importância de abordar a questão do adoecimento psicológico no trabalho. No contexto da educação e da precarização incessante do trabalho docente, a inclusão do *Burnout* é particularmente relevante, pois os/as professores/as estão expostos diariamente a situações estressantes relacionais e burocráticas, além de intensa sobrecarga de trabalho. Reconhecer essa síndrome como um problema de saúde é legítimo e destaca a urgência de se adotar medidas para mitigar os fatores que contribuem para sua prevalência, começando pelas condições dignas de trabalho.

Os relatos das nossas entrevistadas e os resultados da pesquisa realizada no estado da Bahia com professores/as, no contexto do trabalho *home office* e o agravamento da saúde mental e qualidade do sono, corroboram com as preocupações dos impactos desse trabalho na saúde mental dos professores, em particular, das professoras. O estudo identificou a predominância, entre a docente mulher, de problemas relacionados à saúde mental, crises de ansiedade, irritabilidade, transtornos mentais comuns (ansiedade e estresse) e má qualidade do sono (PINHO *et al.*, 2021). A Organização Mundial de Saúde (OMS) estimou que em 2020, primeiro ano da pandemia, houve um aumento de 25% de pessoas diagnosticadas com depressão e ansiedade no mundo e classificou como "doença incapacitante".

O Órgão Governamental - Ministério do Trabalho e Previdência Social, em levantamento feito no ano de 2021, mostrou que nos primeiros meses daquele ano foram concedidos mais 108.263 mil benefícios por incapacidade temporária relacionada aos transtornos mentais e comportamentais. Episódios de depressão e ansiedade são os mais comuns, e as principais causas de pedidos de licença do trabalho. Como se não bastassem os efeitos físicos e psicológicos advindos da própria tentativa de fazer o trabalho da melhor forma possível, apesar de todas as intempéries pedagógicas e condições precárias. A pandemia da covid-19 impactou no orçamento de muitas famílias e também no orçamento público e, como já é sabido na nossa cultura administrativa, a educação é um dos primeiros setores a sentir seus efeitos práticos, com as oscilações na economia. O profissional de maior atividade por hora e, mais afetado, é o docente.

(...) muitos pais perderam o emprego; outros disseram que não estavam satisfeitos com as aulas, porque os filhos não estavam aprendendo nada e que não podiam ser reprovados, e usaram todo tipo de justificativa para não pagar a mensalidade da escola. Foi isso que nos passaram. (...) A gestão nos informou que o salário seria reduzido, mas a quantidade de trabalho não; essa só aumentava. Para continuar com os nossos empregos, fomos obrigadas a aceitar a redução de salário (P1).

O salário foi reduzido, a gestão nos comunicou que seria feito e disse que a redução era necessária para manter a estabilidade do nosso emprego (P2).

A escola fez uma reunião com os professores para comunicar o que iria acontecer. Que se preparassem, não fizessem grandes débitos, que os nossos salários e empregos estavam todos muito incertos. Para manter os nossos empregos, eles teriam que reduzir o salário (P3).

A escola informou que essa era a única solução para o caso, para manter o corpo docente da escola ativo. Quem quisesse continuar, assinava um documento feito por eles; quem não quisesse seria demitido. Eu não tinha outra renda, é desse trabalho que eu tiro meu sustento, tive que aceitar (P4).

A perda de empregos, a redução dos rendimentos e a insatisfação com a qualidade do ensino remoto levaram muitas famílias à inadimplência escolar. O que, por sua vez, afetou o fluxo de caixa das empresas (escolas). Para lidar com a situação, foram tomadas pelas instituições escolares medidas drásticas, como a redução salarial, justificada como necessária para manter a estabilidade dos empregos, conforme relatos das professoras. Sem outra opção, diante de um cenário de instabilidade econômica e de altas taxas de inflação e desemprego, não tiveram outra escolha a não ser aceitar a precarização. A situação apresentada nos mostra a complexidade de questões enfrentadas pelas docentes durante o evento pandêmico. Submetidas a jornadas de trabalho extenuantes, sobrecarga, redução de salários e benefícios que afetaram diretamente a qualidade de vida.

Sob a falácia do discurso que pretendia abrandar os impactos negativos da pandemia da covid-19 na economia e preservar a capacidade financeira das empresas, e na mesma medida, os direitos legalmente constituídos pela classe trabalhadora, foram instituídas, à revelia da Constituição Federal de 1988, sucessivas medidas, decretos, portarias e outros instrumentos legais, permeadas de corporativismo e intervenção estatal (LARA; HILLESHEIN, 2020, p. 4). Isso precarizou ainda mais o campo do trabalho, que desde 2017 vem sofrendo contínuas agressões, com a implementação da Reforma Trabalhista, que "expandiu a precarização do trabalho, contribuindo para o desemprego e a queda nos rendimentos da classe trabalhadora" (PREVITALI, FAGIANI, 2020, p. 40).

Entre as medidas, cabe destacar a MP nº 927/2020 pela agressividade e violação aos direitos e garantias fundamentais, atingindo grupos de profissionais de renda mais baixa, como os/as professores/as. A medida em questão permitiu a suspensão dos contratos de trabalho pelo período de quatro meses sem o pagamento de salários, repercutindo diretamente na sobrevivência e no aprofundamento das desigualdades sociais, empurrando quase que a

totalidade da classe trabalhadora para a miserabilidade e pobreza (ANTUNES, 2020, p. 8). A medida, publicada no governo do negacionista e ex-presidente Jair Bolsonaro, é uma analogia ao Estado de “Sofia”, o Estado que demarca os limites da vida, decidindo quem são os cidadãos que devem viver e quem deve morrer no âmbito de sua estrutura (BUTLER, 2018).

O repúdio da sociedade a mais um evento trágico promovido pelo governo negacionista, levantou o debate adormecido sobre insegurança jurídica e a constitucionalidade do ato normativo. Logo, a MP nº 927 perde sua validade e dá lugar à MP nº 936, menos agressiva, porém igualmente inconstitucional. A nova Medida prevê a suspensão temporária dos contratos, a redução de salários e jornadas de trabalho proporcionalmente. No contexto das falas das entrevistadas, não encontramos a suspensão dos contratos trabalhistas, mas percebemos a redução salarial, no entanto, em desacordo com a norma em questão.

As professoras relatam que foram submetidas a arrocho salarial e cargas horárias extensas, afetando, como já mencionamos, suas condições de saúde. Nesse cenário de insegurança e incertezas, as entrevistadas expressam o sentimento de medo de perder seus empregos, única forma de assegurar-lhes a sobrevivência. Por este motivo, demonstram certa passividade ao aceitar o desmantelamento de seus direitos.

No neoliberalismo, o medo funciona como um dispositivo disciplinar na captura das subjetividades (DARDOT, LAVAL, 2016). Isso ocorre porque, num contexto de desigualdades crescentes, os/as trabalhadores/as são levados a justificar que a manutenção das condições precárias de trabalho é a única forma de garantir sua própria sobrevivência, reforçada pela ideia de que as mudanças são inevitáveis e que, de certa forma, todos devem se adaptar e cooperar com elas.

As análises de Dardot e Laval destacam que o medo do desemprego e a precariedade são instrumentos poderosos no controle e gerenciamento do trabalho. Todavia, essa "alavanca negativa, cujo motor é o medo" (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 220), por si só, não é suficiente para reorganizar a empresa. Outros dispositivos de gestão são necessários para reforçar as pressões sobre os assalariados no aumento do seu comprometimento a essas novas formas de trabalho (DARDOT, LAVAL, 2016). Esses dispositivos podem variar de acordo com o contexto em que estão sendo aplicados. No contexto do trabalho docente *home office* durante a pandemia, esses dispositivos foram atualizados e maximizados, como vemos nas falas das docentes:

O controle era total. Das famílias que nos observavam o tempo todo para avaliar o nosso trabalho e informar a gestão o que precisava ser melhorado... era assim mesmo, acontecia. Da gestão, claro. Quando eu menos esperava, o gestor ou a coordenadora entravam na sala, ficavam um tempo assistindo à aula e depois saíam (P1).

Quando eu saía da sala por conta da internet que ficava oscilando bastante, a coordenadora, que ficava logada todo o tempo, imediatamente me chamava no privado, no meu zap, para perguntar por que eu saí e, caso eu não respondesse logo, ela ligava ou entrava em contato com os alunos para saber o que estava acontecendo. O gestor, a coordenadora, a auxiliar dela, todos tinham acesso livre às salas de aula para saber quem estava online e para observar o que estava acontecendo, o nosso desempenho, o tempo que a gente ficava logado. No final de cada aula, a coordenadora fazia várias observações, inclusive comentários irônicos a respeito da minha internet. Tinha a vigilância dos pais, ficavam observando, muitas vezes assistiam à aula com o aluno, e eu me sentia muito incomodada com esse monitoramento (P2).

O tempo todo, através do *WhatsApp*, do *Meet*, das plataformas de educação. Sem avisar, entravam na sala para observar a aula, monitoravam o tempo que eu ficava conectada à plataforma. Fizeram um grupo com os pais para que eles pudessem dar "sugestões" de como melhorar as aulas. Só nós, professores, sabemos o que passamos, com tantas pressões e cobranças (P4).

As novas formas de controle que se engendram no cenário educacional como efeito das relações políticas, econômicas e sociais trazidas pela pandemia e sua aderência às novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) fizeram emergir instrumentos de controle muito mais rápidos e difusos. São plataformas e dispositivos tecnológicos, como *smartphones*, *tablets*, *notebooks*, *WhatsApp*, *Meet*, *Zoom*, entre outros, que servem para adequar as condutas às novas formas de trabalho. Tais mecanismos permitem que gestores, coordenadores e até mesmo os pais tenham uma visão imediata do que está acontecendo nas salas de aula e no desempenho dos/as professores/as.

De acordo com Foucault (1979), o poder não está centralizado. Ele desloca-se desse centro e insere-se em uma imensa rede de micropoderes. No campo do trabalho docente, isso significa dizer que a vigilância sobre o trabalho dos/as professores/as foi ramificada e está ao alcance não apenas de gestores e coordenadores, mas também de uma gama de atores, auxiliares, pais e até mesmo das secretarias de educação (SOARES, 2020). Todos agora têm acesso livre às salas de aula para observar e corrigir a conduta dos/as professores/as.

É importante salientar que a ingerência das famílias no trabalho docente não é incomum, nem tampouco surgiu com a pandemia, como também não é uma crítica. A participação das famílias nos processos educativos é fundamental, como estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (BRASIL, 1996). No entanto, é crucial encontrar o equilíbrio entre participação construtiva e o respeito à autonomia dos/as professores/as. Participação não deve

ser confundida com vigilância opressiva, mas sim um esforço colaborativo em prol da qualidade do ensino.

Nos últimos anos, o que estamos vendo é a disputa no espaço educacional do controle da atividade docente por grupos partidários, autoritários, religiosos sob o véu da neutralidade, da inovação tecnológica e modernização do ensino. Na tentativa de desvalorizar o trabalho docente, alegam o viés ideológico da prática pedagógica dos/as professores/as e, impulsionado pelo viés neoliberal, esses grupos defendem "a liberdade de escolha educacional da família, rejeitando a diversidade cultural e o pluralismo ideológico e político na convivência escolar" (CARVALHO, 2020, p. 3), que é, em última análise, um espaço crucial de preparação para o mundo público.

Das formas variadas de controle, não escapam às formas autoritárias de gestão; o assédio moral é uma verdadeira chaga no ambiente de trabalho. Também conhecido como assédio psicológico, sinônimos para definir a "violência pessoal, moral e psicológica" (GUIMARÃES, RIMOLI, 2006), envolve comportamentos hostis e humilhantes com o objetivo de desvalorizar, intimidar e desestabilizar os/as trabalhadores/as, criando um ambiente tóxico e prejudicial à saúde.

A coordenadora nunca estava satisfeita; não gostava de nada que fazíamos. Nas reuniões, eram xingamentos, chamava a gente de burras. Era para humilhar, colocar para baixo, desvalorizar o nosso trabalho (P1).

Era impressionante; eles (a gestão) não viam nada de positivo no nosso trabalho. Estava sempre faltando alguma coisa, sempre precisava melhorar, não tinha um elogio. Ficavam comparando "a outra escola tá fazendo melhor, a professora tem uma didática maravilhosa, é criativa, vocês deviam aprender com ela. Essa edição não ficou boa, tem que refazer o vídeo, vocês precisam se arrumar melhor pra aparecer no vídeo". Olhe, Deus me deu paciência. Era necessário um controle emocional muito grande, pra aguentar tudo isso (P2).

A professora P1 começa sua fala descrevendo o comportamento abusivo da gestão, em particular a coordenadora, que demonstra constante insatisfação e utiliza táticas de desvalorização, humilhação e pressões psicológicas sobre o corpo docente. As atitudes descritas como xingamentos e ausência de reconhecimentos e de elogios, apresentadas no relato da professora P2, criam um ambiente improdutivo e altamente prejudicial ao trabalho. A constante comparação com outros profissionais, juntamente com críticas ao desempenho e aparência, contribuem para a criação de um clima de pressão e estresse constante.

Com a automatização do trabalho docente desencadeada pela pandemia e a expansão do *home office*, têm suscitado preocupações com uma nova forma de assédio, conhecido como tele assédio. Refere-se ao assédio moral, que ocorre exclusivamente por meio das novas tecnologias digitais, com trabalhadores/as particularmente em situações de teletrabalho ou *home office*. O assédio é produzido por meio de mensagens de textos abusivos, e-mails humilhantes, ameaças e intimidações online, exposição pública de informações pessoais etc.

Durante o trabalho *home office*, o sindicato dos professores (SINPRO-PE) alertou para o aumento das denúncias envolvendo situações de abuso e assédio. Para além das práticas de assédio já mencionadas acima, podemos incluir também o monitoramento excessivo, pressões constantes, exigências desproporcionais, invasão de privacidade e falta de respeito pelas fronteiras do trabalho e da vida pessoal. O Sinpro-PE (2020) convocou a sociedade a se solidarizar com a causa e os/as professores/as a denunciarem o descumprimento dos seus direitos.

O neoliberalismo não se limita a (re)configurar regras, instituições e direitos; ele vai além, produzindo certos tipos de relações sociais, modos de vida e subjetividades. Em outras palavras, o neoliberalismo molda nossa existência, afetando a maneira como vivemos e compreendemos o mundo (DARDOT, LAVAL, 2016). No trabalho docente, essa influência das subjetividades pode ser observada quando as professoras se sentem pressionadas a atender às demandas do mercado educacional, como produzir conteúdo em massa e cumprir metas de desempenho. As subjetividades não estão apartadas do cenário social, econômico e político, mas são moldadas por este contexto, em que a regulação social, a lógica de mercado e seus preceitos naturais (produção e lucro) se tornam dominantes.

Dardot e Laval (2016, p. 198) concluem que “o neoliberalismo é, na realidade, uma nova ordenação das atividades econômicas, das relações sociais, dos comportamentos e das subjetividades”. Sua intenção é regular todas as dimensões e esferas da vida, operando nas formas de agir e pensar dos sujeitos, que podem se mostrar em conivência com a ação neoliberal em certos momentos e, em outros, denunciá-las. É importante ressaltar que negando e confessando, ambas as posições fazem parte da mesma estrutura e se agenciam mutuamente.

A partir dessa perspectiva, é possível compreender como o neoliberalismo interfere na captura das subjetividades de nossas entrevistadas.

(...) como tudo na vida, tem seu lado bom e seu lado ruim; eu tento equilibrar as coisas. Eu passei mais tempo com minha família, apesar de todo cansaço, da exaustão, o dia todo de trabalho intenso. À noite, ainda respondendo e-mail, fazendo outras atividades da escola, mas eu estava em casa, com eles. E a questão do deslocamento também pesa bastante na qualidade de vida; eu moro distante da escola, tenho que pegar ônibus, pra ir e pra voltar. A pessoa chega na escola estressa e volta pra casa estressada. (P1).

Eu acordo muito cedo pra organizar as coisas em casa antes de sair; eu não moro tão perto da escola, tenho que pegar ônibus. Com o trabalho em casa, eu conseguia acordar um pouco mais tarde, fazia as coisas sem tanta pressa, já que eu não precisava me deslocar. Eu trabalho oito horas por dia; a volta pra casa é estressante... cansaço, engarrafamento... aqui não, larguei, já estou em casa. Mas perto da família também, se eles precisam de alguma coisa, eu já resolvo. Esse tempo um pouco mais flexível tem suas vantagens sim. (P4).

Em casa, eu tenho mais tempo pra me organizar, pra ficar com minha família; eu não gasto tempo me deslocando até o trabalho... evito mais estresse, o trânsito é horrível. (P2). O deslocamento, a questão do trânsito, são muito complicados em Recife. Trabalhando em casa evita isso, mais um estresse. Acaba que a gente tem um pouco mais de autonomia nos intervalos das aulas; os horários são um pouco mais flexíveis... também estar perto da família, foi a parte boa, sem dúvidas! (P3).

Foi consenso entre as entrevistadas a percepção de que a ação neoliberal, apesar de contribuir para o agravamento da precarização do trabalho, também oferece algumas vantagens relacionadas à qualidade de vida. Elas destacaram a possibilidade de passar mais tempo com a família, desfrutar de maior autonomia no gerenciamento do tempo e a eliminação da necessidade de se deslocar da residência até o local de trabalho como fatores benéficos, pois ajudam a reduzir tensões e estresse, especialmente com relação ao trânsito.

É importante destacar que este estudo não busca estabelecer verdades absolutas ou avaliar as subjetividades das professoras. Em vez disso, o foco é destacar como essas subjetividades são moldadas e produzidas, bem como as estratégias que as professoras adotam para resistir a essas influências. Cada subjetividade emerge de um processo singular e de experiências individuais de autopercepção, um fenômeno conhecido como subjetivação (FOUCAULT, 1979). As estratégias e mecanismos de defesa são empregados como forma de sobrevivência em meio às relações de trabalhos precários, a fim de preservar a totalidade de suas vidas da precarização imposta pelo ambiente profissional.

A recusa em aderir à lógica da produtividade ilimitada, com a valorização de uma certa autonomia ou a falsa sensação tê-la, para realizar suas tarefas domésticas em horários mais oportunos, são estratégias que as professoras utilizam para fissurar as tentativas de controle e proteger a qualidade de vida e a saúde mental. Isso não significa a recusa total à lógica

neoliberal, mas sim, uma tentativa de estabelecer limites, nas fronteiras borradas entre trabalho e vida pessoal.

Essas ações podem ser consideradas como parte de uma “contraconduta” (FOUCAULT, 1979), como as pessoas agem de maneira efetiva nas relações de poder, ou seja, “a possibilidade de atuar como sujeitos da sua própria subjetivação” (CANDIOTTO, 2010, p. 110). O que implica na capacidade de buscar formas alternativas de condução da própria vida, que não se restringe à obediência incondicional às normas e expectativas impostas pelo econômico, político e social. Envolve questionar, resistir e buscar alternativas que beneficiem a si mesmas, seus interesses pessoais, face às pressões externas; as trabalhadoras estão exercendo uma forma de resistir ao poder que busca impor uma lógica de trabalho implacável e exploradora. Portanto, a resistência não se limita à negação completa, mas se manifesta de maneira sutil e cotidiana, como a busca por equilíbrio e bem-estar em um contexto de trabalho dominado pela lógica neoliberal. É como nossas entrevistadas recusam esta racionalidade, aderindo a ela.

Compreendemos que a emergência sanitária não apenas denunciou e colocou em vitrine a precarização docente que já é decorrente de um sistema educacional ameaçado, mas também distanciou ainda mais a prática docente dos direitos sociais conquistados com grandes lutas por homens e mulheres que estão nessa profissão. Os cenários aqui relatados acerca do trabalho docente em meio à pandemia no seu formato *home office*, apontam para uma precarização que já ecoa de forma escancarada há décadas. Entretanto, o que mais nos chama atenção é o comportamento dos poderes vigentes fundados em bases neoliberais que oportunizam situações de crise “para impor o que eles não conseguiriam sem crise e com uma democracia real” (KLEIN, 2016).

Trata-se de perceber as novas facetas político-administrativas voltadas para a educação formal e mais especificamente para as práticas pedagógicas, incorporando conceitos do campo da economia que seguem as lógicas da produtividade e eficiência desprovidas de subjetividade, intensificando o trabalho objetivo do docente e anulando as nuances subjetivas que envolvem esse trabalho, o que pode reconfigurar a identidade desse profissional e dessa profissão, semelhante ao que acontece sob o prisma das tecnologias de assujeitamento já incorporadas por muitos docentes.

### 4.3 A VARIANTE “GÊNERO” DO TRABALHO DOCENTE PRECARIZADO NA PANDEMIA DA COVID-19

Junto ao discurso de adaptação que rege a lógica produtivista neoliberal, presente na compreensão sobre a prática docente, também está o ideal de tornar os processos subjetivos uma experiência exclusivamente individual, em que cada um deve se reinventar profissionalmente para atender aos novos propósitos do capital, expressos pelo uso massificado das novas tecnologias durante a pandemia da covid-19. De modo que a interferência das características particulares e culturais da pessoa na sua atuação profissional deve ser responsabilidade apenas dela. Ou seja, a narrativa do “se reinventar” significa, na verdade, “apesar das suas particularidades, dê um jeito”.

As desigualdades socioculturais, já conhecidas pela maior parte de nós, também foram acentuadas e denunciadas em muitos países durante essa pandemia, especialmente nas sociedades latino-americanas ditas subdesenvolvidas. Isso se evidenciou bastante no sanitarismo, na economia e na educação. Uma das especificidades culturais comumente ignoradas pelo viés neoliberal e que, nesta investigação, procuramos compreender sua relevância no trabalho docente em meio à pandemia, é o atributo do gênero feminino. É oportuno na análise do trabalho docente que se deu durante a modalidade *home office* levar em consideração algumas especificidades que se diferenciam quando esta é analisada a partir da relação trabalho-gênero, uma vez que a intensificação, a sobrecarga, as múltiplas jornadas, a desvalorização estão diretamente relacionadas à condição do gênero.

Nesse sentido, tomamos como pressuposto que, culturalmente, o ônus dessa crise pandêmica na educação escolar foi maior para as mulheres, diante da divisão sexual das atividades domésticas e da própria atuação pedagógica que ainda é uma profissão predominantemente feminizada. O isolamento social conduziu a uma outra rotina de trabalho docente e de vida pessoal:

Mudou tudo na minha vida, na minha rotina. Não tinha mais a escola, a sala de aula, não tinha mais como chegar em casa depois de um dia de trabalho e descansar. O trabalho era minha casa. (P1).

Meu marido também é professor, também trabalhou *home office* nesse período. Nós moramos em um apartamento pequeno, então o meu quarto virou local de trabalho, a sala, a cozinha, a casa toda. Quando estávamos em aula no mesmo horário, a gente acabava disputando o melhor espaço. Essa mudança também interferiu muito na rotina da minha filha, ela não podia fazer nada, brincar, ligar a televisão pra não atrapalhar a gente. Ela é criança, eu acabei tirando a privacidade dela também. Foi horrível. (P3).

Os extratos revelam como o trabalho *home office* afetou drasticamente as rotinas e a dinâmica da vida familiar das professoras. Na fala de P1, a linha divisória entre o trabalho e a vida pessoal foi apagada; o trabalho invadiu a sua casa, e não havia mais a clara separação entre o ambiente de trabalho e a tranquilidade ao retornar para sua residência. O trabalho tornou-se parte da vida diária. A entrevistada P3 relata que o marido também é professor e, durante a pandemia, ambos tiveram que trabalhar em casa ao mesmo tempo, o que levou a disputas pelo melhor espaço. Além disso, a entrevistada também menciona como a sua filha pequena teve que lidar com a situação, já que as restrições de espaço e a necessidade de silêncio a impediram de fazer coisas comuns às crianças de sua idade.

Compreendendo que as atividades domésticas e a divisão de trabalho entre homens e mulheres não se dão de forma igualitária, sendo de maior ocupação das mulheres, uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019 mostrou que as mulheres no Brasil trabalham o dobro de horas que os homens nos afazeres domésticos e no cuidado com parentes. É imprescindível relacionarmos essa realidade cultural com o trabalho da professora na pandemia para contrastarmos as suas implicações nessa profissão, a qual já foi atribuída historicamente às mulheres. Através do discurso de ser uma profissão naturalmente feminina, de ações dóceis e biologicamente materno-determinista, buscava-se desvalorizar sua profissionalização e assalariamento:

O trabalho *home office* pra mulher é diferente; são outras demandas que a gente tem que conciliar trabalhando em casa. Aqui eu não sou só professora, também sou mãe, esposa, dona de casa, tudo junto, no mesmo horário, no mesmo local. A pessoa fica mais esgotada, são turnos intermináveis, um atrás do outro. Se você não parar, se não tiver essa consciência que tem que descansar, você trabalha direto. Se eu tivesse alguém para me ajudar com essa questão da casa, o trabalho *home office* não seria tão ruim. Termina que você acaba acumulando mais funções, tudo no mesmo horário. Por isso, o trabalho *home office* para as mulheres é mais cansativo mesmo. (P1).

O relato da entrevistada P1 destaca uma realidade importante e negligenciada durante a pandemia: o trabalho *home office* para mulheres. Esse trabalho envolve uma carga de responsabilidade significativamente maior do que simplesmente suas tarefas profissionais. Em casa, elas desempenham múltiplos papéis: mãe, esposa, cuidadora, dona de casa, muitas vezes simultaneamente e no mesmo espaço.

Essa sobreposição de funções pode ser muito mais desgastante quando não há uma rede de apoio, o que torna o trabalho *home office* uma atividade extremamente complexa, com rotinas de trabalho exaustivas e intermináveis, sem tempo para descanso ou autocuidado. Isso reflete na divisão sexual do trabalho; as mulheres que avançam profissionalmente para conquistar seu espaço no mercado de trabalho formal não abandonam as funções que tradicionalmente lhes são atribuídas, as responsabilidades domésticas e familiares. Ao contrário, elas se acumulam em suas rotinas diárias, tornando-as sobrecarregadas.

Alguns outros aspectos sociais interligados à mulher poderiam ser levados em consideração no contexto pandêmico e nos dão margem para novas investigações, como: a situação financeira, descendência, idade e raça. Pois, até mesmo no contexto de uma professora que mora apenas com o pai e a mãe, identificamos a mulher-mãe na divisão sexual do trabalho:

(...) a minha rotina é diferente da maioria das professoras que são casadas, mães, têm as atividades de casa, as domésticas que são muitas e igualmente intensas e estressantes. Eu sou solteira, não tenho filhos e durante o trabalho *home office* só ficava em casa eu e a minha mãe, meu pai continuou trabalhando fora, chegava só à noite; essa parte de trabalhar em casa foi tranquila para mim. Eu entendo que para grande maioria das mulheres e as mais pobres que também são professoras, o trabalho *home office* é um pesadelo. Esse tipo de trabalho é para uma classe muito privilegiada. Sendo mulher, pobre e professora, tendo que conciliar as responsabilidades de uma casa, que é o que acontece com a maioria das mulheres desse país, são jornadas intensas de trabalho, é muito desafiador e não tem como romantizar isso. (P2).

A entrevistada P2 possui experiência de trabalho *home office* diferente em comparação às outras professoras que são casadas, mães e enfrentam a intensidade das atividades domésticas. Ela ressalta que, pelo fato de ser solteira, não ter filhos e ainda morar na companhia dos pais, sua experiência de trabalhar em casa foi mais tranquila. No entanto, ela reconhece que, para as mulheres vulneráveis economicamente – grupo em que se encontra grande parte do corpo docente, composto em sua maioria por mulheres pobres, negras, mães e privadas de apoio familiar –, é um desafio considerável ou um pesadelo, como realçou a entrevistada.

Ao enfatizar que o trabalho *home office* parece ser destinado a uma classe social privilegiada e não para mulheres que enfrentam jornadas de trabalho extensivas, tendo que conciliar muitas vezes sozinhas as responsabilidades da vida doméstica, ela destaca a importância de não romantizar essa situação, reconhecendo as dificuldades enfrentadas por mulheres em tais circunstâncias. As questões levantadas pela entrevistada mostram a importância de considerar a interseccionalidade das desigualdades, ou seja, como as diferentes

formas de opressão (gênero, raça, classe) combinam-se para degradar certos grupos. A pandemia da covid-19 é feminina, e no Brasil ela reforçou as marcas das desigualdades sociais (PIMENTA, 2020), afetando de maneira mais intensa as mulheres negras e periféricas, escancarando as bases da nossa desigual pirâmide social.

É inegável a desproporcionalidade do trabalho docente da mulher na pandemia, por mais que tente ser refutada pelas lógicas argumentativas do neoliberalismo. O trabalho *home office* esteve no mesmo ritmo das atividades domésticas, pois o espaço privado, particular e subjetivo foi invadido pelo trabalho formal e a personalidade da mulher foi comprometida:

Para nós, mulheres, o trabalho *home office* não é um esporte, vou ficar em casa na frente do computador sem fazer nada... Não existe isso! Você vai trabalhar no seu computador, ainda vai cuidar dos filhos, da casa, vai ser esposa, filha, mãe; vai ser interrompida constantemente porque alguém precisa de você, essa é a realidade do trabalho *home office* para mulheres professoras. São jornadas e mais jornadas de trabalho que não têm fim. O trabalho de casa, o doméstico, continua sendo uma responsabilidade feminina. Eu não deixo de ser mãe porque sou professora, são funções que a gente vai acumulando no dia a dia. Quando o local de trabalho é a escola, tem como conciliar. Na verdade, esse é o nosso grande desafio, conciliar. Mas em casa, tudo ao mesmo tempo, sem apoio, ser só a professora é impossível. No intervalo que eu tinha, eu fechava a câmera e ia cuidar das tarefas de casa, ver se a minha filha estava precisando de alguma coisa...era assim. Deve ser muito bom o trabalho *home office* quando se tem ajuda, quando não se acumula muitas funções, quando se é homem. O gênero pesa sim e muito na condição de precariedade do trabalho *home office*. Nesse espaço, nós somos apagadas. Nesse e nos outros. (P3).

No depoimento da entrevistada P3, também está presente o marcado gênero como reprodutor das desigualdades, ficando mais explícito com a pandemia. Ressalta o desafio histórico das mulheres conciliar o mundo privado e o mundo público. Com o embasamento das fronteiras, as mulheres ficaram mais sobrecarregadas com todas as responsabilidades profissionais e domésticas concentradas no mesmo tempo e lugar, acarretando no acúmulo de funções e jornadas de trabalho extenuantes.

Para a entrevistada, o trabalho *home office* não é uma oportunidade de lazer ou relaxamento, mas sim uma extensão das responsabilidades cotidianas e ressalta a importância do local de trabalho, como o ambiente onde há mais possibilidades de conciliar esses papéis. Para as mulheres professoras, o trabalho remoto envolve um equilíbrio delicado entre cumprir as obrigações profissionais e atender às demandas domésticas e familiares, muitas vezes sendo interrompidas para atender a essas responsabilidades. A falta de uma rede de apoio, juntamente com as pressões para desempenhar múltiplas atividades e as expectativas sociais em relação às mulheres para dar conta de todas essas funções, contribui para a precariedade e a exaustão. Ela

afirma que o gênero desempenha um papel significativo na forma como o trabalho *home office* é vivenciado de forma desigual pelas mulheres.

O relato nos ajuda a refletir sobre os papéis de gênero que são obstáculos ainda na divisão equitativa das atividades domésticas e do cuidado com a família. A fala da nossa entrevistada é um lembrete fundamental de que as desigualdades de gênero não desapareceram no *home office*; elas se acentuaram. As vozes das mulheres nesse contexto são frequentemente apagadas ou negligenciadas, necessitando de abordagens mais sensíveis e equitativas nas políticas e práticas de trabalho. Suas palavras contribuem para uma compreensão mais aprofundada das complexidades enfrentadas pelas mulheres professoras e reforçam a necessidade de garantir condições justas de trabalho para mulheres.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, discutimos a relação entre o trabalho docente no formato *home office* no contexto da pandemia da covid-19 e seus impactos no trabalho e vida das professoras de educação básica da rede privada do Recife.

As análises empregadas nesta pesquisa apontaram para o agravamento da precarização do trabalho docente em decorrência da sobreposição de funções, que se tornou ainda mais difusa, levando a uma sobrecarga de trabalho que se estende para o ambiente doméstico. Especialmente para as mulheres, que historicamente enfrentam desafios na conciliação entre trabalho e vida familiar. O trabalho *home office* exacerbou as disparidades de gênero, colocando-as em situações de maior vulnerabilidade. O adoecimento das professoras tornou-se uma preocupação premente, com desenvolvimento e/ou o agravamento de doenças como ansiedade e estresse.

Nos relatos ainda aparecem outros sintomas relacionados à intensificação do trabalho, dores físicas, fadiga excessiva e pressão alta, preditores da síndrome do esgotamento profissional (*Burnout*) emergindo como consequência da falta de uma estrutura adequada para condução das aulas, das frequentes pressões por adaptação, por novas habilidades e conhecimentos e que fogem do escopo profissional e dos controles extensivos e intensivos mencionados pelas participantes. O aumento do controle sobre as atividades, inclusive por parte dos pais e familiares dos alunos, adicionou uma dimensão de vigilância ainda maior que agravou mais o estresse, as preocupações e o desconforto das professoras entrevistadas.

O acesso precário à internet de qualidade e aos recursos tecnológicos adequados (computadores, *tablets*, *smartphones*) que suportam as plataformas digitais, juntamente com a falta de formação para conduzir as atividades pedagógicas no ambiente virtual, foram peças fundamentais nos processos de intensificação da precarização do trabalho. As entrevistadas relatam que já fazem o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nas suas salas presenciais, de maneira informal, mas sem qualquer conhecimento teórico adequado para uso pedagógico dessas ferramentas.

Outro dado importante encontrado nas narrativas das professoras foi a oportunidade que o *trabalho home office* trouxe em estar mais próxima da família, mesmo em condições de extrema pressão, entra como um impacto positivo do trabalho *home office*. Assim, como o fato

de não precisar deslocar-se das suas residências, de não ter que enfrentar as dificuldades e estresses com o trânsito para chegar ao local de trabalho. O fato de ser mulher na condução do trabalho *home office* foi percebido pelas entrevistadas como mais um agravante no processo de precarização do trabalho. Pois são as mulheres que assumem integralmente as responsabilidades com a casa, as atividades domésticas e o cuidado com a família; foram expressivos o aumento das demandas e jornadas intensivas de trabalho neste período.

O estudo ecoa a realidade enfrentada pelas professoras com a pandemia da covid-19 e o trabalho docente em *home office*. O impacto desigual dessa atividade reforça a necessidade de políticas públicas que promovam a igualdade entre os gêneros, que criem condições de vida e trabalho mais equitativas para as mulheres.

## REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: a era do trabalhador just-in-time. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 98, n. 34, p. 111-126, jan. 2020. Available from: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.00S>. Acesso em 20 jan. 2023.
- ABILIO, Ludmila Costhek (2019) Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas: indivíduo e sociedade**. Vol. 18. N. 3. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivasvol18-issue3-fulltext-1674>. Acesso em 20 dez. 2022.
- ABRAMO, Laís. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?** 2007. 360f. Tese (Doutorado em Sociologia) .Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-23102007-141151/publico/TESE\\_LAIS\\_WENDEL\\_ABRAMO.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-23102007-141151/publico/TESE_LAIS_WENDEL_ABRAMO.pdf) . Acesso em 02 fev. 2023.
- ADRIÃO, T. (2018). Dimensões e formas da privatização da educação no brasil: Caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, 18(1), 8-28. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/adriao.pdf>. Acesso em 20 março 2023.
- AGÊNCIA SENADO. Elisa Chagas. **DataSenado: quase 20 milhões de alunos deixaram de ter aulas durante a pandemia**. 12/08/2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/12/datasenado-quase-20-milhoes-de-alunos-deixaram-de-ter-aulas-duranteapandemia>. Acesso em 02 de março 2023.
- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ALVES, G.A.P. **Trabalho e Subjetividade: o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital**. Marília: Unesp, 2008
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil**. Bauru: Canal 6, 2014.
- ALVES, A.A.; REZENDE, C.A. **O trabalho home office e suas repercussões nas relações de emprego**. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/14565/1/TCC%20-HOME%20OFFICE%2028-05%20Amabily%20e%20Camila-pdfa.pdf>. Acesso em 20 fev. 2023
- ALMEIDA, J. S. de. Mulheres na escola: Algumas reflexões sobre o magistério feminino. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 96, p. 71-78, fev., 1996. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/816> Acesso em 14 jan. 2022
- ANDOLPHO MAGALHAES GUIMARÃES, Liliana; ODALIA RIMOLI, Adriana. Mobbing (assédio psicológico) no trabalho: Uma síndrome psicossocial multidimensional. **Psicologia. Teoria e pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 183-192, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/NvGBmwKPnNFwqSPVdLcqc mj/abstract/?lang=pt> Acesso em: 14 abr. 2022
- ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed., 10 reimpr. rev. e ampl.- São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

ANTUNES, RICARDO. **O privilégio da servidão o novo proletariado de serviços na era digital**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo LC. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015 (Edição Especial).

ANTUNES, Ricardo. **Pandemia desnuda perversidades do capital contra trabalhadores**. Publicada em 27 de junho de 2020. Entrevista concedida ao Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/27/ricardo-antunes-pandemia-desnuda-perversidad%20es-do-capital-contra-trabalhadores.2020b> . Acesso em: 18 abr. 2022.

ARAÚJO, Tânia Maria de e LUA, Iracema. O trabalho mudou-se para casa: trabalho remoto no contexto da pandemia de COVID-19. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional** [online]. 2021, v. 46. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000030720> . Acesso em 14 ago. 2022.

AVELINO, Nildo. 2016. Foucault e a racionalidade (neo)liberal. In: **Rev. Bras. Ciênc.Pol.**21: 227-284. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/kKNBtT4w5565CjN37BtNm8q/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 14 dez 2022.

ÁVILA, M. B. **O Tempo do Trabalho das Empregadas Domésticas**: tensões entre dominação/exploração e resistência. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia, 2009. Recife: UFPE, 2010. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/94271/arquivo4226\\_1.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/94271/arquivo4226_1.pdf) Acesso em 25 jun. 2022.

BARRETO, Andreia C, F.; SANTOS, Jaciara O, S. A invisibilidade do trabalho docente em tempos de pandemia: das políticas às práticas. **Revista Latino Americano de Estudo Científicos**, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ipa/article/view/36693> Acesso em 12 set. 2021

BARROSO, H., & GAMA, M. (2020). A crise tem rosto de mulher: como as desigualdades de gênero particularizam os efeitos da pandemia do COVID-19 para as mulheres no Brasil. **Revista Do CEAM**, 6(1), 84–94. <https://doi.org/10.5281/zenodo.3953300>ência. Recife: UFPE, 2010. Acesso em 30 set. 2021.

BAPTISTA, Makilim Nunes; SOARES, Thiago Francisco Pereira; RAAD, Alexandre José e SANTOS, Luísa Milani. Burnout, estresse, depressão e suporte laboral em professores universitários. **Rev. Psicol., Organ. Trab.** [online]. 2019, vol.19, n.1 [citado 2023-08-15], pp. 564 570. >. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-66572019000100008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572019000100008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 1 dez 2022.

BATALHA, Eton Duarte, Teletrabalho- A reforma trabalhista brasileira e a experiência estrangeira. In: MANNRICH, Nelson (coord.). **Reforma Trabalhista**: reflexões e críticas. SP, LTr, 2018. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/147806?locale-attribute=fr> Acesso em 26 jun. 2022.

BAYLÃO, André Luis da Silva; SCHETTINO, Elisa Mara Oliveira. A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro. In: **XI SEGeT-Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**. Resende, Rio de Janeiro, 2014. Anais do XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Resende, Rio de Janeiro, 2014, sem paginação. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/20320175.pdf>. Acesso em 13 jun. 2022.

BEHAR, Alejandra. **O ensino remoto emergencial e a educação à distância**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia> \ gt;. Acesso em: 19 set. de 2020.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre filosofia da história. In: KOTHE, Flávio R. (Org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1985.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. 3ªed. Salvador: Edufba, 2017b.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Coronavírus: uma pandemia para rever as patologias sociais do cotidiano**. São Paulo: Gen Jurídico. Disponível em: <http://genjuridico.com.br/2020/04/13/coronavirus-pandemia-patologias-sociais/>. Acesso em 30 jun. 2022.

MARQUES, Ana Paula. **MeIntegra: mercados e estratégias de inserção profissional: licenciados versus empresas da Região Norte: relatório final**. 2007.

BODART, Cristiano. **Origem da palavra Trabalho**. 2010. Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/origem-da-palavra-trabalho/> Acesso em: 8 set. de 2021.

BUENO, LUZIA. A construção de representações sobre o trabalho docente: o papel do estágio. São Paulo. Pp. .2007 TESE (DOUTORADO) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2007 ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem. ORIENTADORA: PROFA. DRA. ANNA RACHEL MACHADO. Disponível em <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/13919/1/Luzia%20Bueno.pdf> . Acesso em 25 out. 2022.

BUTLER, J. **Quadro de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, (2018).

BRASIL. **Decreto Lei nº 13.467, de 13 de Julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1990, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm). Acesso em: 01 fev.. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 10.422, de 13 de julho de 2020**. Brasília: Diário Oficial da União, 2020b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20192022/decreto/d10422.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20192022/decreto/d10422.htm) . Acesso em: 15 jul. 2020 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_at](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_at). Acesso em: 01 fev.. 2022.

BRASIL. **Lei n. 14.020, de 6 de julho de 2020**. Diário Oficial da União, Brasília, 2020a. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.020-de-6-de-julho-de-2020-265386938>. Acesso em: 13 jul. 2020.

BRITO RDS de. Direito do Trabalho na contramão: a precarização como regra. **Rev. Katálysis** [Internet]. 2021, Jan;24 (1):220-7. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/WdgWNrmZdDPqwrkFqWctNFL/abstract/?lang=pt> Acesso em 5 set. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 14.040, de 18 de agosto de 2020.** Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n.º 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei n.º 11947, de 16 de junho de 2009. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/L14040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14040.htm). Acesso em 4 out. 2022.

BRASIL. **Lei 12.551, de 15 de dezembro de 2011.** Altera o artigo 6o. da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no. 5.452, de 1o. de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112551.htm). Acesso em 10 out. 2022.

BRASIL, **Lei 13.467, de 13 de julho de 2017.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis n.º 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Diário Oficial da União, 2017. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm) Acesso em 30 out. 2022.

BRASIL. MEC. CNE. **Parecer nº 5.** Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=145011-ppc005-20&category\\_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-ppc005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192) Acesso em 5 dez. 2022.

BRASIL. MEC. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020.** Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Diário Oficial da União, Brasília, DF, ed. 53, 18 mar. 2020. Seção 01, p. 39. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/portaria/prt/portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt/portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm) Acesso em 24 jul 2022.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).** Estimativa do preço sombra da taxa de câmbio brasileira. Brasília, DF: Ipea, out. 2023. Disponível em [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11742/4/BPS\\_n30\\_Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11742/4/BPS_n30_Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf) Acesso em 12 ago. 2022.

BRASIL. Portaria n. 345, de 19 de março de 2020. Altera a Portaria MEC n. 343, de 17 de março de 2020c. Brasília: Casa Civil, 2020c. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-345-2020-03-19.pdf>. Acesso em 12 ago. 2022.

BRASIL. **Portaria n. 356, de 11 de março de 2020.** Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19). Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-356-de-11-de-marco-de-2020-247538346>. Acesso em 12 ago. 2022.

- BRITO, Rose Dayanne Santos de. Direito do trabalho na contramão: a precarização como regra. Revista **Revista Katálysis**, v. 24, p. 220-227, 2021 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/WdgWNrmZdDPqwrkFqWctNFL/>. Acesso em: 18 abr. 2022.
- BROOKS, Samantha. O impacto psicológico da quarentena e como reduzi-lo: revisão rápida das evidências. **The Lancet**, v. 395, p. 912 -920. 2020. Disponível em: <https://nelianafiglie.com.br/blog/o-impacto-psicologico-da-quarentena-e-como-reduzi-lo/> Acesso em 2 abr. 2023.
- BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo. Politéia, 2019.
- CALDERARI, Egon Bianchini; VIANNA, Fernando Ressetti Pinheiro Marques; MENEGHETTI, Francis Kanashiro. Professores o tempo todo: um estudo sobre as condições materiais, físicas e psicológicas de docentes no ensino superior durante a pandemia do Covid-19. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**. Porto Alegre, v. 28, p. 487-524, 2022. <https://doi.org/10.1590/1413-2311.356.112251> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/read/a/6HvcGBsDyvzNFMMSDrvGsww/> . Acesso em 5 set. 2022.
- CANDIOTTO, Cesar. **Foucault e a crítica da verdade**. Belo Horizonte: Autentica; Curitiba: Champagnat, 2010.
- CANHOTA, C. Qual a importância do estudo piloto? In: SILVA, E.E.(Org). **Investigação passo a passo: perguntas e respostas para a investigação**. Lisboa: APMCG, 2008.P.69-72.
- CARNEIRO Junior, J.A e Cardoso, M.L.M. 2023. “Sinto que estou sempre a falhar”: o dano existencial decorrente da hiperconexão do teletrabalhador docente. **Educação e Pesquisa**.49, contínuo (jul.2023). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/citationstylelanguage/get/acm-sig-proceedings?submissionId=214432&publicationId=172549> Acesso em 14 dez 2022.
- CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do Outro como não ser e como fundamento do ser**. Rio de janeiro: Editora ZAHAR, 2023.
- CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Da família na escola à escola no lar: notas sobre uma polêmica em curso. **Roteiro**, Joaçaba, v.45, e 23222, jan. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/23222> Acesso em: 12 ago. 2022.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão salarial: uma crônica do salário**. Petrópolis RJ: Editora Vozes, 2013.
- CASTEL, R. **As transformações da questão social**. In: desigualdade e a questão social. 4. Ed. São Paulo: EDUC, 2013.
- CASTRO, Thiele da Costa Muller; DETONI, Priscila Pavan; BOTTEGA, Carla Garcia; TITTON, Jaqueline. Em tempos de coronavírus: home office e o trabalho feminino. **Revista Novo Rumos Sociológicos**, Rio Grande do Sul, v. 8, n. 14, p. 40-64, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/NORUS/article/view/20017> Acesso em 5 set. 2022.
- CASTRO, B. G. **Afogados em contratos: o impacto da flexibilização do trabalho nas trajetórias dos profissionais de TI**. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2013. Disponível em: <https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/905710> Acesso em 6 out. 2022.
- CERVO, Amado Luiz; BEERVIAN Pedro Alcino. **Metodologia Científica**.5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHURKIN, Ody Marcos. Educação à distância um marco civilizatório, um olhar holístico da pedagogia: sinergia e reflexões na conectividade em tempos de COVID-19. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 2, p. 3178-3196, 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/8878> . Acesso em 6 out. 2022.

CHOMSKY, Noam. (1997). Consentimento sem consentimento: a teoria e a prática da democracia. **Estudos Avançados**, 11(29), 259-276. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8983> Acesso em: Acesso em 14 out. 2019.

MARIANI, F.; MATTOS, M. CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEI/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011. 250 p. **Revista de Educação Pública**, [S. l.], v. 21, n. 47, p. 663–667, 2012. DOI: 10.29286/rep.v21i47.1766. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/1766>. Acesso em: 11 dez. 2022.

COSTA, P. H. F.; GODOY, P. R. T.de. O capitalismo contemporâneo e as mudanças no mundo do consumo. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. **Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica**, Universidade de Barcelona, 26-30 de maio de 2008. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/-xcol/330.htm>. Acesso em 08 mai.2021..

COUTINHO, Lais Soares; DE ALCANTARA, Vanessa Carine Gil. **Síndrome de Burnout em professores da rede pública de ensino do Estado do Rio de Janeiro**. Vol.1. Amplla Editora, 2021.

DARDOT, P.; LAVAL, C . **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DAL ROSSO, Sadi. Intensidade e imaterialidade do trabalho e saúde. **Trabalho Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 65-92, mar. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/Rxgz6YjbMvTVm8C5sPDrMyN/> Acesso em 14 jan. 2022.

DANTAS, Maressa Fauzia Pessoa; CISNE, Mirla. “Trabalhadora não é o feminino de trabalhador” 1: superexploração sobre o trabalho das mulheres. **Argumentum**, v. 9, n. 1, p. 75-88, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/13722> Acesso em 2 de nov. 2022.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul; CARRERO, Vera Porto. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

EL KHATIB, Ahmed Sameer. Economía versus epidemiología: un análisis del comercio entre mercados y vidas en tiempos de COVID-19. **Contabilidad y Negocios: Revista del Departamento Académico de Ciencias Administrativas**, v. 15, n. 30, p. 62-80, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8547674>. Acesso em: 20 jan.2023.

ESTEBAN, Maria Paz Sandín. **Pesquisa Qualitativa em educação fundamentos e tradições**.1 ed. Porto Alegre: AMGH, 2010.

FARIAS, Adriana Medeiros. Estado Ampliado e o empresariamento da educação pública. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 20, n. 42, p. 1-24, 22 jul. 2022. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/53532> . Acesso em: 25 dez. 2022 (2022).

FEDERICI, Silva. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

FERREIRA, Luciana Haddad, BARBOSA, Andreza. Lições de quarentena: limite e possibilidades da atuação docente em época de isolamento social. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2015483, p. 1-24, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15483> Acesso em: 25 dez. 2022 (2022).

FERRAROTTI, F. **Sobre a autonomia do método biográfico**. In: NÓVOA, A.; FINGER, M. (Org.). **O método (auto)biográfico e a formação**. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010. p. 31–57. (Coleção Pesquisa (auto) biográfica ∞ Educação. Clássicos das histórias de vida). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/fZLqw3P4fcfZNKzjNHnF3mJ/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 9 dez. 2019.

FILGUEIRAS, Vitor.; ANTUNES, Ricardo. **Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo**. In: ANTUNES, R. (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. Trad. de Maria E. Galvão. SP: Martins Fontes, 2000, p. 28-29.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Sobre a História da Sexualidade**. In: **Microfísica do poder**. Organização e tradução Roberto Machado. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

FRANZONI, Clara Miranda. **Eu não sou uma mulher?** Comadres de Ouro Preto e o direito ao trabalho produtivo. 2023. Monografia apresentada ao curso de Direito da Universidade Federal de Ouro Preto. Orientadora: Prof.ª Dr.ª Flávia Souza Máximo Pereira. Disponível em: [https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/5637/6/MONOGRRAFIA\\_EuN%c3%a3oSou.pdf](https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/5637/6/MONOGRRAFIA_EuN%c3%a3oSou.pdf) Acesso em: 2 fev. 2022.

FREITAS, C. DE et al. Perfil de Sujeitos com Transtornos dos Tecidos Moles Atendidos em um Serviço de Saúde do Trabalhador e as LER/DORT. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 23, 2015. Disponível em: <https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/768> Acesso em 14 nov. 2022.

GALHARDI, Cláudia Pereira et al. Fake News e hesitação vacinal no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 1849-1858, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/PBmHtLCpJ7q9TXPwVZ3kGH/> Acesso em: 7 nov. 2022

GATTI, B. A. **Pesquisa em Educação**: pontuando algumas questões metodológicas. FCC-PUC. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.lite.fae.unicamp.br/revista/gatti.html>> . Acesso em: 5 ago. 2023.

GAULEJAC, V. **Gestão como doença social**: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. São Paulo: Ideias & Letras, 2014.

GOLDSCHMIDT, Rodrigo; GRAMINHO, Vivian Maria Caxambu. O direito (fundamental) de desconexão como instrumento de proteção e garantia dos direitos fundamentais do trabalhador. **Revista Brasileira de Direitos Fundamentais & Justiça**, v. 14, n. 43, p. 185-214, 2020. <https://doi.org/10.30899/dfj.v14i43.773>. Disponível em: <https://dfj.emnuvens.com.br/dfj/article/view/773> Acesso em 25 jul. 2021.

GHISLENI, M. S. D. V. **Flexibilização do direito do trabalho**. Disponível em: <[https://intranet.univates.br/media/graduacao/direito/FLEXIBILIZACAO\\_DO\\_DIREITO\\_DO\\_TRABALHO.pdf](https://intranet.univates.br/media/graduacao/direito/FLEXIBILIZACAO_DO_DIREITO_DO_TRABALHO.pdf)> . Acesso em 25.out.2016.

GUILLAND, Romilda et al. Prevalência de sintomas de depressão e ansiedade em trabalhadores durante a pandemia da Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 20, p. e 00186169, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/dZX44RT5LZD8P5hBFDyZYVQ/?format=pdf> Acesso em 6 dez. 2022.

HARVEY, D. Políticas anticapitalistas em tempos de COVID-19. In: DAVIS, M. *et al.* **Coronavírus e a luta de classes**. Brasil: Terra Sem Amos, 2020, p. 13-23. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/24/david-harvey-politica-anticapitalista-em-tempos-de-coronavirus/> Acesso em 14 jul. 2022.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**. História e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. Editora Oikos, 2020.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Reorganização Gerencialista da Escola e Trabalho Docente. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, SP, v. 21, n. 38, p. 1-18, out./dez. 2011. Disponível em: [http://www2.ufpel.edu.br/fae/ppge/arquivos/File/alvaro\\_hypolito/hypolito.pdf](http://www2.ufpel.edu.br/fae/ppge/arquivos/File/alvaro_hypolito/hypolito.pdf). Acesso em 14 jul. 2022.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n.132, p.595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 1 jan. 2021.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. 2000. Narrative interviewing. In: BAUER, M.; GASKELL, B. (Eds.). **Qualitative researching with text, image and sound**: a practical handbook. p. 57-74. London, England: Sage Publications. Disponível em: <https://www.scirp.org/reference/ReferencesPapers?ReferenceID=2057735> Acesso em 1 jan. 2021.

KLEIN, Naomi. **A Doutrina do Choque**: A Ascensão do Capitalismo de Desastre. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2007.

LACERDA NETO, Miguel de Sousa et al. Racismo, trabalho y psicología: retos ético-políticos a la luz de la pandemia por la COVID-19. **Psicología para América Latina**, n. 35, p. 105-112, 2021. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psilat/n35/a09n35.pdf> Acesso em 30 dez. 2022.

- LARA, Ricardo; HILLESHEIM, Jaime. **Modernização trabalhista em contexto de crise econômica, política e sanitária**. 2020. Disponível em: [https://suassccovid19.files.wordpress.com/2020/07/artigo\\_modernizacca7acc83o\\_trabalhista.pdf](https://suassccovid19.files.wordpress.com/2020/07/artigo_modernizacca7acc83o_trabalhista.pdf). Acesso em: 20 de jul. 2022
- LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- LAVAL, Christian et al. Christian Laval. Foucault, Bourdieu e a Questão Neoliberal. São Paulo: Editora Elefante, 2020. 316 páginas. **Geografares**, n. 31, 2020.
- LEVY, Gisele Cristine Tenório de Machado; NUNES SOBRINHO, Francisco de Paula; SOUZA, Carlos Alberto Absalão de. Síndrome de Burnout em professores da rede pública. **Production**, v. 19, p. 458-465, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0103-65132009000300004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prod/a/xFj4j7LPtZ5Sk95G8dhmKys/?lang=pt> Acesso em 18 jul. 2022.
- LÉVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1999
- LIMA, C. A. et al. Redução da renda familiar dos professores da educação básica de Minas Gerais na pandemia da Covid-19. **Trabalho, educação e saúde**, v. 19, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00329>. Acesso em: 22 abril 2022.
- LIMA, A. M. Feminização do trabalho docente. **XXVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis, SC. 27 a 31 de julho de 2015. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945030\\_59015b7bd36c8fc038ee6a08466d2345.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945030_59015b7bd36c8fc038ee6a08466d2345.pdf) Acesso em 6 out. 2022.
- LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- MELIM, Juliana I.; MORAES, Lívia C. G. **Ensino Remoto – Por que dizemos não**. Portal Adufes. Vitória, 17 jun. 2020. Disponível em: <https://wp.adufes.org.br/contribuicao/ensino-remoto-por-que-dizemos-nao/> Acesso em 17 fev. 2020.
- MELO, Geraldo Magela. **O teletrabalho na nova CLT**. Disponível em <https://www.anamatra.org.br/artigos/25552-o-teletrabalho-na-nova-clt>. Acesso em: 21 mar. 2021.
- MOREIRA, Paulo Cesar et al. Adoecimento docente e sofrimento psíquico em tempos de Pandemia de Covid 19 Teacher Illness and psychic suffering in times of the Covid 19 Pandemic. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 5, p. 33541-33555, 2022. <https://doi.org/10.34117/bjdv8n5-060>. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/47441> Acesso em: 21 mar. 2021.
- NASCIMENTO, Grasielle Augusta Ferreira; CREADO, Raíssa Stegemann Rocha. O direito à desconexão no período de home office: análise dos impactos da quarentena pelo covid-19 na saúde do trabalhador. **Revista Direito UFMS**, v. 6, n. 1, p. 131-149, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revdir/article/view/10040> Acesso em Acesso em 17 fev. 2021.
- NEVES DELGADO, G. .; GONÇALVES ROCHA, A. L. UM RETRATO DO MUNDO DO TRABALHO NA PANDEMIA EM CINCO PARADOXOS. Direito.UnB - **Revista de Direito da Universidade de Brasília**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 16–34, 2020. Disponível

em:<https://periodicos.unb.br/index.php/revistadedireitounb/article/view/32394>. Acesso em: 11 mar. 2022

NOBRE, Marcos. **Ponto-final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia**. Edição do Kindle. São Paulo: Todavia, 2020.

NÓVOA, Antonio. O passado e o presente dos professores. In: **Profissão Professor**. NÓVOA, A. (Org.). Porto: Porto Editora, 1995.

OLIVEIRA, Simone Santos et al. Relações sociais de sexo/gênero, trabalho e saúde: contribuições de Helena Hirata. **Saúde em Debate**, v. 45, p. 137-153, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/NNz76QD3cQDm4tGJCptBVSg/> Acesso em: 11 mar. 2022

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Da promessa de futuro a suspensão do presente: A teoria do capital humano e o Pisa na educação brasileira**. 1 ed.- Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2020.

OLIVEIRA, D. A.; PEREIRA JUNIOR, E. A. Trabalho docente em tempos de pandemia: mais um retrato da desigualdade educacional brasileira. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 719-735, set./dez. 2020. DOI:<https://doi.org/10.22420/rde.v14i30.1212>. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1212> Acesso em: 10 jun. 2022

PERNAMBUCO. **Decreto nº 48.810 de 16 de março de 2020**. Altera o Decreto nº 48.809, de 14 de março de 2020, que regulamenta, no Estado de Pernambuco, medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, responsável pelo surto de 2019. Disponível em: <http://web.transparencia.pe.gov.br/ckan/dataset/legislacao-covid-19/resource/eb46cb7d-c36b-4a95-b8f4-abfdc91cc25f> Acesso em: 10 jun. 2022

PIETRE, Mariane Lopes Martins; CARVALHIDO, Aline Carneiro Magalhães. O teletrabalho e a proteção à saúde do trabalhador. **Revista Científica Fagoc Jurídica**, v. III, 2018. Disponível em: <https://www.periodicosdeminas.ufmg.br/periodicos/revista-cientifica-fagoc-juridica>. Acesso em: 14 jan. 2022.

PIMENTA, Denise. Pandemia é coisa de mulher: Breve ensaio sobre o enfrentamento de uma doença a partir das vozes e silenciamentos femininos dentro das casas, hospitais e na produção acadêmica | **Tessituras**. V8 S1 JAN-JUN 2020 | Pelotas | RS. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/tessituras/article/view/18900> Acesso em 9 out. 2021.

PIRES, Thiago Vieira. Caos e governabilidade: em meio às tempestades perfeitas do capitalismo no atual sistema-mundo. **Gestão e Desenvolvimento**, v. 15, n. 2, p. 51-73, 2018. <https://doi.org/10.25112/rgd.v15i2.1629>. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/view/1629> Acesso em 3 nov. 2019.

PREVITALI, F. S., FAGIANI, C. C. Normalização do trabalho precário: a experiência europeia e brasileira. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, 44, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/52216>. Acesso em 11 nov. 2021.

PREVITALI, F. S.; FAGIANI, C. C. Trabalho docente na educação básica no Brasil sob indústria 4.0. **Revista Katálysis, Florianópolis**, v. 25, n. 1, p. 156-165, 2022. DOI <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e82504>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/ssS88W9PXMt85vTJqV8fFTP/?lang=pt> Acesso em 3 nov. 2019.

RIBEIRO, Hellany Karolliny Pinho et al. Transtornos de ansiedade com causa de afastamentos laborais. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 44, 2019. Disponível

em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/WfpQJQM7TSqLb7PWxW9Frwg/> . Acesso em 6 jul. 2022.

RODRIGUES, Jondison. Narrativas políticas, produção de vulnerabilidades e convulsão social no Brasil e no mundo, no contexto do Novo Coronavírus. **Papers do NAEA**, v. 29, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/8725> Acesso em: 14 jan. 2021.

ROSENTHAL, Gabriele. Pesquisa social interpretativa: uma introdução. **Resenha • Civitas, Rev. Ciênc. Soc.** 14 (2), Porto Alegre, EdPUCRS, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/NCRgc7gvKwpTcML9Ybzg8pb/> Acesso em: 20 jan. 2021.

SAFATLE, Vladimir; DA SILVA JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Autêntica Editora, 2021.

SAFATLE, Vladimir. A economia moral neoliberal e seus descontentes. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian. (Orgs) **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SAKO, Emília Simeão Albino. Teletrabalho Subordinado, Dependente e Por Conta Alheia: reengenharia dos requisitos da relação empregatícia. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, v. 78, n. 03, jul.set. 2012. Disponível em: [https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/34300/001\\_sako.pdf?sequence=3](https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/34300/001_sako.pdf?sequence=3) Acesso em: Março. 2022.

SANTOS, Geórgia Maria Ricardo Félix dos; SILVA, Maria Elaine da; BELMONTE, Bernardo do Rego. COVID-19: ensino remoto emergencial e saúde mental de docentes universitários. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 21, p. 237-243, 2021. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9304202100s100013>. Acesso em 6 abril. 2021.

SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, Ana Carolina. **Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto**. Universidade p & Sociedade, ANDES-SN, n. 67, p. 36 – 49, jan. 2021. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/julianaschivani/disciplinas/midias-educacionais/educacao-na-pandemia-a-falacia-do-201censino201d-remoto/view>. Acesso em: 9 out. 2022.

SEGNINI, Liliana. **Mulheres no trabalho bancário: difusão tecnológica, qualificação e relações de gênero**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

SILVA, Amanda Moreira da. Uberização à youtuberização: a precarização do trabalho docente em tempos de pandemia. **Revista Trabalho, Política e Sociedade**, Moquetá, v. 5, n. 9, p. 587-610, 2020. Disponível em: <http://costalima.ufrj.br/index.php/rtps/article/view/698>. Acesso em 6 abril. 2021.

SCARPA, Rita de Cássia Nogueira de et al. **A reforma trabalhista e a crise do Direito do Trabalho: uma análise a partir da flexibilização da jornada de trabalho**. 2022. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2138/tde-18112022-100249/pt-br.php> Acesso em 2 dez. 2022

SCOTT, J. W. (1998). "Entrevista com Joan W. Scott". **Estudos Feministas**, 6(1), 114-124. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=4671474&pid=S1983-8220201800010000300033&lng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=4671474&pid=S1983-8220201800010000300033&lng=pt) Acesso em abr. 2022.

SCOTT, Joan Wallach; LOURO, Guacira Lopes; SILVA, Tomaz Tadeu da. Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. **Educação & realidade**. Porto Alegre. Vol.

- 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667> Acesso em: 4 abr. 2022.
- SCHÜTZE, Fritz. Pesquisa biográfica e entrevista narrativa. **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática**, v. 2, p. 210-222, 2010.
- SENNETT, Ricardo (2006). A cultura do novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record. **Educar**, Curitiba, n. 37, p. 317-322, maio/ago. 2010. Editora UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/LMvfmTgNBBWdnJbwt7byGk/?format=pdf> Acesso em 8 abr. 2022.
- SENHORAS, E. M. . CORONAVÍRUS E EDUCAÇÃO: ANÁLISE DOS IMPACTOS ASSIMÉTRICOS . **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 2, n. 5, p. 128–136, 2020.DOI:10.5281/zenodo.3828085.Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/135>. Acesso em: 28 ago. 2023.
- SOUSA, M. G. da S; CABRAL, C. L de O. A narrativa como opção metodológica de pesquisa e formação de professores. **Horizontes**, v. 33, n. 2, p. 149-158, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/149>. Acesso em 8 abr. 2022.
- SOUZA, E. C. Histórias de vida, escritas de si e abordagem experiencial. In: SOUZA, E. C.; MIGNOT, A. C. V. (Org.). **Histórias de vida e formação de professores**. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2008. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/f6qxr/pdf/braganca-9788575114698.pdf> . Acesso em 3 abr. 2022.
- SOUZA JUNIOR, Ivã. **O impacto da pandemia no bem-estar das mulheres em trabalho remoto: um estudo de caso**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) - Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Osasco, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/66684> Acesso em 30 nov. 2022
- SOUZA, Katia Reis de et al. Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, p. e00309141, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/RrndqvwL8b6YSrx6rT5PyFw> . Acesso em 6 out. 2022.
- TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- WEREBE, Maria José Garcia. **Grandezas e miséria do Ensino no Brasil**. Editora Ática: São Paulo, 1997.
- UNESCO. **Guidance on Open Educational Practices during COVID-19 pandemic**. 26 maio 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/unesco-lanca-publicacao-com-orientacao-sobre-praticas-educacionais-abertas-durante-a-pandemia/> Acesso em: 31 ago. 2020.
- VIEIRA, Regina Stela Correa; VAILON, Kauana. Negociação coletiva de trabalho nos momentos de crise: análise das medidas provisórias 927 e 936/2020, decisões do supremo tribunal federal e recomendações do ministério público do trabalho. **Rev. do Direito do Trabalho e Meio Ambiente do Trabalho**, v. 6, n. 1, p. 96-110 | Jan/Jun. 2020. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistadtmat/article/view/6630> Acesso em: 9 nov. 2020.
- ZIENTARSKI, C. .; SOUSA , E. M. O. .; MARTINS, I. C. C. . Trabalho docente em tempos de pandemia: a realidade vivenciada por professores e equipes gestoras de instituições de ensino da região metropolitana de Fortaleza/CE. **Revista Educação e Políticas em Debate, [S. l.]**, v. 10, n. 3, p. 1012–1036, 2021. DOI: 10.14393/REPOD-v10n3a2021-62165.

Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/62165>. Acesso em: 9 nov. 2020.

ZIZEK, S. Bem-vindo ao deserto do viral! Coronavírus e a reinvenção do comunismo. In: **Dossiê Boitempo COVID-19**. São Paulo: Boitempo, 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/dossies-tematicos/dossie-coronavirus/>. Acesso em: 30 out. 2020.

ŽIŽEK, Slavoj. **Vivendo no fim dos tempos**. Boitempo Editorial, 2015.